



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Carolina Luiza de Quadros

A Divulgação Científica pelo olhar dos Estudos Críticos da Branquitude

Florianópolis

2023

Carolina Luiza de Quadros

A Divulgação Científica pelo olhar dos Estudos Críticos da Branquitude

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Educação Científica e Tecnológica.
Orientador: Prof. Dr. Irlan von Linsingen

Florianópolis

2023

Quadros, Carolina Luiza

A Divulgação Científica pelo olhar dos Estudos Críticos da Branquitude / Carolina Luiza Quadros ; orientador, Irlan von Linsingen, 2023.

110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Educação Científica e Tecnológica. 2. Racismo. 3. YouTube. 4. Branco. 5. Vídeo. I. Linsingen, Irlan von . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. III. Título.

Carolina Luiza de Quadros

A Divulgação Científica pelo olhar dos Estudos Críticos da Branquitude

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr.(a) Lia Vainer Schucman,
Instituição: UFSC

Prof.(a) Dr.(a) Martha Marandino,
Instituição: USP

Prof.(a) Dr.(a) Mariana Brasil Ramos,
Instituição: UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para qualificação para obtenção do título de mestre em Educação Científica e Tecnológica.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Irlan von Linsingen
Orientador

Florianópolis, 2023

Dedico esta dissertação a todas as pessoas partes da minha existência.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

RESUMO

Os estudos críticos da branquitude nos apontam que a branquitude é entendida enquanto fruto de uma construção histórica e social, constituída a partir da racialidade branca e da ideia equivocada de existência de uma superioridade racial, resultando em sociedades estruturadas a partir de privilégios materiais e simbólicos conferidos aos brancos em detrimento dos não brancos. Privilégios esses que são desresponsabilizados, protegidos e mantidos silenciosamente pelos “pactos narcísicos” da branquitude. O objetivo da presente dissertação foi identificar, problematizar e discutir formas possíveis em que a branquitude se manifesta em um espaço intrínseco das ciências: a Divulgação Científica (DC). Tendo o Brasil como um dos países que mais utilizam a plataforma YouTube, três vídeos abrigados na plataforma, pertencentes a rede de canais de DC “Science Vlogs Brasil” (SVBR), foram escolhidos como material de análise documental. Utilizando como referência os estudos de intelectuais como Maria Aparecida da Silva Bento, Lourenço Cardoso, Grada Kilomba, Lia Vainer Schucman, e outros, alguns dos aspectos e manifestações da branquitude foram identificados nos vídeos analisados (sem a intenção de esgotamentos). Pudemos reconhecer algumas manifestações possíveis da branquitude através, por exemplo, do silenciamento acerca das questões raciais ao tratar das temáticas nos audiovisuais. Além disso, o uso de termos, imagens, gestos e o próprio uso da autoridade racial e/ou acadêmica, estiveram presentes nesses espaços. Entendemos que todos esses aspectos, de certa forma, estão relacionados entre si e forjam estruturas de significado que fazem parte da manutenção da branquitude, estando também imbricados com os pactos da branquitude e o racismo estrutural.

Palavras-chave: Branco. Racismo. Raça. YouTube. Vídeo.

ABSTRACT

Critical studies of whiteness indicate that whiteness is understood as the product of a historical and social construction, arising from white racial identity and the misguided notion of racial superiority, resulting in societies structured around material and symbolic privileges bestowed upon white individuals at the expense of non-white individuals. These privileges are absolved, protected, and silently maintained by the "narcissistic pacts" of whiteness. The objective of this dissertation was to identify, problematize, and discuss possible ways in which whiteness manifests in an intrinsic space of science: the scientific divulgation. Brazil is one of the countries that extensively uses the YouTube platform. Three videos hosted on the platform, belonging to the scientific divulgation channel network "Science Vlogs Brasil" (SVBR), were selected as documentary analysis material. Drawing upon the works of intellectuals such as Maria Aparecida da Silva Bento, Lourenço Cardoso, Grada Kilomba, Lia Vainer Schucman, and others, some aspects and manifestations of whiteness were identified in the analyzed videos. We were able to recognize certain expressions of whiteness, such as the silence surrounding racial issues when addressing the topics in the audiovisuals contents. Also, we identified the use of terms, images, gestures, and the expression of racial and academic authority in the videos. We understand that all these aspects are interconnected and give rise to the production and maintenance of meaning structures that contribute to the perpetuation of whiteness, also being associated with the compacts of whiteness and structural racism.

Keywords: White. Racism. Race. YouTube. Video.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Gesticulação entre aspas ao utilizar o termo “selvagem”	85
Imagem 2 - Trecho da vinheta de abertura do canal do Pirulla	87
Imagem 3 - Cenas do vídeo 1 com todas as pessoas brancas citadas	93
Imagem 4 - Cena do vídeo 1 com única aparição de pessoa negra	94
Imagem 5 - Cenas do vídeo 2 com múltiplas aparições de pessoas brancas	95
Imagem 6 - Cenas do vídeo 2 com aparições pontuais de pessoas negras e indígenas	95
Imagem 7 - Duas cenas únicas do vídeo 3 com aparições de pessoas	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CVV	Canal de Valorização à Vida
DC	Divulgação Científica
DiCiTE	Discursos da Ciência e da Tecnologia na Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGECT	Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica
SVBR	Science Vlogs Brasil
RH	Recursos Humanos
TEN	Teatro Experimental do Negro
VDA	Vídeos que se Dizem Aulas

SUMÁRIO

1 BRANQUITUDE: CONHECIMENTO E IMERSÃO.....	17
1.1 ALGUNS DOS CAMINHOS TRAÇADOS.....	17
2 UM PANORAMA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA E AS DIREÇÕES DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL.....	21
2.1 AS TERMINOLOGIAS DA ÁREA.....	22
2.2 OS MODELOS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA.....	23
2.3 DISCUSSÕES SOCIOLÓGICAS PERTINENTES.....	28
2.4 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA INTERNET.....	34
3 DIRECIONANDO VIA ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE.....	40
3.1 O CAMPO DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE.....	40
3.2 BRANQUITUDE E RACISMO.....	45
3.3 BRANQUITUDE: DISCUSSÕES PERTINENTES.....	48
3.3.1 Negro-tema: Silêncio, Neutralidade e Universalidade Branca.....	49
3.3.2 Racismo Epistêmico, Epistemicídio e Branquitude.....	52
3.3.3 E a Divulgação Científica?.....	57
4 TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA.....	58
4.1 REVISÕES DE LITERATURA.....	58
4.2 SELEÇÃO DOS MATERIAIS DE ANÁLISE.....	59
4.3 ANÁLISE DOS VÍDEOS.....	62
5 CURSOS POSSÍVEIS, DISCUSSÕES E PERPASSES.....	64
5.1 VÍDEO 1: “SUICÍDIO NERDOLOGIA”.....	64
5.2 VÍDEO 2: “AS 5 MAIORES PANDEMIAS DA HISTÓRIA”.....	69
5.3 VÍDEO 3: “DE ONDE VIERAM OS INDÍGENAS? (#PIRULA 172)”.....	76
5.4 MAR DE SILÊNCIOS, MANUTENÇÕES E PACTOS.....	85
5.4.1 Mergulho nas Interloquções.....	85
5.4.2 Narciso e a imagem no Rio.....	88
5.4.3 Imerso no silêncio.....	97
REFERÊNCIAS.....	103

1 BRANQUITUDE: CONHECIMENTO E IMERSÃO

No presente capítulo apresento uma breve narrativa (subseção 1.1) acerca de alguns dos meus caminhos percorridos enquanto pessoa/pesquisadora, que resultaram na presente escrita tal qual se apresenta.

1.1 ALGUNS DOS CAMINHOS TRAÇADOS

Durante a minha trajetória enquanto estudante de graduação em Ciências Biológicas tive contato com algumas concepções de Ciência que influenciaram bastante minhas compreensões temporalmente. Lembro das aulas de Filosofia da Ciência, e da leitura base da disciplina: "A Estrutura das Revoluções Científicas" escrito por Thomas Kuhn. Lembro de pensar o como tudo fez sentido naquele momento, de entender como funciona a Ciência, a chamada "ciência normal", seus paradigmas, suas crises, suas quebras e revoluções. Quase que simultaneamente, e de forma relacionada, tive contato com projetos de extensão acadêmica que reproduziam a percepção hegemônica de Divulgação Científica (DC) baseada na concepção do déficit, de lacunas que precisam ser vencidas/preenchidas¹. Assim, por um bom tempo entendi e considerei que essa ciência hegemônica², que aprendi na academia, era a forma de conhecimento que mais fazia sentido e, portanto, entendia e reforçava o discurso da importância e necessidade da DC para disseminar esse conhecimento.

Recentemente, ao entrar em contato com o meu grupo de pesquisa de Discursos da Ciência e da Tecnologia na Educação (DiCiTE), estive em contato com os Estudos Decoloniais. Nesse momento ocorreu então uma quebra total de todas as minhas certezas. Entrei em conflito interno, pois tudo que eu acreditava sobre a Ciência e DC estava se transformando. Percebi o quanto a colonialidade também perpassa todos esses aspectos e também a minha própria existência. Ao relembrar dos conhecimentos e dos projetos de Extensão e de DC que tive contato, percebi os perpasses da colonialidade na maioria deles, e também na minha própria formação acadêmica.

Ingressei no mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) sincronicamente ao início da pandemia de COVID-19. Esse momento me fez refletir em muitos aspectos. Apesar de perceber e entender todos meus privilégios

¹ Isto será melhor discutido no capítulo 2.

² Considero aqui enquanto ciência hegemônica a ciência produzida, reproduzida e valorizada a partir dos cânones acadêmicos de padrão europeu/norte-americano/branco responsáveis pela manutenção, invisibilização e silenciamento outras formas de conhecimento e ciência.

enquanto pessoa branca, desde o início da pandemia tem sido difícil lidar com tudo, especialmente as mortes. Hoje, com tudo que está acontecendo, mesmo alguns anos depois, tenho refletido sobre a vida e a morte e tudo que as perpassam. Ler e produzir no mestrado tem sido completamente difícil psicologicamente, mesmo percebendo minha posição de privilégio em muitos aspectos relacionados à branquitude³ que me constitui. A mesma que, desde que comecei a ter contato e estudar, surge na prática em vários espaços que frequento (físicos e virtuais). É importante mencionar também que ela surgiu como tema durante discussões, reuniões e seminários com colegas do grupo DiCiTE e também em discussões nos espaços de Reunião Discente do PPGECT. Nesses momentos comecei a me questionar fazendo perguntas muito parecidas com as de Edith Piza (2014, p. 59-60): O que significava ser branco, num mundo de brancos? Como é construída esta identidade? De onde vem os sinais dessa suposta superioridade? Qual o possível grau de percepção que homens e mulheres brancos têm de serem racializados? Por que há uma intensa nomeação de não brancos, e uma aparente neutralidade da cor, quando se trata de branco? A mesma autora utiliza uma metáfora que ecoa na minha mente e que resume a (também minha) experiência do descobrir-se racializada nesse processo:

[...] bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamento diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade diante da imensa racialidade atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo [...] (PIZA, 2014, p. 61).

Essas e muitas outras reflexões sobre branquitude, algumas das quais tratarei aqui, me fizeram e fazem pensar diariamente nas relações raciais brasileiras e seus desdobramentos. Seguindo na metáfora de Edith Piza e adicionando, como inspiração, a metáfora sobre rachaduras, oralmente explicitada pela doutora e colega de grupo de pesquisa Carolina Cavalcanti do Nascimento, me proponho a escrever a presente pesquisa como uma tentativa de produzir rachaduras nas portas de vidro, esperando que não apenas elas possam ser percebidas, mas que elas possam em algum momento produzirem a quebra. É por isso também que escolhi escrever a presente narrativa, em primeira pessoa, como uma forma de me colocar na presente escrita, tirando parte da “invisibilidade” branca e todo peso de neutralidade inerentes da ciência moderna e da branquitude.

³ O termo será melhor discutido no capítulo 3.

Para apresentar minha intenção específica de pesquisa de dissertação é ainda importante inicialmente pontuar os estudos sobre branquitude que me permitiram entendê-la como fruto de uma construção histórica e social, constituída a partir da racialidade branca e da ideia falsa de existência de uma superioridade racial. O resultado desse processo são sociedades estruturadas a partir de privilégios materiais e simbólicos conferidos aos brancos em detrimento dos não brancos. Privilégios esses que são desresponsabilizados, protegidos e mantidos silenciosamente pelos “pactos narcísicos” da branquitude. Comumente muitos estudos atribuíram a problemática racial existente no Brasil ao “problema de negro brasileiro” e silenciaram a hegemonia branca e tudo que dela surgiu, como a escravidão, o racismo e outros. Conforme exposto por Bento (2014, p. 5): “Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos”. Assim, os Estudos Críticos da Branquitude propõem essa virada de olhar sobre a problemática racial.

Já no que diz respeito à percepção da ciência moderna⁴ e da academia, ancorada nos estudos decoloniais, entendo que ambas possuem responsabilidade na institucionalização e manutenção da estrutura desigual baseada na branquitude e colonialidade (tanto do ser, quanto do poder e do saber), responsável por propagar e oficializar determinados conhecimentos em detrimento de outros. Dessa forma, entendo que a branquitude perpassa as instituições acadêmicas e a própria Ciência e sua divulgação.

A difusão científica ocorre através da disseminação científica e da DC. A disseminação é mais voltada para intrapares (entre cientistas), enquanto a DC é mais usada numa disseminação extrapares (entre cientistas e o chamado público “leigo”). Sendo assim, pretendo abordar na presente pesquisa a DC. Pessoalmente, sempre tive muito interesse em discutir e pesquisar a DC brasileira, ingressei no mestrado já com a intenção. Ao entrar em contato com as discussões sobre branquitude, perguntas começaram a emergir, relacionando tudo que foi apresentado até o momento: Se a branquitude perpassa as Ciências, ela também perpassa a DC? Se sim, de que formas ela se apresenta/expressa? Como estão relacionadas? Essas perguntas ecoaram e ecoam na minha mente e, diante disso, resolvi perpassá-las na presente pesquisa de dissertação.

⁴ Parto da premissa que a hegemônica Ciência Moderna ocidental é inerente à sociedade bem como elemento central e constitutivo da modernidade e colonialidade europeia. É importante entendê-la como atividade humana, fruto de construção histórica e social, forjada a partir de interesses e ideologias coloniais, sendo apresentada como único conhecimento válido, superior aos demais. Assim, ela é calcada em relações de poder responsáveis por processos como o apagamento de saberes tradicionais e epistemicídios e a hierarquização de conhecimentos (MONTEIRO et al., 2019; RAZUCK; RAZUCK, 2017).

Diante do exposto, explicito que o objetivo geral da presente pesquisa é identificar, problematizar e discutir formas possíveis em que a branquitude se manifesta nesse espaço intrínseco das ciências: a Divulgação Científica. Para tornar a pesquisa viável, recortes foram necessários. Assim, devido às condições de pandemia e isolamento social (feito na maior parte do tempo durante a execução e escrita da presente pesquisa) e entendendo o YouTube como a maior plataforma de exibição e compartilhamento de vídeos (atingindo assim muitas pessoas) e tendo o Brasil como um dos países que mais utilizam a plataforma, escolhemos como material de análise documental três vídeos⁵ pertencentes a rede de canais de DC no YouTube denominada “Science Vlogs Brasil”⁶ (SVBR).

Dentre os objetivos específicos, pretendemos pesquisar formas que a branquitude e seus perpasses se manifestam nos discursos utilizados na DC no YouTube. Se elas convergem com aspectos encontrados na literatura ao tratar das questões raciais, que fazem críticas ao modo como a branquitude trata o tema: como um “problema do negro”, não racializando pessoas brancas, silenciando o tema, universalizando conhecimentos, dentre outros.

⁵ Um dos três vídeos faz parte do Canal “Nerdologia”, que não faz mais parte do SVBR, mas decidimos adicionar e abrir exceção, por conta da relevância e pelo grande alcance do Canal e do divulgador nos últimos anos, principalmente nos períodos após a pandemia de COVID-19, sendo um dos canais mais influentes atualmente dentro da área das biológicas principalmente.

⁶ Disponível em: <https://sciencevlogsbrasil.com.br/>

2 UM PANORAMA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA E AS DIREÇÕES DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

Como parte da presente pesquisa, esse capítulo se faz importante para termos um panorama da Comunicação Pública da Ciência e também, mais especificamente, da DC no Brasil. Além disso, é importante fazermos apreciações, mesmo que brevemente, sobre a plataforma do YouTube e a rede de canais SVBR (nosso objeto de análise) no contexto da DC. Entendo que ambos não são meros objetos de pesquisa, assim, é importante na presente pesquisa entendermos os contextos que os perpassam para melhor discutirmos alguns aspectos, aspectos estes que apresentados e discutidos nesta e nas próximas seções sem a intencionalidade de esgotamento.

Inicialmente é importante evidenciarmos que a ciência moderna surge em uma relação íntima e simbiótica com a sociedade capitalista. Ela é inserida no funcionamento e desenvolvimento da sociedade de forma central em termos simbólicos e culturais, conforme o ponto de vista de cosmovisão ocidental dominante. Com a crise global a partir do final do século XX, essas relações se tornam ainda mais significativas, onde a ciência torna-se uma das bases para a saída da crise, tornando a geração e difusão de conhecimentos essenciais. Assim, ela se tornou uma mercadoria de alto valor, se inserindo gradativamente no cotidiano e nas estruturas de poder das sociedades (ALBAGLI, 1999).

No relatório de 1985 intitulado “*The Public Understanding of Science*” da *Royal Society* britânica o aspecto de difusão fica bastante evidente. Walter Bodmer (escritor do documento e diretor do Fundo Imperial de Pesquisa do Câncer na Inglaterra) afirma que a ciência perpassa a sociedade moderna e que o desenvolvimento nacional (britânico) depende da ciência e tecnologia. Nesse sentido, a comunicação científica seria importante para o público em todos os níveis, tornando a perspectiva científica essencial durante a tomada de decisões no sistema democrático. Assim, a ciência seria uma ferramenta importante para a formação da cidadania em diversos níveis. Essa perspectiva foi defendida e difundida por cientistas e políticos ingleses e norte-americanos, tendo se intensificado logo após a Segunda Guerra Mundial. A visão dominante nos Estados Unidos torna-se de uma comunicação da ciência de modo a alcançar a apreciação pública. Assim, a demanda pela comunicação pública da ciência e sua popularização originava-se não por parte de uma demanda do público e sim

por parte das editoras comerciais, sociedades científicas, jornalistas científicos, agências governamentais e outros (RODRIGUES, 2005; ROYAL SOCIETY, 1985).

Com o processo de institucionalização da atividade científica, a ciência sofreu tanto com a fragmentação e parcelarização dos conhecimentos em disciplinas, quanto de forma mais específica com a separação entre o denominado “público” e os cientistas. Essa concepção tornou possível a criação da concepção de um fosso cognitivo tanto entre cientistas de diferentes disciplinas quanto entre públicos (“leigos”) e cientistas (“peritos”). A partir disso, Kunth (1992) propôs que a comunicação da ciência fosse distinguida em três: 1) entre especialistas; 2) entre especialistas das diferentes disciplinas especializadas; 3) entre cientistas e o público em geral. Terminologicamente considera-se que a difusão científica ocorre então através da disseminação científica e da divulgação científica. A disseminação é mais voltada para intrapares (entre cientistas) enquanto a DC é mais usada numa disseminação extrapares (entre cientistas e o chamado público “leigo”) (FERNANDES, 2011; KUNTH, 1992; RAZUCK; RAZUCK, 2017). Nesse sentido, é importante entender que na área de Comunicação Pública da Ciência existem variações acerca das terminologias utilizadas, e elas serão brevemente abordadas na subseção a seguir.

2.1 AS TERMINOLOGIAS DA ÁREA

Como trataremos da “Divulgação Científica” no presente trabalho, é importante entendermos que o termo assume diferentes significados ao longo da história. É a partir de 1950 que ele é considerado sinônimo de “popularização científica”, assumindo-se como difusão de conhecimento científico ao público não especializado. Além disso, “comunicação pública da ciência”, “vulgarização científica” e “jornalismo científico” também são utilizados em alguns casos por autores para caracterizar ações dessa natureza (BAUMGARTEN, 2011). Nos muitos discursos sobre divulgação da ciência encontramos muitas concepções de pretensões e de objetivos a serem alcançados. Os termos possuem variação e estão geralmente relacionados a diferentes significados, que podem ter enfoque no objetivo da comunicação, ou até mesmo no conteúdo do que se pretende comunicar, dentre outros (FERNANDES, 2011).

Entende-se que “comunicação científica” ou “comunicação pública da ciência” são termos genéricos, podendo também às vezes serem considerados por alguns autores como

sinônimos de “divulgação”, “popularização” ou até mesmo “vulgarização”. Há quem classifique ainda “difusão científica”, “divulgação científica”, “popularização da ciência”, “disseminação científica”, “extensão”, “vulgarização” como subordinados e mais específicos com relação ao objetivo de levar a informação científica ao público, nesse caso o que se considera é o processo, as atividades. Já “percepção pública da ciência”, “compreensão pública da ciência”, “educação científica”, “alfabetização científica” e outros estão mais centrados no indivíduo que recebe as informações, considerando assim os conjuntos conhecimentos, habilidades e atitudes que serão desenvolvidas nos indivíduos alvos da comunicação. Além disso, os termos podem variar conforme a língua ou localização. Em países de língua inglesa o termo divulgação não é comum, geralmente usa-se “*popularization*”, já “*vulgarisation*” é utilizado por países de língua francesa. Atualmente no Brasil é hegemonicamente utilizada a expressão “divulgação científica” e, neste sentido, os autores propõem considerar “vulgarização”, “divulgação”, “popularização” e “comunicação pública” como tendo o mesmo significado, diferenciando-se da difusão e da disseminação (CARIBÉ, 2015; RAZUCK; RAZUCK, 2017).

No que diz respeito à “popularização”, ela é também bastante empregada em países latino-americanos e caribenhos devido às lutas populares movimentos sociais que marcam a história desses países. Entende-se que esse popularizar é mais que divulgar ou vulgarizar. É um local de participação popular e diálogo em conjunto com os movimentos sociais. Assim, o termo diferencia-se no que diz respeito ao significado do mesmo termo empregado por países de língua inglesa (GERMANO; KULESZA, 2007).

2.2 OS MODELOS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA

Além das terminologias, é importante entender que a ciência tomou as formas que os cientistas criaram dela, tornando-os protagonistas do processo e controladores do discurso científico. Até então, todas as concepções de como a ciência deveria ser comunicada ao “grande público” partiram da ideia hegemônica deficitária. Elas serviram de base epistemológica para o que foi teoricamente denominado como “modelos de comunicação pública da ciência”, que funcionam como um simplificação e tentativa de descrição de uma realidade complexa enquanto informam e prescrevem sobre como a DC ocorre. As diferentes concepções de ciência, cientistas e público foram responsáveis pela formulação e fundação

dos diferentes modelos. Esses e outros aspectos têm sido problematizados atualmente, um deles, o mais conhecido, é entendido como crítica ao “modelo de deficit”, falaremos sobre ele ainda na presente subseção (RODRIGUES, 2005).

No âmbito mais geral, os modelos de comunicação pública da ciência são tratados em duas categorias: uma que prevê a comunicação como via única e outra de duas vias. A primeira considera o público como simples receptor, enquanto na segunda considera o público com uma posição mais ativa e integrada no processo de comunicação, tendo como característica a dialogicidade. Para cada uma das categorias temos dois modelos correspondentes, a primeira engloba o “modelo do deficit” e o “modelo contextual”, enquanto a segunda considera os modelos de “experiência leiga” (ou expertise leiga) e o de “participação pública” (CALDAS, 2011; COSTA; SOUSA; MAZOCCO, 2010).

O modelo do “deficit”, emergido na metade do século XIX com base na visão da comunidade científica inglesa (alicerçado no já mencionado relatório da *Royal Society* britânica). Ele tem por objetivo principal disseminar o conhecimento ao chamado “público leigo”, partindo do pressuposto de ignorância frente aos temas científicos por parte desse público, estando assim relacionado com a ideia de alfabetização científica, raramente considerando os aspectos culturais e contextuais do público. Os cientistas são considerados produtores exclusivos de conhecimento científico, e a autoridade serve de alicerce e justificativa para a concepção de um deficit cognitivo, reforçando uma desigualdade entre cientistas e “leigos”. Entende-se que a ciência é autônoma e objetiva em relação à sociedade, representando apenas a “verdade”, e o público é entendido enquanto passivo e homogêneo. No Brasil esse modelo domina a forma como a DC ocorre e também está presente nos modos como o sistema educacional formal se coloca (CALDAS, 2011; COSTA; SOUSA; MAZOCCO, 2010; FERNANDES, 2011; MASSARANI, 2012; MOREIRA; MASSARANI, 2002; SABBATINI, 2004).

Críticos a esse modelo chamam a atenção para a forma como o conhecimento é percebido e retratado, indiscutível e/ou pronto, e também o público, carente de conhecimento. Ele pode ser entendido também como uma forma de perpetuação do poder entre cientistas e não cientistas. Nessa linha, críticos afirmam que os aspectos comunicacionais vão para além do individual, é necessário tratar o processo como dinâmico, coletivo e social, deixando de ignorar conhecimentos outros e contextos sociais que perpassam a compreensão da ciência, ciência esta que sob a perspectiva de um conhecimento superior a todos os outros, devido a

sua plena capacidade de buscar respostas aos problemas da humanidade (CAMARGO, 2013; COSTA; SOUSA; MAZOCCO, 2010; LEWENSTEIN, 2003; TRENCH, 2008a).

A segunda forma unidirecional, o “modelo contextual” foi teorizado no mesmo período que o modelo de deficit, mas entende o público de forma diferente, tornando o entendimento sobre a transmissão e conhecimento mais complexa. Nele há a compreensão de um público não totalmente deficitário e que o conhecimento processado por essas pessoas conforme aspectos contextuais (sociais e psicológicos) (CALDAS, 2011; CARVALHO; CABECINHAS, 2004; COSTA; SOUSA; MAZOCCO, 2010). Considera-se que os sistemas sociais e representações nas mídias possuem capacidade de reduzir ou amplificar atenção sobre determinadas questões. Apesar disso, ele tem sido criticado por ser considerado uma versão mais rebuscada do modelo de deficit, pois mesmo que não considere o público como folhas em branco ainda carrega a concepção de problema acerca das respostas (consideradas inadequadas) quando não correspondem às expectativas dos cientistas. Sob a mesma concepção, os modelos em questão expressam muito mais os interesses e preocupação da comunidade científica (que quase como definição é constituída por um grupo de elite) (LEWENSTEIN, 2003; MASSARANI, 2012).

Já em relação aos modelos bidirecionais, de tendência mais dialógica, são teorizados como: “modelo de experiência leiga” (ou *expertise* leiga) e “modelo de participação pública”.

O modelo de experiência leiga, idealizado na década de 90, tem como característica considerar e reconhecer os conhecimentos, histórias, crenças, valores e saberes de comunidades locais⁷, tendo eles a mesma importância que os conhecimentos científicos na resolução de problemas. Defensores desse modelo fazem uma crítica ressaltando uma certa irracionalidade (e até em certo ponto arrogância) por parte dos cientistas, tanto sobre os níveis de conhecimento do público quanto sobre falta de percepção acerca das necessidades e delineamento de decisões necessárias em situações políticas conflitantes. Além disso, autores afirmam que essa linha de pensamento está em sintonia com as teorias de aprendizagem que mostram uma melhor aprendizagem quanto o conhecimento faz sentido nas vidas pessoais. Críticos a esse modelo afirmam que ele seria um subconjunto do modelo contextual, já outros afirmam serem distintos, pois o modelo contextual assume juízo de valor acerca do

⁷ Baseados na história e vida das comunidades, como conhecimentos de agricultores locais ou até mesmo conhecimentos tradicionais, como os indígenas, ou provenientes de herança afro-americana (LEWENSTEIN, 2003).

conhecimento científico, enquanto o modelo de experiência leiga, como mencionado, considera os conhecimentos locais tão importantes quanto, estando relacionado ao compromisso político de fortalecer comunidades⁸. Por considerar esses aspectos, o modelo em questão também é alvo de críticas que afirmam que o conhecimento local teria privilégios em relação ao conhecimento considerado “confiável” produzido via sistema científico, sendo considerado “anticientífico” em muitas ocasiões (CALDAS, 2011; COSTA; SOUSA; MAZOCCO, 2010; LEWENSTEIN, 2003; MACIEL; SABBATINI, 2013; MASSARANI, 2012).

Por último, encontramos na literatura o “modelo de participação pública”, mais aceito a partir da década de 90 e que, como o próprio nome já nos indica, considera, sob as mesmas condições que os cientistas, a participação do público nos assuntos de políticas relacionadas à ciência e tecnologia, valorizando o diálogo por essência entre ciência, tecnologia e sociedade. Exemplos de ações dessa natureza seriam júris de cidadãos, conferências de consensos, avaliações de tecnologias deliberativas, enquetes em áreas de ciência, audiências públicas e outros. Contudo, alguns autores afirmam ser necessária uma compreensão mais ampla, sendo considerado um modelo mais dialógico, com uma ampliação do papel público nas questões de ciência, visando uma apropriação social e protagonismo do público. Apesar disso, é importante salientar que a abordagem dialógica não exclui as relações de poder entre cientistas e não-cientistas, assim, é dado ao público o direito de falar e ser escutado. Muitas vezes é considerado um modelo mais sofisticado do que os unidirecionais. Apesar disso, é alvo de críticas por estar mais relacionada com discussões de natureza mais política, deixando para segundo plano a compreensão do público, além de ser considerado “anticientífico” assim como o modelo anteriormente citado (CALDAS, 2011; COSTA; SOUSA; MAZOCCO, 2010; LEWENSTEIN, 2003; MASSARANI, 2012; RODRIGUES, 2015).

Considerando os quatro modelos podemos perceber suas grandes linhas, a linha de “compreensão pública” (dos modelos unidirecionais) e a de “participação pública” (dos modelos bidirecionais). É importante entender ainda que, na prática, elas não necessariamente se inserem em “gavetas”, podendo ser (e geralmente são) utilizados de forma complementar utilizando características de um ou mais modelos, não sendo mutuamente excludentes. Além

⁸ É importante ressaltar que a valorização dos conhecimentos locais é tida como *expertise* no seu próprio direito, diferente de abordagens que, utilizando os métodos da ciência moderna, buscam validar os conhecimentos tradicionais (como os provenientes de povos indígenas) (LEWENSTEIN, 2003).

disso, a demarcação das diferentes abordagens não necessariamente carrega um peso hierárquico de verdade e/ou valor, ou até mesmo evolutivo (no sentido de melhora). É importante evidenciar ainda que o modelo de deficit é a abordagem mais utilizada (LEWENSTEIN, 2003; MACIEL; SABBATINI, 2013; MASSARANI, 2012; RODRIGUES, 2015).

A própria noção de “modelagem” é discutida por Rodrigues (2015). Ela afirma que um dos campos que mais utilizam essa noção são as ciências naturais, estando bastante presentes na Biologia, Física, Climatologia e outros. Elas servem como forma, seja matemática ou até mesmo gráfica, de representação de processos complexos, muitas vezes de forma simplificada, descrevendo e conseguindo prever comportamentos nos sistemas que são alvos de modelagem. Ainda que não sejam “espelhos” da realidade concreta, esses modelos conseguem mimetizar e se ancorar na realidade observável, podendo ser verificados ou não. Além disso, eles são provisórios e múltiplos, tornando-os moldáveis. Todos esses aspectos apontados podem nos fazer refletir sobre os modelos de comunicação pública da ciência, que tentam descrever o fenômeno comunicacional das pessoas envolvidas (cientistas, jornalistas, públicos e outros) e interferir a partir das prescrições de como ela pode ser materializada. É importante considerar que estão sujeitos aos perpasses das relações sociais, tornando a questão da modelagem ainda mais polêmica e complexa se compararmos a outras áreas. A autora ainda afirma que talvez essa categorização utilizada na comunicação pública da ciência não consiga contribuir na compreensão de uma realidade tão complexa de perpasses e aspectos comunicativos da ciência.

Não necessariamente se trata de refinar as variáveis ou agregar mais elementos e sim de questionar a própria noção de “modelo” entendendo-o como problemático ou até mesmo uma “camisa de força”. Ela compara a relação comunicacional da ciência com um “caleidoscópio” que quando agitado pode deixar um modelo visível, mas que há muitas outras combinações aleatórias entre os indivíduos que podem ocorrer de forma não prevista (RODRIGUES, 2015). Uma importante observação feita por Bucchi (2008) nos diz que ao invés de perguntarmos sobre qual o modelo de comunicação científica é melhor ou não para a interação entre o público e os especialistas, devemos nos atentar para questões de natureza mais sociológicas que questionem em que contextos surgem essas diferentes formas de comunicação pública da ciência, e é o que traremos a seguir (BUCCHI, 2008).

2.3 DISCUSSÕES SOCIOLÓGICAS PERTINENTES

A memória histórica brasileira perpassa a demarcação de posição social e discursiva das universidades brasileiras e instituições públicas, agentes do processo de DC. Um dos aspectos que ainda hoje as marcam é a responsabilização do setor público como impulsionador da cultura científica no Brasil, estando muito relacionada com o projeto nacionalista da ditadura militar (décadas de 1960 e 1970), que buscava fomentar um espírito desenvolvimentista no contexto após Segunda Guerra Mundial (FLORES E FOSSÁ, 2018; MOREIRA; MASSARANI, 2002).

Baseada nesses discursos, a DC é forjada como uma das responsabilidades sociais das instituições públicas, tornando as instituições de pesquisa centrais nos processos de DC. As universidades são colocadas como locais essenciais de origem do conhecimento científico, servindo em benefício da sociedade, e sendo, portanto, responsáveis pela sua disseminação. Nessa linha de pensamento se articula a justificação da importância da ciência e DC para os indivíduos, beneficiados com a atividade, sendo a instituição científica benfeitora social ao produzir e colocar à disposição da sociedade os conhecimentos produzidos. Assim surge a DC visando intermediar a relação entre as distantes instituições científicas e a sociedade. Nela forja-se o imaginário coletivo e social, que reflete nos discursos acadêmicos sobre DC, devendo ser desenvolvida a DC para suprimir a lacuna de distanciamento entre a ciência (atividade hermética e complexa) e a sociedade (lugar de conhecimentos do “senso comum” e “leigo”) através de uma ponte entre universos distintos. “Essa ponte, no entanto, é apenas simbólica, não propondo a transposição dos limites desses universos sociais” (FLORES E FOSSÁ, 2018, p. 241).

Kanashiro e Evangelista (2004) observam que esse contexto no Brasil forjou na construção social a ideia de déficit como discurso não apenas na DC, por parte de pesquisadores, divulgadores e jornalistas, também existindo em diferentes esferas e/ou situações da política, economia e outros, sendo disseminada por muitas redes de interesse. Os autores defendem que essa ideia está relacionada com a própria percepção de um Brasil em déficit, em uma relação de alteridade continuamente reconstruída junto aos países ditos “desenvolvidos”, “avançados”, “de primeiro mundo”, onde historicamente se busca o progresso por meio do desenvolvimento cultural, econômico, político e científico.

[...] de fato, historicamente, por seguidos governos e planos econômicos, o Brasil assume seu “déficit” e busca superá-lo, para chegar ao modelo ideal de países desenvolvidos. Na contínua, dinâmica, relacional e situacional construção de identidade nacional persiste a idéia do outro, avançado, moderno e desenvolvido. Como se passado e futuro pudessem estar juntos, o primeiro habitando o sul, enquanto o segundo vive ao norte do planeta. A idéia de desenvolvimento, que aparece como resposta aos problemas sociais, como chave para a justiça social, pode ser traduzida pela superação do déficit. “O Brasil é o país do futuro” é um dito popular, uma frase que serve para anunciar a esperança de que o país se equipare aos mais ricos ou desenvolvidos [...] (KANASHIRO; EVANGELISTA, 2004, p. 01).

Existem muitas discussões sociológicas sobre a concepção entre moderno e arcaico no Brasil, onde se destacam uma persistência na relação conflituosa entre esses dois aspectos e que se mostram como uma marca que constitui a história e imaginário brasileiro. A noção da existência de um atraso ou déficit em si, é utilizada como ferramenta de poder, onde certas ações são mobilizadas através da busca pelo novo, tecnológico, facilidades e/ou viabilidades para a vida cotidiana. Além disso, ela nos aponta para qual caminho devemos seguir na evolução da ciência: o caminho pelo qual os países ditos ‘avançados’ passaram. Uma corrida científica se estabeleceu pelo norte e a ciência moderna é entendida como o motor da competição. Assim, o mercado, em nome do progresso, define as finalidades da ciência moderna em nome do desenvolvimento econômico e social, do progresso, utilizando como pano de fundo o déficit ou atraso como algo a ser superado (KANASHIRO; EVANGELISTA, 2004).

Além da concepção do déficit, atualmente muitos governos e órgãos intergovernamentais fomentam a ideia e as tornaram em políticas centrais, conhecidas como “*knowledge economy*” ou “*knowledge society*”, onde a ciência e tecnologia são atribuídas como prioridades para pesquisa e desenvolvimento. Assim, a comunicação é impulsionada a partir do recebimento devido à maior atenção e recursos, além da necessidade de disseminação, exigidas devido ao financiamento de fundos públicos, sendo vista, portanto, como uma função do mercado de trabalho. Além disso, o conhecimento construído é quase que exclusivamente para fornecimento de tecnologias, serviços e produtos, onde pouco aparece as ciências naturais e dificilmente aparecem as ciências humanas e sociais (TRENCH, 2008a).

Trazendo a discussão para um campo mais específico da DC, ao longo da história as argumentações para defender e ressaltar a importância da comunicação pública da ciência variaram desde a mais utilitaristas até iluministas ou filantrópicas. Algumas delas interessadas

na difusão do conhecimento científico e técnico, e outras, considerando a importância econômica ou política. Embora muitos cientistas de algumas áreas na academia possam e queiram estar numa posição relativa de autonomia, não considerando as demandas sociais, vivendo nas suas torres de marfim, não é excessivo afirmarmos haver necessidades de diálogo e negociação com diferentes grupos sociais. A comunicação pública da ciência está se tornando cada vez mais parte da tecnociência, tornando-se menos uma opção por parte dos cientistas e jornalistas. Isso porque a comunicação torna-se inevitável para as estratégias como *lobby* científico, legitimando certas pesquisas com apoio e recursos financeiros (privados e/ou públicos), ou até mesmo de impulsionamento de carreiras acadêmicas (CASTELFRANCHI, 2010; RAZUCK; RAZUCK, 2017).

Durant (1990, apud VARA 2010) de forma sintetizada dá três razões utilizadas como justificativa para os motivos de comunicar ciência, sendo elas baseadas: uma de argumento cultural, outra de argumento prático e o terceira político. A primeira está relacionada com a ideia de valorização e aquisição de uma ciência primária, fruto do conhecimento de base na civilização ocidental moderna, culturalmente supervalorizada. Já a segunda estaria relacionada com o argumento que na contemporaneidade a ciência e tecnologia impactam de forma significativa as sociedades, sendo importante o conhecimento para tomar decisões no dia a dia, sobretudo enquanto consumidores. O último está relacionado com a noção de que os cidadãos precisam ter compreensão dos problemas a serem resolvidos sobre as questões de ciência e tecnologia, visando a qualidade da democracia. Todos têm em comum tradicionalmente a caracterização do público entendido como desinteressado e ignorante e reforçar a existência de uma lacuna entre cientistas e público. Vara (2010) defende ser importante relativizar essa concepção construída e desnaturalizá-la.

Nesse sentido, o ato de de(s)colonizar pode nos ajudar a perceber o poder de uma comunicação baseada nas histórias contadas por nossos povos ancestrais colonizados, para outros saberes poderem circular, possibilitando outras formas de aprender e comunicar. Baseando-se em Paulo Freire, Kaplún (2019) defende que o diálogo e os processos são tão importantes quanto a transmissão e os produtos, onde há esforços para compreender diferentes universos culturais, expectativas e medos dos que dialogam se envolvendo no processo de transformação pessoal e coletiva.

Outro ponto importante é a indispensável reflexão sobre as relações de poder que envolvem a produção e divulgação da ciência, não se tratando de depreciar os envolvidos,

mas entender o papel e poder das multimídias, por exemplo, no imaginário social, sendo muitas vezes construídas sem contexto e perspectiva histórica. Por terem impacto significativo na vida das pessoas, é importante que o público não apenas tenha acesso aos resultados, como também esteja nos processos e envolvido de fato, assim a comunicação torna possível e transparente o acesso às redes de poder, expondo também as suas contradições. Para isso é importante que ela esteja articulada historicamente, que sejam incluídas discussões sobre controvérsias e as próprias relações de poder, materializando uma comunicação de qualidade e crítica.

Caldas (2011, p. 32-34) faz os seguintes questionamentos: “Como o saber implica necessariamente em poder, como dividir, compartilhar o saber, para compartilhar o poder? (...) Apesar do discurso recente de popularização do conhecimento, o que se pretende, de fato?”. Na sequência ela afirma que não necessariamente é preciso negar as especificidades dos saberes ou abdicar deles, e sim debater e fomentar a participação efetiva da sociedade tendo em vista os impactos sociais inegáveis da ciência. “Afim, o conhecimento não se constrói apenas com informações, mas, sobretudo, com o debate do contraditório e com tempo mínimo de reflexão para a tomada de decisão e escolhas conscientes” (CALDAS, 2010; CALDAS, 2011; CALDAS; ZANVETTOR, 2014).

Fernandes (2011) afirma que sob a capa da promoção da partilha do saber, tornando a ciência acessível ao senso comum, a DC, na verdade, perpetua o não acesso ao saber de fato, já que partilhar saber é partilhar poder. A própria disputa sobre o que é ou não ciência é uma disputa por autoridade, e só é colocada quando são problematizados aspectos da comunicação da ciência sob a perspectiva dos cientistas, que no que lhe concerne esperam o não questionamento dos “leigos”. Assim, a DC é capaz de tornar a ciência presente no cotidiano, porém inacessível, sendo seu discurso espelhado na lacuna entre cientistas e “leigos”. Apesar disso, há o discurso sem sujeito que, reforçado pela universalidade do conhecimento, é apresentado como uma possibilidade para todos, mas que, no entanto, só assume o discurso do fato científico proferido entre pares.

[...] o discurso científico contemporâneo, assim como o discurso didático dos manuais, discurso segundo que reproduz o regime de enunciação do primeiro, apagam, ao contrário, os mecanismos da enunciação no anonimato de um discurso universal do Verdadeiro, à racionalidade atemporal e impessoal. Via a forma do discurso relatado, na D.C. os enunciados científicos são massivamente remetidos (cf. 2.2.1.) a temas concretos, nomeados, datados, localizados. Esta “encarnação” do

discurso científico não realiza uma salutar relativização deste pela consideração da história e das pessoas no processo de produção de conhecimentos (...) Lugar da encenação da comunicação, o discurso da D.C. traz consigo, no quadro ideologicamente tranquilizante da ordem e das representações estabelecidas que ele reforça — a Ciência, absoluta, privilégio de uma elite; a repartição desigual do saber —, *lugares gratificantes* oferecidos à identificação do divulgador e do leitor: os de uma dupla de interlocutores de boa vontade, superando, através dos meios de que ela dispõe, os obstáculos à comunicação e ao desejo de saber [...] (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 123 e 125).

Nesse sentido, todos os elementos trazidos até aqui aproximam-se muito do que Paulo Freire critica no livro “Pedagogia do Oprimido” (1981), onde há uma tendência de massificação de conteúdos ideologicamente elencados pela elite dominadora e detentora da racionalidade e neutralidade cuja missão é o letramento do povo em sua condição de ignorância. O estabelecimento de relações efetivamente democráticas é possível a partir do papel ativo, consciente e instrumentalizado dos sujeitos envolvidos. Assim, a falácia da neutralidade do conhecimento, geralmente presente nos discursos dogmáticos, autoritários e/ou ideológicos provenientes do universo da ciência moderna, é colocada em questão nos processos de produção de saber (FREIRE, 1981; SOUZA, 2019). Nesse sentido, Souza (2019), argumenta que:

[...] trata-se de uma leitura de mundo que além de ser imposta de maneira vertical e, portanto, base de uma relação de opressão que, em última instância, contribui para a manutenção de relações sociais opressoras mais abrangentes, encontra-se calcada numa espécie de “pedagogia da resposta”, na qual se suprime a provocação à reflexão e à crítica, elementos-chave para a assunção de uma postura realmente participativa e questionadora [...] (SOUZA, 2019, p. 57).

Na mesma linha de observação e discussão, Loureiro (2003) ao estudar sobre os museus de ciências brasileiros identificou que valores hegemônicos de natureza tanto histórico-cultural quanto político-ideológica das classes dominantes estão presentes nesses ambientes. Nesse sentido, os produtos finais da ciência, permeados de valores, crenças, normas, interpretações e abordagens ideológicas, são apresentados de forma que não haja espaço para reflexão sobre os processos de forma crítica.

[...] a cientificidade incorporada no escopo das representações expositivas museais científicas abordadas parece encobrir as contradições da sociedade capitalista e a função histórica das classes dominadas, impedindo e/ou desarticulando novas alternativas, confrontos e estratégias destinados a promover transformações estruturais no modo de produção capitalista. A divulgação científica serviria de

recurso por meio do qual as formas dominantes forjariam consciências, impedindo o surgimento de novos territórios ideológicos [...] (LOUREIRO, 2003, p. 94).

Alguns autores ainda relacionam a teoria de Bakhtin e colaboradores com o discurso científico para compreender seus interesses e objetivos carregados de aspectos ideológicos e de interesse de mercado. Razuck e Razuck (2017) explicam que a ideologia é objeto central para a teoria, sendo um fenômeno de consciência. A consciência, construída a partir das interações sociais (impregnadas de ideologia), é a base para a produção de significados, tornando, assim, a consciência individual um fruto de signos sócio-ideológicos. Há também uma relação direta entre o processo de comunicação científica e a teoria, pois a linguagem deve ser entendida como um ato discursivo situado no contexto histórico e social carregado de ideologias, impossibilitando desvincular a linguagem do conteúdo ideológico (RAZUCK; RAZUCK, 2017). Cunha (2008) traz como exemplo uma modalidade de comunicação científica, o jornalismo científico, e explica que seus discursos surgem a partir de um convívio cultural mais amplo e complexo, que possuem componentes práticos e sócio-históricos:

[...] para tanto a reportagem jornalística tem um componente prático e sócio-histórico bastante forte, o que constitui um elemento de realização e interação social muito grande. Uma reportagem jornalística que traz o campo da ciência para o campo da mídia inscreve-se no contexto cultural e sócio-histórico de maneira prática e funcional e nele introduz visões e concepções de ciência [...] (CUNHA, 2008, p. 5).

Cunha e Giordan (2009) ao falarem sobre os discursos da DC, afirmam que, para entender a sua construção, eles devem ser analisados com base nas teorias de análise do discurso, devido à complexidade e a mudança de um discurso que em muitas ocasiões sai da esfera científica e vai para a midiática, mudando seu gênero. Além disso, novas perspectivas da análise do discurso da ciência tornam possíveis abordagens acerca da neutralidade e ausência dos sujeitos no discurso científico (CALDAS, 2011; CUNHA; GIORDAN, 2009).

Flores e Fossá (2018) observam que a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso pode ser importante para a desconstrução de sentidos do discurso da ciência, tanto desnaturalizando o objeto científico quanto desestabilizando sentidos que buscam ser apagados intencionalmente pelo discurso científico. Desse modo a ciência passa a ser

percebida como atividade humana, social e histórica construída a partir de interesses e condicionada por erros e acertos.

Com alguns dos elementos trazidos até aqui, é possível perceber que os aspectos políticos e ideológicos perpassam tanto a comunicação quanto os comunicadores, apesar desse reconhecimento nem sempre estar explícito (e ao contrário, muitos fazem o reforço de um papel exclusivamente técnico e neutro). Kaplún (2019) explica que essa postura revela, na verdade, mais uma postura política a favor do *status quo* e uma postura epistemológica funcionalista e menos a favor de transformações dos processos sociais que busquem maior justiça social (KAPLÚN, 2019). Nesse sentido, finalizo a presente seção com alternativas sugeridas pelo mesmo autor:

[...] En el plano estricto de la comunicación podríamos decir que se trata de producir vínculos más solidarios y democráticos, amorosos y eficientes (la ineficiencia desgasta los procesos de cambio hasta paralizarlos). Se trata también de producir sentidos más claros, compartidos, compartibles y creativos (las revoluciones acartonadas mueren de tristeza). Se trata, en fin, de una mirada sobre la comunicación que nos atraviesa para impulsar cambios sociales instituyentes, que cuestionan a fondo lo instituido. Para eso, hoy, tendremos que navegar entre magia popular y tecnología digital y aprender trabajar cada vez más con ingenieros y poetas, sociólogos y antropólogos, filósofos y psicólogos. En verdad un poco de todo eso somos los comunicadores, pero nuestro campo de estudio y acción nos obliga hoy a tejer más interdisciplinariamente. Y a indisciplinar aún más nuestro oficio, en imprescindible diálogo de saberes con otros que están fuera y lejos de la academia pero tienen mucho para aportar a la comprensión y construcción de una comunicación alternativa. O muchas [...] (KAPLÚN, 2019, p. 82-83).

2.4 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA *INTERNET*

Uma das principais formas de contato com a ciência está na educação escolar. Além dela, ao longo da vida, o contato ocorre geralmente por meio da mídia, através de jornais, revistas, televisão, *internet*, e outros, tornando-os importantes na formação de opinião e interesse. Atualmente, a *internet*, em suas várias formas de comunicar, é parte indissociável do tecido da comunicação científica e também totalmente integrada à prática científica. A midiatização da ciência, que ultrapassa muitas vezes a esfera das comunidades de pesquisa, é influenciada, além do interesse do público, por diretrizes jornalísticas, assim como os jornalistas dependem de limitações e pressões editoriais repercutindo no discurso da ciência nas mídias. Muitos atores passaram a fazer parte do processo, sendo eles: sociedades

profissionais, pesquisadores, instituições de ensino superior, empresas comerciais, grupos que promovem a ciência, grupos que desafiam a ciência, jornalistas, entre outros. Esse processo, e a própria *internet*, fizeram com que os limites da comunicação fossem sendo transformados do nível de comunicação científica para a comunicação pública da ciência, abrindo muitos aspectos da pesquisa científica ao público e criando oportunidades para mais interatividade entre cientistas e o público. Assim, abriu-se a possibilidade do acesso do público aos “bastidores”, incluindo as incertezas na ciência, ajudando numa possível virada da comunicação científica de “dentro para fora” (CARVALHO; CABECINHAS, 2004; TRENCH, 2008a; TRENCH, 2008b).

Na América Latina o campo da comunicação se articulou em torno da lógica da mídia tradicional, deixando em segundo plano as mediações ou interação direta entre pessoas, grupos e coletivos. Recuperar o aspecto dialógico não é fácil, mas o universo digital abriu novas possibilidades, onde é possível ampliar a comunicação interpessoal (KAPLÚN, 2019).

No debate sobre o universo digital encontramos concepções desde as mais otimistas até as mais pessimistas. Por um lado consideram-se as potencialidades democratizadoras, ampliando a possibilidade de fala para setores tradicionalmente excluídos e que não teriam espaço habitualmente nas mídias tradicionais. Dessa forma, se colocam alternativas capazes de contrapor as grandes mídias hegemônicas, bem como a possibilidade de alcançar uma ampla cobertura a baixo custo. Por outro lado, consideram-se os riscos, como banalização do debate público, distração constante dos receptores de informação e ambiente propício para difusão rápida de desinformação e manipulação. O próprio fenômeno das bolhas promovidas pelos algoritmos gera desconfiança no otimismo democratizante, onde a comunicação de todos com todos fica comprometida. Ambas possuem suas razões de ser e com o passar do tempo vão agregando elementos e evidências que as fomentam (KAPLÚN, 2019).

É importante pensarmos nas redes sociais para além da forma de comunicação, existindo muitos aspectos a serem considerados. Ao estarmos sendo intermediados por redes centralizadas, como os algoritmos, nos é limitado receber e consumir apenas o que for de interesse instantâneo pessoal e estabelecer conexões com pessoas próximas ideologicamente, limitando as redes de contato com o divergente. Essa limitação é inclusive nociva para a própria democracia, como podemos observar nas bolhas político-partidárias na atualidade na América Latina (OLIVEIRA, 2018). Elas foram responsáveis pelo avanço da nova direita, que inclui figuras políticas como Donald Trump e Jair Bolsonaro, que ampararam as campanhas

eleitorais com discursos apropriados as bolhas baseada no gerenciamento de excessivas quantidades de dados pessoais. Entender esse terreno é entender também a sua capacidade de reconfigurar a vida individual de milhões de pessoas e de construir comunidades (KAPLÚN, 2019).

Apesar disso, é inegável o papel da *internet*, que vem se assumindo como potência e abertura a novos modos de construir e/ou disseminar conhecimento, tornando como importante o desafio de investigar e aprofundar as formas de circulação e consumo de informação nesse espaço. O constante crescimento e diversificação da comunicação da ciência na *internet* fez com que ela se tornasse estratégica, e muitas vezes política e ideológica, dificultando para o público sobre a validação e interpretação da ampla gama de informações disponíveis, que variam desde artigos de periódicos revisados, relatórios de pesquisa, declarações de grupos de interesse, artigos da mídia, promoções de empresas até materiais de DC e muitos outros (CARVALHO; CABECINHAS, 2004; TRENCH, 2008b). Além disso, a noção de público, com a ascensão no campo da comunicação em massa das mídias digitais, mudou significativamente, dando lugar à noção de “usuário”. Assim, debates sobre a interatividade têm sido feitos tanto sobre as relações de indivíduos e computador, quanto indivíduos e grupos (TRENCH, 2008a).

Rodrigues (2015) chama a atenção para uma pulverização ainda maior dos canais de informação, dificultando distinguir os responsáveis pela agenda pública, se são as mídias de massa ou outros. Por esse motivo, o autor sinaliza ser imprudente decretar uma “queda dos portões” a partir das novas mídias, os *blogs*, as redes sociais, os portais *online*, onde todos são geralmente alimentados pelas mídias de massa, tornando o cenário comunicacional altamente vasto e complexo. Ele aponta que talvez a agenda hoje seja mais difusa do que décadas atrás, mas isso não quer dizer necessariamente que seja mais “democrática”.

Atualmente 66% dos brasileiros têm acesso à *internet*, mas boa parte se concentra em ambientes urbanos das regiões Sudeste e Sul e entre as classes mais altas. O acesso móvel é crescente e os brasileiros estão entre os entusiastas no mundo sobre o uso de redes sociais e aplicativos em celulares, mas não o suficiente ainda para desestabilizar os dados aqui trazidos. Apesar de a televisão ainda ser a principal fonte de informações de ciência para a sociedade brasileira, o uso da *Internet* como fonte de informação sobre ciência dobrou entre 2006 e 2015 e tem ganhado espaço, principalmente entre os jovens. Assim, os estudos sobre DC têm

estado atentos para a cibercultura (MASSARANI; ROCHA, 2018; PORTO; OLIVEIRA; ROSA, 2018; RODRIGUES, 2015).

Um dos espaços também muito ocupados pelos brasileiros atualmente, sendo o nosso país um dos maiores consumidores, é o YouTube. Criado em junho de 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, ex-funcionários do site de comércio *online* PayPal, a plataforma foi adquirida um ano depois pela empresa multinacional Google. O YouTube foi criado inicialmente visando eliminar barreiras técnicas e possibilitar um maior compartilhamento de vídeos amadores e artesanais na *internet*, tentando revolucionar a experiência de assistência passiva da TV, onde seria possível o engajamento interativo e alimentação de conteúdos por usuários (profissionais ou não). Uma pesquisa de mercado do Google, constatou que os *youtubers* são mais influentes que jornalistas, mostrando que a plataforma se tornou bastante popular, alcançando mais de quatro bilhões de visualizações diárias de vídeos, chegando a 60 horas de conteúdo carregados a cada minuto. O YouTube permite acesso aos vídeos onde os usuários podem ser tanto consumidores quanto geradores de conteúdo, não precisando de conhecimentos técnicos muito aprofundados, bastando também seguir as regras de uso. Assim, uma ampla variedade de vídeos com conteúdos, fontes e propósitos diversos são disponibilizados. É importante mencionar ainda que, mesmo diante do cenário, boa parte das pessoas é mais propensa a assistir os vídeos enquanto uma parte menor faz a criação e *upload* de vídeos (BURGESS; GREEN, 2009; REALE, 2018; REALE; MARTYNIUK, 2016).

A plataforma do YouTube tem se mostrado uma grande aliada na DC na *internet*, encontrando reverberação com demanda relativa do público. Para criar engajamento, um divulgador científico deve tornar a ciência atrativa para o público, para gerar visualizações, engajamento e disseminação orgânica, sendo possível criar comunidades e atrelar outras redes sociais no processo, como o Instagram ou Facebook, bastante usados para compartilhar e distribuir conteúdos (REALE; MARTYNIUK, 2016).

Em 2015, a rede Science Vlogs Brasil (SVBR) foi criada pela Numinalabs, empresa de São Paulo fundada em 2012 e responsável pela curadoria de geração de conteúdo com especialistas de diversas áreas científicas. A SVBR é uma rede de canais (que tem como plataforma principal o YouTube) alimentada por uma comunidade de *youtubers* divulgadores científicos brasileiros. Segundo o site do projeto⁹, na seção “Quem Somos” encontramos a seguinte descrição: “Alguns dos mais influentes e famosos nomes da divulgação científica em

⁹ Disponível em: <https://sciencevlogsbrasil.com.br/>.

vídeos no Brasil unem-se em um projeto inédito e inovador: criar um selo de qualidade colaborativo que garanta informação científica de qualidade, confiável e relevante! Este é o Science Vlogs Brasil!”. Ainda segundo o site, o projeto inclui 60 canais que possuem o selo SVBR, somam um total de mais de 3 bilhões de visualizações e 25 milhões de inscritos (REALE, 2019).

Para que um canal obtenha o certificado e faça parte, ele deve ser indicado por um parceiro SVBR, passar pelo conselho do SVBR (que avalia os indicados), passar por especialistas da área divulgada, por toda comunidade de canais parceiros e então receber o convite para receber o selo. A rede SVBR é composta majoritariamente por homens brancos entre 18 e 35 anos que se situam no Sudeste brasileiro, mostrando que existem barreiras de natureza geográfica, de gênero e raça, as mesmas que são estruturais da sociedade brasileira. Além disso, a produção concentra conteúdos de áreas relacionadas a Ciências Exatas e Biológicas, onde as Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Agrárias são as que menos aparecem (BUENO; FONSECA, 2020).

Em uma pesquisa sobre os canais de ciência mais populares no Brasil, alguns pertencentes ao SVBR, Flores e Medeiros (2018) identificaram que dentre as estratégias utilizadas, para legitimar determinados discursos, foi o uso da autoridade científica e referências jornalísticas. Além disso, houve um predomínio didático que coloca o *youtuber* no papel de professor, com monólogo frequente, requerendo uma menor produção e edição do que outros formatos utilizados no YouTube. Tanto uma linguagem com o uso de gírias e palavrões, quanto o entretenimento com humor e/ou referência da cultura pop, foram identificadas como estratégias de aproximação com o público, tentando afastar a imagem de severidade geralmente associada ao discurso no campo científico (FLORES; MEDEIROS, 2018). Além dessas estratégias, observam-se características como os vídeos mais antigos que são geralmente mais populares em relação aos mais novos, ou os que possuem mais palavras-chave são geralmente mais acessados, bem como os vídeos com conteúdos considerados mais polêmicos tendem a ter mais engajamento e número de visualizações (BUENO; FONSECA, 2020).

É importante ressaltar que antes de ser uma rede social digital, o YouTube faz parte de uma empresa que visa ganho de capital econômico. Quanto mais pessoas passarem e permanecerem na plataforma, maior o rendimento. Por isso, há uma prescrição pela lógica da visibilidade, onde a quantidade de visualizações é mais importante do que os conteúdos, e a

monetização dos criadores de vídeo é contabilizada a partir do tempo e quantidade de visualizações, tornando importante para estes o maior número de conexões e permanência do público pelo maior tempo possível. Com a gestão desses campos de interesse há também conexão com movimentações políticas, onde há busca de visibilidade para interesses específicos, assim a plataforma é usada para atrair pessoas para consumirem os conteúdos sem necessariamente discutirem ou participarem de forma ativa. Em relação a esse aspecto, na prática, “vê-se mais grandes monólogos sem real conversação, mais um espaço programado do que em trocas mais igualitárias. Há mais espaços de embates não superados, pois a maioria não deseja ouvir o outro lado, apenas transmitir.” (REALE, 2018, p. 51). Além disso, há também um muro digital no que diz respeito ao acesso, onde por se tratar de carregamento de vídeo, e não apenas texto, demanda uma banda maior, disponível apenas para uma pequena parcela da população brasileira.

Além disso, temos os já mencionados algoritmos, que são projetados para serem imparciais e seguirem a lógica de manutenção dos interesses dos usuários (para que permaneçam mais tempo na plataforma). Estatísticas mostram que eles são sujeitos aos mesmos preconceitos, sejam eles inconscientes, explícitos ou sistêmicos, presentes na sociedade, reforçando estruturas como o racismo. Além disso, uma plataforma aberta onde pessoas podem contribuir com conteúdos não é o suficiente para garantir representatividade equitativa. Assim, estudos indicam que criadores não brancos apresentam mais dificuldades para se estabelecerem no YouTube (e não apenas nessa plataforma), podendo parcialmente explicar inclusive o perfil hegemônico dos *youtubers* pertencentes ao SVBR (KYNCL; PEYVAN, 2017).

Os aspectos pontuados nessa última subseção do presente capítulo, que fazem parte de um ambiente mais amplo já visitado nas subseções anteriores, são importantes para termos embasamento para as discussões geradas na presente pesquisa. É no ambiente do YouTube que buscamos entender os perpasses raciais, a existência de manifestações de branquitude, em vídeos de canais presentes na rede SVBR. Além disso, será necessário que entendamos também o panorama dos estudos raciais, em específico dos Estudos Críticos da Branquitude, o que é realizado no Capítulo (3), a seguir.

3 DIRECIONANDO VIA ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE

3.1 O CAMPO DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE

O campo conhecido como “*critical whiteness studies*”, traduzido como Estudos Críticos da Branquitude, cuja branquitude é tida enquanto objeto dos estudos, é recente, surgindo nas universidades estadunidenses em meados de 1990. A formulação e utilização do conceito de branquitude modificou a forma como se estudava a categoria raça na sociedade estadunidense, baseada majoritariamente na abordagem apenas dos negros e/ou grupos não brancos. Lourenço Cardoso (2008) cita alguns dos autores do campo dos estudos críticos da branquitude como Ruth Frankenberg, David Roediger, Stuart Hall e Paul Gilroy. Principalmente a partir de 2000, produções acadêmicas do campo surgiram em vários outros países, como Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil (CARDOSO, 2008; CARREIRA, 2018).

É importante mencionar que a problematização e enfoque no branco não surgiu com o surgimento do campo em questão. No Brasil, por exemplo, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos com seu livro intitulado “Introdução crítica à sociologia brasileira” de 1955, foi o primeiro autor brasileiro a problematizar o branco brasileiro, falando sobre a “Patologia Social do “Branco Brasileiro” (CARDOSO, 2008). O sociólogo explica que, atendendo à manutenção de poder da minoritária elite branca, estudos de “sociólogos” e “antropólogos” concentram-se no “negro-tema”¹⁰ e consideram as relações de raça no Brasil como um “problema de negros”. Ele afirma que, para preservação e consolidação da dominação

[...] teria de promover no meio brasileiro, por meio de uma inculcação dogmática, uma comunidade lingüística, religiosa, de valores estéticos e de costumes. (...) Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam proclamar-se branco outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e de classe [...] (RAMOS, 1955, p. 219-220).

¹⁰ Esse termo foi cunhado por Guerreiro Ramos em “Introdução crítica à sociologia brasileira” (1955).

Assim, a patologia social do “branco” brasileiro consiste em negar qualquer descendência biológica e/ou cultural negra, supervalorizando aspectos europeus/brancos. É importante destacar que Ramos coloca a palavra “branco”, entre aspas, no sentido de expor que no Brasil praticamente não existiriam brancos puros, sem nenhuma mistura biológica com pessoas negras e/ou cultural de referências afro-brasileiras (SCHUCMAN, 2012).

Além de Guerreiro Ramos no Brasil, encontramos outras pessoas consideradas referências e precursoras para os estudos sobre branquitude. Segundo Cardoso (2010b), o sociólogo, historiador, filósofo e ativista político estadunidense W. E. B. Du Bois, em seu livro cujo título é “*Black Reconstruction in the United States*” (traduzido como “Reconstrução Negra nos Estados Unidos”) de 1935, foi um precursor em teorizar a identidade racial branca. No livro o autor analisa os trabalhadores brancos estadunidenses do século XIX, onde apesar de receberem um salário baixo, recebiam benefícios, como o que Du Bois denominou de “salário público e psicológico”. Esse salário significava que os brancos, independente de classes sociais, tinham acesso a privilégios materiais e simbólicos e desfrutavam do *status* da branquitude, como acesso às funções públicas, prédios melhores nas escolas que seus filhos frequentavam, tratamentos cordiais em tribunais, direito ao voto, entre muitos outros, coisas que pessoas negras não desfrutavam (CARDOSO, 2010b; SCHUCMAN, 2012).

O filósofo e psiquiatra afro-caribenho Frantz Fanon, também é considerado precursor ao escrever seu livro “*Peles negras, Máscaras Brancas*”. Nele, questões raciais são discutidas e a própria relação entre colonizador e colonizado e o racismo, inerente dessa estrutura colonizadora, são entendidas enquanto categorias relevantes na construção das subjetividades tanto dos negros quanto dos brancos, afastando-os de suas condições humanas. Assim, Fanon problematizou a identidade racial branca e o complexo de superioridade forjados nas subjetividades dos brancos em relação aos não brancos (CARDOSO, 2010b, 2014; SCHUCMAN, 2017). O autor explica que “A civilização branca, a cultura européia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p. 30), onde se cria um “pacto” acerca da ideologia do branqueamento. Além disso, conforme explica a psicóloga e professora Lia Vainer Schucman (2012, p. 20):

[...] a construção do que o autor chama de máscaras brancas começa na rejeição do negro de si próprio e uma tentativa de fuga das características estereotipadas associadas negativamente aos não brancos na sociedade ocidental. Fanon afirma que o mesmo racismo subjetivado pelos negros também é apropriado pelos brancos,

embora em uma relação assimétrica, na constituição das identidades raciais brancas [...] (SCHUCMAN, 2012, p. 20).

O ativista sul-africano Steve Biko também é um dos intelectuais pioneiros, abordando o branco sul-africano das décadas de 1960 – 1970, durante o *apartheid*, mesmo período em que fazia parte da luta contra o racismo e perdeu a própria vida defendendo a causa (CARDOSO, 2010b, 2014). No seu livro “Escrevo o que eu quero” (1978) ele expõe algo semelhante ao que Guerreiro Ramos discute, no sentido de que o branco, em busca de poder, destrói tudo que se coloca no caminho, desenvolvendo uma filosofia de desigualdade, tratando certos grupos (não brancos) como hostis. Além disso, ele abre questionamentos como: “Já que têm consciência de que o problema deste país é o racismo branco, porque não se dirigem ao mundo branco? Por que teimam em falar aos negros?” (p. 83-84). Em um esforço de responder esses questionamentos Biko argumenta que qualquer ideia de mudança é repelida e/ou não é motivo de preocupação e, para acalmar a própria consciência branca, no máximo, tenta-se provar um grau de identificação com o negro, mas sem romper laços com parentes ou privilégios do outro lado da fronteira racial (BIKO, 1990).

Esse aspecto também foi discutido pelo (também precursor) escritor franco-tunisino Albert Memmi, no seu livro “Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador”, que sustenta que, mesmo sendo contra sua vontade, o grupo opressor obtém vantagens em consequência da sua pertença. Segundo Cardoso (2010a), é semelhante aos conflitos enfrentados pelo branco antirracista quando a identidade racial branca torna-se perceptível. No livro em questão, Memmi propõe uma discussão aprofundada sobre o exercício de papéis tanto do opressor quanto do oprimido, ou seja, investigou tanto o colonizador quanto o colonizado nas relações coloniais do contexto africano, mas não necessariamente entre brancos e negros. Memmi é considerado referência na emergência dos estudos sobre branquitude justamente por indicar a importância de problematizar também o opressor, deixando de lado a ideia que sugere que a opressão é um “problema do oprimido”, que o opressor pouco se encontra relacionado. Nesse sentido é possível um paralelo com Guerreiro Ramos, que, conforme mencionado, critica que no Brasil as relações de raça sejam consideradas um “problema de negros” (CARDOSO, 2010b, 2014).

Esses e outros intelectuais foram e são importantes para os estudos (inter)nacionais sobre branquitude, apontando para uma análise dos que exercem o papel de opressor nas

sociedades estruturalmente desiguais. É relevante mencionar que, apesar dos estudos sobre branquitude focarem no branco em suas pesquisas, não se propõe necessariamente o fim das pesquisas sobre acerca da negritude, pois apesar de estarem em uma situação de desvantagem nas relações raciais, não anula a necessidade de investigações e estudos particulares. O que se pretende é chamar atenção e procurar entender e preencher essa lacuna presente nas teorias das relações raciais que naturaliza a ideia de que apenas o negro tem raça (CARDOSO, 2010b; SCHUCMAN, 2018).

Foi nesse contexto de ausência de estudos sobre o branco nas relações raciais de forma persistente, onde buscava-se entender e considerar apenas como constituintes do problema racial os sujeitos não brancos, que surgiram no Brasil os Estudos Críticos da Branquitude no Brasil. O levantamento realizado pelo professor e pesquisador da área de Ciências Sociais Lourenço Cardoso (2008) acerca da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais (de 1957 a 2007), indica que foi a partir dos anos 2000 que os estudos sobre branquitude no Brasil emergiram, com o intuito de tensionar tanto a invisibilidade quanto o silenciamento histórico sobre o lugar dos brancos nas pesquisas sobre relações raciais. De um campo de estudos relativamente recente, encontramos o nome de vários estudiosos como: Maria Aparecida Bento, Lourenço Cardoso, Edith Piza, Liv Sovik, Lia Vainer Schucman, entre muitos outros. A partir dos estudos desses e outros intelectuais, as abordagens sobre branquitude se tornaram e se tornam cada vez mais complexas, diversas e contextuais. Bebendo de diversas fontes, muitas das quais não estão relacionadas diretamente com a área, esses autores buscam compreender, por exemplo, como funciona a constituição e manutenção dos privilégios brancos; como os brancos se constituem enquanto grupo não racializado e os efeitos que dessa não racialização, tanto no âmbito subjetivo quanto nas relações sociais; do poder do branco perante os grupos racializados e como as hierarquias, diversidades, desigualdades, pactos, alianças e conflitos perpassam os brancos. Esses são alguns dos muitos enfoques estudados no campo (CARDOSO, 2014; CARREIRA, 2018; SCHUCMAN, 2018).

Socialmente, as relações raciais são marcadas por perpasses de atuação tanto do Estado, quanto das produções acadêmicas e luta dos movimentos sociais. Cardoso (2008, 2014) e Guimarães (2001) explicam que, apesar de ausentes durante o período de 1957 a 2000, a branquitude enquanto tema emerge sob a influência principalmente por essa teia de perpasses, tendo como destaque o ativismo negro e indígena, que teve/tem papel central.

[...] por outras palavras, o negro que tanto foi observado e teorizado pelo branco, ao entrar na academia, passou a observar e falar a respeito do branco. Nisto além do negro, o próprio branco igualmente se observa e analisa caso dos trabalhos de Liv Sovik (2009) e Lia Vainer Schucman (2012). Nisto, elas realizam um diálogo mais estreito ou distante com os pesquisadores e ativistas negros [...] (CARDOSO, 2014, p. 128).

Ainda segundo o levantamento de Cardoso (2008), dentre os primeiros estudos sobre branquitude, encontramos o já mencionado trabalho de Guerreiro Ramos. Também encontramos Edith Piza com: “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu” de 2000 e “Porta de vidro: entrada para a branquitude” de 2002. Influenciados pelas ideias de Ruth Frankenberg, ambos trabalhos de Piza abordam discussões a partir da ideia do branco não se percebendo enquanto racializado, tornando a branquitude como uma identidade racial não marcada, “invisível”. A autora ainda expõe o grande impacto que é perceber sua própria branquitude, comparando com o impacto de uma pessoa ao chocar-se com uma porta de vidro. Além dos dois trabalhos mencionados, encontramos o trabalho “A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses” (2001) escrito por César Rossatto e Verônica Gesser, que trata da branquitude nos contextos do Brasil e dos Estados Unidos, onde se discute a importância de evidenciar e discutir a branquitude na área da educação, auxiliando na desconstrução da ideia de hierarquias sociais, e assim contribuindo com a luta antirracista.

Além deles, encontramos a tese de doutorado da psicóloga social Maria Aparecida Bento, cujo título é: “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” (2002b), que investigou manifestações da branquitude a partir dos discursos de pessoas integrantes de chefias e dirigentes e/ou profissionais de Recursos Humanos (RH) em duas prefeituras do sudeste brasileiro. A intelectual propõe o conceito de “pacto narcísico”, conceituando-o como “um pacto que visa preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (BENTO, 2002b, p. 106). Assim, ela explica que nem sempre a ação discriminatória é diretamente motivada pelo preconceito, podendo ocorrer por outras razões como a manutenção de privilégios, caracterizando a discriminação institucional, por exemplo. Desse modo, a pesquisadora conclui com seu estudo que profissionais de RH brancos tendem a fazer parte do pacto narcísico branco, contratando majoritariamente pessoas brancas afirmando serem pessoas que inspiram maior confiança e/ou competência (BENTO, 2002b; CARDOSO, 2010b).

Essa é uma das muitas questões também discutidas no livro “Psicologia Social do Racismo: Estudo sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil” (2002), organizado por Maria Aparecida Bento e a sua orientadora de tese, a psicóloga Iray Carone, que reúne autores que trazem discussões acerca da branquitude e a compreensão de que a desigualdade racial brasileira, forjadas a partir da manutenção de privilégios materiais e simbólicos que os brancos obtêm, estruturam a sociedade brasileira a partir do racismo (SCHUCMAN, 2017). No livro Bento (2002a, p. 28) expõe que: “No campo da teoria da discriminação como interesse, a noção de privilégio é essencial. A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito.”.

Até aqui, tivemos um breve panorama de alguns dos intelectuais e seus respectivos trabalhos que fazem parte do percurso dos Estudos Críticos da Branquitude enquanto campo que conhecemos hoje. Após esse breve histórico dos Estudos Críticos da Branquitude, trago a seguir algumas discussões pertinentes acerca da branquitude e raça/racismo, que auxiliarão na condução de discussões que faremos nos capítulos adiante.

3.2 BRANQUITUDE E RACISMO

Para seguirmos, é importante, antes, entendermos o que autores da área (ou não) entendem enquanto branquitude. O termo foi primeiramente sugerido no Brasil em 1962 por Gilberto Freyre¹¹, que apesar de não fazer parte do campo, utilizou-o em um sentido análogo à palavra “negritude”, onde a utilização de ambas é criticada pelo autor ao serem aplicadas no contexto brasileiro, por serem consideradas “mitos” dado que a “democracia racial” seria uma realidade devido ao processo de mestiçagem no Brasil. Isso fica evidenciado conforme

¹¹ O sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e suas obras são bastante famosos nacional e internacionalmente, principalmente no que diz respeito ao livro “Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal” (1933), que auxiliou no empreendimento do Estado brasileiro em construir uma imagem de um Brasil harmônico entre raças, mesmo diante de um grande período escravagista. Esse período é ilustrado de forma suave e amena, onde as pessoas escravizadas eram retratadas como dóceis e passivas, e os senhores generosos e afetuosos. Assim, foi possível tornar enraizado na história das relações raciais o negacionismo de práticas discriminatórias e preconceito, apesar dos dramáticos indicadores indicando uma profunda desigualdade racial. Ignorando as violências e desigualdades, características das relações raciais nada harmônicas brasileiras, o autor foi um dos principais defensores do mito da “democracia racial”. Apesar de o termo não ser encontrado em suas obras mais importantes, por evitar nomeá-las, Freyre utiliza expressões sinônimas, como “democracia étnica”. Apesar de ser criticado em muitos aspectos por muitos autores, como Florestan Fernandes e Otávio Ianni, os mesmos são criticados por caírem no mesmo lugar da não problematização do lugar do branco na construção e manutenção do racismo (BENTO, 2002b; CARREIRA, 2018; GUIMARÃES, 2001).

Guimarães (2001, p. 9) apresenta um trecho do discurso de Freyre no Gabinete Português de Leitura em 1962:

[...] meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam este ano, no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da “vária cor” camoneana, tanto se opõe à mística da “negritude” como ao mito da “branquitude”: dois extremos sectários que encontrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana [...] (FREYRE, 1962 apud GUIMARÃES, 2001, p. 9).

Apesar de Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos (pioneiro ao propor estudos sobre a identidade branca no Brasil), utilizou em alguns momentos o termo “brancura” que, conforme Cardoso (2014), o sentido utilizado por Ramos teria o mesmo significado de “branquitude” atualmente na literatura científica, sendo uma questão da tradução do conceito em inglês (CARDOSO, 2008, 2014). Em alguns momentos, ele também utiliza “brancura” no sentido como atualmente se conhece, que estaria relacionada aos aspectos físicos que levam as pessoas brancas a serem lidas socialmente como tal, como a pele clara, cor e formato de lábios e nariz, textura dos cabelos, e outros. É importante mencionar que para a branquitude, a brancura é um dos traços, mas ela vai além das características físicas (CARDOSO, 2010b).

Conforme Bento (2002b), podemos entender a branquitude enquanto

[...] racialidade do branco, configurando uma visão de mundo, um posicionamento de vantagens calcado no silêncio e omissão (diante do racismo) por um lado, e por outro, na prática discriminatória sistemática com vistas a conseguir e manter situações de privilégio que impregna a ação e o discurso; e que justifica/ mantém/reproduz as desigualdades raciais [...] (BENTO, 2002b, p. 5-7).

Nesse sentido, o branco é responsável por usufruir e manter benefícios tanto materiais quanto simbólicos. A distribuição desigual de recursos políticos, econômicos e de poder, são mantidos silenciosamente, interessa-se não prestar contas, compensar e indenizar não brancos, considerando as políticas compensatórias ou de ação afirmativa enquanto assistencialistas e ameaça para os brancos. Busca-se tanto proteção e desoneração de qualquer responsabilidade quanto a manutenção dos interesses do grupo racial branco. Na esfera simbólica, há privilégios referentes à brancura mesmo em situação de pobreza, o que torna problemático tentar diluir o debate racial analisando apenas classes sociais (BENTO, 2002b). Esse ponto

também foi constatado por Schucman (2012, p. 76) que relatou, ao conversar informalmente com um homem em situação de rua branco loiro de olhos azuis, que o próprio afirmou perceber sua situação de privilégio branco por, por exemplo, não ser impedido ao entrar em um shopping para utilizar o banheiro.

Conforme apontam Nascimento (2020, p. 15) e Bento (2002b, p. 162-163), a identidade e ideologia raciais brancas foram forjadas a partir da ideia de supremacia branca, a mesma que influi na caracterização do “outro” (não branco, negra(o), indígena), “de um lado estará o racismo, excluindo, oprimindo, violentando e matando as pessoas classificadas como negras e indígenas, e do outro, a branquitude, garantindo às pessoas classificadas como brancas, privilégios e poder” (NASCIMENTO, 2020, p. 15). Além disso, Bento ressalta três importantes aspectos da ideologia da branquitude, sendo eles:

1. branquitude e negritude não são categorias científicas; branquitude é mais falsa e perigosa pela maneira como é construída; 2. branquitude e negritude não são equivalentes e a ideia de “racismo às avessas” sugere o medo dos brancos enfrentarem seu próprio racismo; 3. branquitude é frágil como identidade social e pode ser combatida [...] (BENTO, 2002b, p. 162-163).

Sobre o terceiro ponto, Bento (2002b) argumenta que diferente da negritude, referente ao processo de procura por uma identidade racial positiva, a branquitude refere-se à construção de uma neutralidade (vivendo sem se perceber racialmente) de modo a manter uma suposta superioridade dos brancos sobre os não branco. Nesse sentido, Cardoso (2014) explica que o negro e o conceito de raça inferior, que lhe foi forjado de forma intrínseca pelo colonizador branco, foi reinventado, positivado, resignificando a negritude, transformando a ideia ofensiva criada. Além disso, o autor ainda argumenta ser importante entender branquitude enquanto identidade “étnico-racial”, pois o conceito de raça não dá conta de falar sobre o branco brasileiro, onde a identidade branca significa mais que possuir a brancura e/ou “raça”, ela se trata de um legado da cultura europeia e norte-americana (“etnia”) da qual fomos submetidos.

Nesse sentido, surge então outra terminologia na discussão, também importante, o termo “raça”. No campo de estudos críticos da branquitude, de forma unânime, estudiosos entendem a branquitude enquanto uma identidade construída a partir da ideia fictícia de superioridade, calcada no conceito científico de raça, forjado no fim do século XIX. Em diferentes épocas coube às ciências biológicas dizer que raça existe ou inexistente, e nem sempre

foi considerado no processo de produção científica o contexto social histórico, cultural e de relações de poder (CARDOSO, 2014; SCHUCMAN, 2018).

Cardoso (2014, p. 71) afirma que: “A idéia de raça é um limitador da complexidade das relações sociais, em virtude da sua própria história, sentidos, significados, ressignificados, inclusive, antirracistas devido ao lastro histórico racista.”. Além de limitador, é importante que ele seja entendido enquanto uma ideia socialmente construída, não significando, portanto, que não haja efeitos concretos, duradouros e fixos nos cotidianos sociais. Sua materialidade encontra-se no racismo, na hierarquização social, cultural, estética e moral, e apesar de não ser uma realidade biológica, não minimiza as tensões raciais, para que se fomente a narrativa acerca do mito da democracia racial (NASCIMENTO, 2020; SCHUCMAN, 2014).

Conforme o antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga,

[...] podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares [...] (MUNANGA, 2003, p. 6).

Conforme Schucman (2008), compreender raça é fazer um movimento paradoxal que exige, ao mesmo tempo, as ações de acreditar e desacreditar, considerando que tanto ela é importante na compreensão das desigualdades raciais quanto não possui conteúdo intrínseco ou essencial, fazendo com que para isso seja “preciso enxergar a raça para tornar-se cego a ela” (p. 131).

3.3 BRANQUITUDE: DISCUSSÕES PERTINENTES

Tendo um panorama do campo de estudos e terminologias, apresento as subseções a seguir, considerando-as pertinentes acerca dos debates sobre branquitude. Debates que são importantes para nos embasarmos na lógica de construção das discussões.

3.3.1 Negro-tema: Silêncio, Neutralidade e Universalidade Branca

Guerreiro Ramos, em “Introdução crítica à sociologia brasileira” (1995), aponta que no Brasil os estudos raciais, desde a antropologia até a sociologia, são baseados em categorias e valores a partir das concepções e bases europeias e norte-americanas, onde se despista a espoliação colonial simultaneamente em que torna os povos “primitivos” em objeto de estudo, tal qual ocorre com o “problema do negro do Brasil”. Nesse sentido, o branco é considerado como norma, ideal, de valor, por excelência, forjando a ideologia da brancura ou da claridade.

Ramos relata sobre a importância do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Brasil em 1944 e liderado por Abdias no Nascimento, por ser pioneiro em denunciar essa alienação da antropologia e sociologia nacional. O TEN foi um movimento de reação dos intelectuais negros e tinha como objetivo: 1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil; 2) reeducar os “brancos” brasileiro, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) “descomplexificar” os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país (RAMOS, 1995, p. 206).

Cardoso (2014), ao visitar Ramos (1995) e outros autores, também discorre sobre, e explica que o branco não é uma questão acadêmica, e esse, por sua vez, constrói socialmente o “negro-tema” ou “negro questão-acadêmica”, estando enquanto presença única. Assim, pesquisadores brancos somente olham para os “outros” (por norma negros), teorizando e militando a respeito do racismo como um problema do negro brasileiro, cabendo-lhe resolver, minimizar ou abolir. O branco não é convidado a falar sobre si e sua branquitude, seus privilégios obtidos a partir da sua identidade racial. Nesse processo, não percebem o quanto a vantagem racial branca é fruto da desvantagem racial negra, o branco é “tema-ausente”, tornando-se marca paradigmática na teoria racial brasileira.

Ainda no mesmo trabalho, conforme constata Cardoso (2014), ao pesquisar e entrevistar pesquisadores brancos que estudam o negro ou o branco, os estudos sobre branquitude no Brasil, e todos os intelectuais precursores (conforme exposto no início desse capítulo), marcam um novo momento nesse processo, colocando em questão os privilégios raciais e o lugar do branco nas relações raciais.

[...] o branco aparece como problema, hoje, porque a militância cultural e política negra e as estatísticas oficiais informam que o Brasil não é só um país de mestiços, mas de negros-e-pardos, de um lado, e de brancos, do outro. Nesse sentido, cabe aos brancos uma renovada reflexão sobre seu lugar na sociedade brasileira, para preceder a uma ação também de brancos contra o racismo. (...) Os brancos tendem a considerar que as “queixas” dos que estão do lado de fora são chatas, feitas por quem não sabe entrar nos circuitos do poder. Agrega-se a isso o fato de que é mais fácil para os brancos conviver passivamente com hierarquias sociais racistas, muitas vezes abençoadas pelo discurso de todos serem mestiços, do que relembrar a escravidão e sua vinculação à injustiça presente, um dos principais estímulos éticos à mudança [...] (SOVIK, 2005, p. 171).

Por mais contestada que seja, devido à “tradição científica”, persiste na mentalidade acadêmica o colocar o negro no lugar de objeto, de “não-sujeito-histórico”, enquanto o branco é “sujeito histórico”, sujeito da ação, sujeito que pensa/comanda (CARDOSO, 2014).

Ainda sobre os estudos acerca do “problema do negro brasileiro”, Bento (2002a) explica que ao estudar e debater sobre a implementação de programas institucionais de combate às desigualdades, o lugar que o branco ocupou e ocupa nas relações raciais brasileiras, é marcado pelo silêncio, omissão e distorção. Isso ocorre para manter o *status quo* da desigualdade social, de considerar um problema do negro, que no que lhe concerne deve ser estudado, dissecado e problematizado.

Bento (2002b) ainda afirma que não é coincidência que as relações raciais sejam sempre tratadas de forma unilateral, onde se nega a discriminação racial, ou se justifica por meio da suposta inferioridade negra, onde o negro é colocado em um lugar estereotipado como feio, maléfico e/ou incompetente, podendo também ter as desigualdades explicadas devido ao passado escravista. Não é por acaso também que, mesmo os pesquisadores mais progressistas, não se percebiam e nem seu grupo racialmente, também tornando as teorizações sobre as questões sociais sob vieses alienados não fidedignos da história brasileira. O branco não é abordado quando se fala em heranças da escravidão, e a branquitude é considerado enquanto guardiã silenciosa de privilégios. Assim se articula a branquitude enquanto lugar de poder, marcada pelo silêncio e neutralidade. “É o silêncio da opressão” (p. 167). O silêncio, que não é apenas o não-dito, mas o que é também apagado, colocado de lado e/ou excluído.

[...] o silêncio não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento no que obrigatoriamente se silencia. Assim, quando destacamos que branquitude é território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo, do privilégio, enfatizamos que trata-se de uma dimensão ideológica, no sentido mais pleno da ideologia: com sangue, calor, entusiasmo, veneração, porta-voz, emblemas, iconografia, com seus santos e seus heróis. E igualmente nas falsas representações, nas armadilhas em que todos caem e

se debatem, na ânsia de sair justamente do calor e do sangue com os quais temos de viver cotidianamente [...] (BENTO, 2002b, p. 167).

Ainda conforme Bento (2002), nesse processo o sujeito branco pouco aparece a não ser como modelo universal de humanidade, onde é ele o digno de inveja e desejo por outros grupos não-brancos, tidos como não humanos. Cardoso (2014) aponta o branco enquanto detentor da universalidade de forma exclusiva, servindo de parâmetro para todos os outros não-brancos. Na medida que essa ideia não é contestada, a branquitude passa a ser ignorada, silenciada, omitida, invisibilizada, tornando-se ausência. Reforça-se a ideia do branco sem raça e etnia, e do ilustre cientista “incolor” e “neutro”, compondo a academia hegemonicamente branca.

A questão da invisibilidade, enquanto uma das características principais da branquitude, é objeto de controvérsia nos estudos sobre branquitude. Cardoso (2010b) traz a discussão e aponta que, segundo a socióloga britânica Ruth Frankenberg, ela não se sustentaria, pois a ideia de identidade racial branca enquanto categoria não marcada é fantasiosa, dado que os próprios portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e alemães, ao encontrarem africanos e ameríndios, se auto definiram como brancos criando assim hierarquias diferentes. Edith Piza coloca a questão da invisibilidade utilizando a metáfora¹² da “porta de vidro” que sugere que o branco, ao perceber sua identidade/grupo racial, corresponde a um choque/impacto em uma porta vidro. Assim, ela compara afirma que uma das características dessa identidade branca seria se expressar enquanto invisível.

Nesse sentido, Cardoso (2014) faz uma importante observação sobre essas marcações. Ele explica que a identidade branca se coloca na História de forma dissimulada, estando onipresente, ao mesmo tempo em que se esconde, se personificando tanto a figura de Narciso (admirando a si) quanto de Drácula (não se enxergando).

[...] portanto, a ideia de branco como sujeito oculto fantasiado de nacional ou universal ocorre para evitar o questionamento da branquitude. Numa hipótese, poderia dizer que, existe uma pedagogia de ocultamento da história opressora do branco, uma Educação que nos leva quando enxergar o branco ao mesmo tempo não enxergá-lo. O que equivale dizer, quando observarmos a cultura ocidental, não criticarmos, quiçá, nem notarmos a hegemonia da branquitude dissimulada como universal. Logo, o branco não se veria como branco. Isto é, o branco Drácula, ou somente se veria como único sinônimo de ser humano, o branco Narciso [...] (CARDOSO, 2014, p. 153).

¹² Já mencionada no Capítulo 1.

Nesse sentido, desenvolver uma autorreflexão e autocrítica é um passo importante e possível para o branco nas relações raciais, assim como deixar de ser Drácula e de ser Narciso. Isso é o que afirma Cardoso (2014) sobre o branco, que ao construir uma nova história, encontra no “outro” o papel fundamental de se reconhecer enquanto igual. “O branco se enxerga como humano enquanto enxerga a humanidade do negro, ou seja, o fato de reconhecer o Outro como humano leva-o enxergar a verdadeira humanidade em si.” (CARDOSO, 2014, p. 271). Além do considerar as relações raciais um “problema do negro”, na tentativa de manter o *status quo* racial, o branco também utiliza o epistemicídio, como uma forma de produção e manutenção do racismo epistêmico, coibindo a construção autônoma de conhecimentos outros, não hegemônicos. Essa questão será tratada com maiores detalhes na seção a seguir.

3.3.2 Racismo Epistêmico, Epistemicídio e Branquitude

Historicamente, no processo de sequestro de pessoas africanas e de escravização nas Américas, milhões morreram ao serem capturadas, transportadas e escravizadas, causando um verdadeiro genocídio em massa. Além disso, elas foram proibidas de pensar, rezar e/ou colocarem em prática seus conhecimentos, cosmologias e formas de ver o mundo, tornando o epistemicídio¹³ inerente ao genocídio. Nesse sentido, o epistemicídio, como uma forma de produção e manutenção do racismo epistêmico¹⁴, proibiu a construção autônoma de conhecimentos. A argumentação de uma inferioridade epistêmica foi utilizada para sustentar uma suposta inferioridade social biológica, entendendo essas pessoas como estando abaixo da linha de humanidade. Da mesma forma as ideias racistas no século XVI se amparavam na ideia de uma “falta de inteligência” negra, a partir do século XX a ideia se expressava cientificamente na forma de “os negros apresentam o mais baixo coeficiente de inteligência” (GROSGOUEL, 2016). Nascimento (2020) chama a atenção para que, apesar de atualmente o racismo científico ser majoritariamente considerado pseudociência e não uma corrente científica hegemonicamente desenvolvida na época, há também de se considerar a existência

¹³ O termo em questão foi cunhado pelo filósofo sul-africano Mogobe Ramose, que o define como “o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados” (RAMOSE, 2011, p. 6).

¹⁴ Grosfoguel (2016) não expõe de forma explícita a ideia do epistemicídio como uma forma de manutenção do racismo epistêmico, deixando subentendido. Sendo assim, coloco esse complemento a partir da minha compreensão com base nessa e outras leituras.

de uma “outra” corrente, aquela sendo considerada “verdadeira” e que se colocou como neutra diante do racismo defendido por grandes cientistas da época.

Segundo o filósofo sul-africano Mogobe Ramose (2011), o epistemicídio não nivelou muito menos eliminou por completo os conhecimentos de povos africanos, porém introduziu a tensão nas relações entre filosofias africanas e ocidentais na África.

É importante entender ainda que o racismo epistêmico nos remete a uma hierarquia de dominação colonial onde a produção e validação dos conhecimentos são de domínio de sujeitos ocidentais brancos, que se consideram como universais e superiores em todos os contextos e situações. Esses conhecimentos são universalizados, ignoram e silenciam realidades distintas e as outras formas de ser/existir no mundo. Assim, os sujeitos que vivem nessa situação de opressão, como integrantes da zona do não-ser, sofrem uma contínua violência e apropriação produzida a partir desse sistema de dominação racial (GROSFOGUEL, 2012).

Ainda para Grosfoguel o racismo epistêmico:

[...] é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo [...] (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

A filósofa brasileira Sueli Carneiro (2005) também nos dá suporte para refletir o quanto as epistemologias hegemônicas são as grandes responsáveis pela produção do epistemicídio. Ela afirma que para além da anulação e desqualificação dos conhecimentos, colocados em um lugar de “outro”, o epistemicídio é um contínuo processo de produção de indigência cultural, pois nega o acesso à educação de qualidade, inferioriza intelectualmente e se utiliza de várias formas para deslegitimar os não brancos. Estes, são responsabilizados nos processos de discriminação vigentes, como nos processos educativos, que variam baseados no argumento do rebaixamento da capacidade cognitiva devido à carência material ou até mesmo

pela falta de autoestima dos sujeitos. Ela ainda explica que, “não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes”. Assim, para fazê-lo tiram o *status* de racionalidade, sequestram e mutilam a capacidade de aprender, não sendo possível assim alcançar um conhecimento “legítimo” (legitimado) (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Ao mesmo tempo, ao discutir sobre a universalidade na temporalidade de Descartes a Marx, no quarto capítulo do livro “El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global” (2007), Grosfoguel argumenta que ela possui uma filosofia no qual o sujeito detentor do poder epistêmico “no tiene sexualidad, género, etnicidad, raza, clase, espiritualidad, lengua, ni localización epistémica en ninguna relación de poder, y produce la verdad desde un monólogo interior consigo mismo, sin relación con nadie” (p. 64). Nesse sentido, ele argumenta que essa ideia é sustentada por René Descartes, fundador da filosofia moderna, que contribuiu para o pensamento construído pelo “sem rosto” a partir do “ponto zero”¹⁵, e que será absorvida por outros filósofos e pela ciência com o peso (ainda atual) de neutralidade e objetividade do sujeito de produtor de conhecimento científico. Ele observa que mesmo quando algumas correntes que questionam essas premissas, como os marxistas e psicanalistas, ainda caem no lugar de não questionamento do seu próprio lugar de fala e de produção do conhecimento, partindo, assim, também do ponto zero (GROSFOGUEL, 2007).

A filósofa brasileira Katiúscia Ribeiro Pontes (2017), na sua obra sobre a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico, aponta que ao se admitir hegemonicamente único como saber filosófico, os conhecimentos de base eurocêntrica (capazes de preencher os critérios científicos, categorizando e determinando locais de subalternidade e poder), colocam os saberes outros num lugar de não filosóficos. A filosofia ocidental é agente do silenciamento e epistemicídio, negando a legitimidade de filosofias não ocidentais, desconsiderando a compreensão do mundo que é muito mais ampla que a visão ocidental. Assim funciona o racismo epistêmico. Os sistemas de operação racistas sempre fizeram parte da história europeia servindo de base para estruturas de perspectiva cognitiva e social que são determinantes na concepção de inferioridade de alguns povos. Nesse sentido, é

¹⁵ Sobre esses termos utilizados, com uma autocitação, Grosfoguel explica que: “el sujeto de enunciación queda borrado, escondido, camuflado en lo que el filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez ha llamado la “hybris del punto cero” (GROSFOGUEL, 2007, p. 64).

importante expor então alguns apontamentos feitos pela autora e um questionamento final extremamente importante:

[...] o pensamento filosófico único, eurocêntrico e etnocêntrico do sujeito e objeto direcionou modos, conceitos, delimitou espaços, legitimou verdades e silenciou as manifestações, expressões de outras culturas, em nome de uma pretensa ciência que objetiva criar verdades absolutas. Nesse sentido, a filosofia ocidental seria colaboradora no processo de inferiorização, na medida em que nega e exclui o pensamento africano da matriz do pensamento. Se filosofia é a capacidade e potencialidade que o ser tem de construir argumentações sobre tudo, por que resguardá-la apenas a seres ocidentais, na medida em que se apresenta nessa afirmativa, atestando o lugar de desumanização dos povos africanos, legitimando sua ação nas perspectivas epistêmicas? [...] (PONTES, 2017, p. 52).

Para a reflexão, a autora expõe na sequência um trecho escrito pelo seu orientador de dissertação, o professor brasileiro Renato Noguera (2013, p. 23), que nos dá pistas para pensar sobre o questionamento apontado:

[...] o conhecimento é um elemento chave na disputa e na manutenção da hegemonia. Sem dúvida, o estabelecimento do discurso filosófico ocidental como régua privilegiada do pensamento instituiu uma desigualdade epistemológica. Uma injustiça cognitiva que cria escalas, classes para o pensamento filosófico, estabelecendo o que é mais sofisticado e o que é rústico e com menos valor acadêmico. Essa injustiça cognitiva é capaz de definir status, formar opinião e excluir uma qualidade indefinida de trabalhos intelectuais [...] (NOGUERA, 2013, p. 23).

Entendendo todas essas discussões e implicações epistemológicas e filosóficas, é interessante que façamos conexões também mais específicas à branquitude. Quando falamos de europa e ocidente, estamos nos referindo ao branco colonizador. Sabemos que ao longo da história a negritude sempre passou por um processo de supressão de toda e qualquer posição de civilidade, sendo assim, só foi possível protagonizarem espaços inferiorizados e subalternos. Isso segundo a visão colonial que, como já vimos, foi responsável por designar a razão como privilégio de apenas uma raça, a branca. Para isso, o mito racial foi se tornando cada vez mais evidente, onde os fatores biológicos fenotípicos foram estereotipados ao ponto de serem considerados e proclamados como raça inferior (negritude) pela branquitude (raça superior). Partindo dessa concepção, considera-se que o continente africano e diáspora não poderiam possuir valia racional, pois apenas a filosofia ocidental possui a gênese exclusiva da razão, tendo direito à humanidade, verdades e razão, configurando assim (como já

conhecemos um pouco aqui) como racismo epistêmico (AMARAL; COSTA; PEREIRA, 2019).

Como já sabemos, a branquitude como fruto de uma construção histórica e social, constituída a partir da racialidade branca e da ideia equivocada e perversa de existência de uma superioridade racial, converge com as discussões dos outros autores aqui apresentados sobre racismo epistêmico e epistemicídio. O resultado da ideologia da branquitude são sociedades estruturadas a partir de privilégios materiais e simbólicos conferidos aos brancos em detrimento dos não brancos. Privilégios esses que seguem sendo desresponsabilizados, protegidos e mantidos silenciosamente pelo “pacto narcísico” da branquitude (BENTO, 2002b). Comumente muitos estudos atribuíram a problemática racial existente no Brasil ao (já mencionado) “problema de negro brasileiro” e silenciaram a hegemonia branca e tudo que dela surgiu, como a escravidão, o racismo e outros. O branco não é convidado a falar sobre si e sua branquitude, por esse motivo que os Estudos Críticos da Branquitude são importantes na descolonização do pensamento baseado na concepção ocidental racista.

Assim, finalizo essa subseção com um importante trecho da escritora, teórica e artista portuguesa Grada Kilomba em “Descolonizando o conhecimento”, nome da sua Palestra-Performance apresentada em São Paulo em 2016, que utilizou várias artes na forma de vídeos, performances, textos narrativos e teóricos para falar sobre o conhecimento clássico, poder acadêmico e branquitude:

[...] para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder. Há esta anedota: uma mulher Negra diz que ela é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa. Branquitude, como outras identidades no poder, permanecem sem nome. É um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. Em geral, pessoas brancas não se veem como brancas, mas sim como pessoas. A branquitude é sentida como a condição humana. No entanto, é justamente esta equação que assegura que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras, permanecendo não marcada. E acreditem em mim, não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade. Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história [...] (KILOMBA, 2016, p. 07).

3.3.3 E a Divulgação Científica?

Durante as pesquisas bibliográficas¹⁶, trabalhos acadêmicos que trouxessem discussões relacionando DC e Branquitude de forma direta e explícita não foram encontrados até o momento. Apesar disso, trabalhos relacionados a outras áreas, que não a de DC, tornaram-se base, como as teses de Bento (2002b), Schucman (2012) e Cardoso (2014), que mesmo trabalhando com entrevistas em diferentes contextos, também tiveram também sua importância no âmbito do embasamento na compreensão de formas possíveis da qual a branquitude se manifesta no campo discursivo.

Apesar das poucas referências bibliográficas relacionando os dois campos, existem muitos espaços de DC que colocam, discutem e abrem possibilidades para outras formas de divulgar, valorizando outros conhecimentos que não estão no cânone acadêmico branco.

Apesar de presentes, esses espaços possuem ainda pouca visibilidade, se comparada com divulgadores científicos brancos divulgando a ciência “tradicional”. Podemos ter como exemplo as obras da professora Bárbara Carine Soares Pinheiro. Ela tem alguns livros de DC publicados, como: “@Descolonizando_Saberes: mulheres negras na ciência” (2020) e “História Preta Das Coisas: 50 Invenções Científico-tecnológicas De Pessoas Negras” (2021). Além disso, ela possui a página no Instagram “@descolonizando_saberes”¹⁷ visando desconstruir mitos sobre a intelectualidade negra. No YouTube temos, por exemplo, a divulgadora científica Carleane Patrícia da Silva Reis com o Canal “Física Preta”¹⁸. Essas são algumas das divulgadoras científicas que buscam o resgatar e reparar o apagamento negro da ciência e descolonização dela e da divulgação científica, trazendo também o branco como questão em muitos aspectos, expondo a questão da branquitude e suas nuances.

¹⁶ Melhor explicitadas no Capítulo 4 (Trajetória Investigativa).

¹⁷ Disponível em https://www.instagram.com/descolonizando_saberes/.

¹⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/@fisicapreta829>.

4 TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA

4.1 REVISÕES DE LITERATURA

Como parte inicial da presente pesquisa, o capítulo 2 foi desenvolvido a partir de uma revisão e busca pelo termo “comunicação pública da ciência” (com o conteúdo entre aspas) nas plataformas virtuais de base de dados Google Scholar e Portal de Periódicos Capes, apresentando respectivamente 1120 e 24 respostas. Dessas (respectivamente), 168 e 5 trabalhos foram escolhidos pelo título para serem visitados e terem seus resumos lidos e 56 e 1 foram considerados relevantes e escolhidos para leitura e fichamento. A relevância e escolha dos trabalhos foram feitas com base na busca por autores e trabalhos referências em DC, que tivessem relação com o conteúdo da presente dissertação. A palavra-chave foi utilizada com o intuito de uma pesquisa mais abrangente, onde os direcionamentos mais específicos foram feitos a partir de citações nesses trabalhos e também de indicações de leitura do orientador, colegas de pesquisa e outros pesquisadores que tive contato. Já o capítulo 3 foi desenvolvido a partir de uma revisão e busca pelo termo “branquitude” tanto no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes quanto no Portal de Periódicos Capes, tendo respectivamente 71 e 171 respostas. Dessas (respectivamente), 33 e 50 trabalhos foram escolhidos pelo título para serem visitados e terem seus resumos lidos e 56 e 1 foram considerados relevantes e escolhidos para leitura e fichamento. A relevância e escolha dos trabalhos foram feitas com base na busca por autores e trabalhos referências em Branquitude e que tivessem relação com o conteúdo da presente dissertação. Assim como na revisão anterior, a palavra-chave foi utilizada com o intuito de uma pesquisa mais abrangente, onde os direcionamentos mais específicos foram feitos a partir de citações nesses trabalhos e também de indicações de leitura. Em uma última busca, nenhum trabalho relacionado à Divulgação Científica e Branquitude (utilizando os dois termos entre aspas) de forma direta e explícita foi encontrado.

4.2 SELEÇÃO DOS MATERIAIS DE ANÁLISE

A presente pesquisa se trata de uma análise documental qualitativa de vídeos de DC presentes nos canais do YouTube. Apesar da natureza qualitativa, informações quantitativas foram naturalmente abordadas e citadas durante a presente pesquisa.

A rede Science Vlogs Brasil (SVBR) existe desde 2015 no YouTube e, segundo o site, o projeto inclui 60 canais, que possuem o selo do SVBR, somando um total de mais de 3 bilhões de visualizações e 25 milhões de inscritos em todos os canais. Devido ao grande número de canais/vídeos, para viabilização da pesquisa, recortes precisaram ser feitos. Logo, os canais escolhidos da rede são os canais relacionados às Ciências Biológicas, minha área de formação acadêmica, que segundo o site são um total de 17, sendo eles: “Bio’s Fera”, “BláBláLogia”, “Canal do Pirulla”, “Canal do Slow”, “Canal USP”, “Dispersciência”, “Dragões da Garagem”, “Eu, Ciência”, “iBioMovies”, “Jornal Ciensacional”, “Minuto da Terra”, “Mural Científico”, “Olá, Ciência!”, “Papo de Primata”, “Ponto em comum”, “The mingau” e “Viver de Ciência”. Além deles, consideramos também na presente pesquisa, os vídeos da área de biológicas do divulgador Atila Iamarino do canal “Nerdologia”, que apesar de não fazer mais parte do SVBR, é um canal de DC com um grande alcance.

Devido ao grande número de vídeos totais em todos os canais mencionados do SVBR (7935 vídeos contabilizados em 05/05/2022) e do Nerdologia (781 vídeos contabilizados em 05/05/2022), um novo filtro precisou ser feito. Dessa forma, em cada um dos canais, utilizando a ferramenta de busca do próprio YouTube, pesquisamos no ícone “Vídeos” de cada canal e utilizando o filtro no ícone: “Ordenar por” e “Mais populares” (ferramenta que mostra os vídeos mais visualizados em cada canal), selecionamos os mais populares e visualizados. Os vídeos que apareceram como resposta foram mais uma vez filtrados para os 3 vídeos (todos em canais diferentes, sem repetição) mais visualizados dentre todos, de no mínimo 4 e máximo 20 minutos, com no máximo 5 anos de publicação e com temáticas que envolvessem seres humanos, tornando-se, por fim, objetos de análise da presente pesquisa.

Assim como empregado por Silva (2016), uma caracterização e sumarização dos três vídeos selecionados, apresentando uma breve sinopse de cada, com descrição curta considerando o verbal e o imagético, bem como os dados extraídos (como título, duração, data de veiculação, popularidade e outros) e os respectivos canais, podem ser observados no quadro a seguir:

Quadro 1 - Vídeos selecionados e analisados na presente pesquisa¹⁹

Título do vídeo	As 5 Maiores Pandemias da História	De onde vieram os indígenas? (#Pirula 172)	Suicídio Nerdologia
Número de visualizações no vídeo	8,5 milhões	1,6 milhões	1,4 milhões
Data de veiculação do vídeo	1 ano	5 anos	4 anos
Duração do vídeo	10:04	18:21	06:55
Curtidas no vídeo	603 mil	107 mil	164 mil
Comentários no vídeo	22489	6902	6738
Descrição do vídeo	<p>“Uma pandemia está acontecendo agora. E NÃO É COVID! Quais foram as MAIORES PANDEMIAS DA HISTÓRIA? Qual pandemia matou mais? Por que as pandemias estão mais frequentes? A peste negra e a gripe espanhola foram PIORES do que a COVID? Nesse vídeo vamos explorar as 5 maiores pandemias do mundo e descobrir, dentre as pandemias que já existiram, qual causou mais mortes.”</p>	<p>“E saiu um artigo que elucida um pouquinho mais a controversa origem do homem americano (índios, pros mais íntimos). Ou será que confunde mais?”</p>	<p>“No Nerdologia de hoje vamos ver porque a relação entre 13 Reasons Why e suicídio pode ir além da ficção.”</p>
Sinopse ²⁰	<p>Utilizando recursos como fotos, mapas, ilustrações, animações, pinturas e gravações com o próprio narrador como ‘vlogger’, o vídeo apresenta as 5 maiores pandemias dos últimos 2 mil anos, em ordem cronológica, considerando o número de mortes, sendo elas: Praga de Justiniano, Peste Bubônica, Varíola, Gripe espanhola, e Pandemia de HIV/Aids. Nele o divulgador comenta brevemente sobre essas doenças infecciosas, seus números, e como a globalização, a falta de saneamento básico e vacinas perpassam esses momentos históricos.</p>	<p>Com o próprio narrador como ‘vlogger’ e utilizando alguns recursos como fotos, mapas, ilustrações, o vídeo diz respeito à “descoberta” publicada na revista científica <i>Nature</i> em 2016, sobre como os “índios” chegaram às Américas. Diferente do que os cientistas norte-americanos teorizam, com grupos asiáticos chegando entre 13 a 14 mil anos por terra, via estreito de Bering. O narrador explica e</p>	<p>Com ilustrações, esquemas, vídeos e imagens com narrador aparecendo na montagem esporadicamente em vídeo, o tema é suicídio. O vídeo aborda obras e como elas possivelmente motivaram casos de suicídio. Há menção do estudo realizado pelo sociólogo David Phillips verificando o efeito das publicações no jornal <i>The New York Times</i> no número de suicídios, criando o “Efeito de Werther”. Teorizou-se que a chance de</p>

¹⁹ Os dados em questão foram extraídos dos vídeos/canais em 12/05/2022.

²⁰ A sinopse foi desenvolvida a partir de uma análise inicial mais ampla pelos autores da presente pesquisa.

		dá sua opinião, comentando sobre o artigo e argumentando ser improvável, pois, segundo os estudos, a região era inabitável por não existir animais e, portanto, comida. Isso justificaria e aumentaria a teoria da rota por vias marítimas, de asiáticos, africanos ou polinésios chegando nas Américas.	suicídios aumentam conforme a importância que a imprensa dá, e a partir disso surgiram recomendações de prevenção. Chegando ao fim do vídeo, o narrador comenta como os adolescentes são um grupo vulnerável e discute brevemente sobre a série “13 Reasons Why” e a possibilidade de incentivar suicídios.
Link do vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=MdSTOal9dxA	https://www.youtube.com/watch?v=-MB2i3_9WWQ	https://www.youtube.com/watch?v=gJBIY3opAVU
Canal	Olá, Ciência!	Canal do Pirulla	Nerdologia
Número de inscritos no canal	1,21 milhões	1,01 milhões	3,25 milhões
Número de visualizações no canal	90.968.375	113.639.871	373.809.600
Descrição do canal	“O Olá, Ciência é um canal de divulgação científica que apresenta conteúdo sério de forma bem-humorada sobre como cuidar da saúde, sobre doenças e sobre ciência e tecnologia em geral. Nossa missão é empoderar as pessoas com conhecimento científico de qualidade para que elas possam tomar melhores decisões baseadas em ciência.”	“Canal voltado às coisas que mais me interessam: ciência, religião e evolução. Este canal faz parte da iniciativa Science Vlogs Brasil, um selo de qualidade colaborativo que reúne os divulgadores de ciência mais confiáveis do Youtube Brasil.”	“Uma análise científica da cultura nerd! Toda terça e quinta, às 11h.”
Responsável(is) pelo canal	“ Diretores: Lucas Zanandrez: Biomédico, Mestre em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual; Guilherme Ximenes: Engenheiro de Sistemas com Formação Transversal em DC; Hipácia Werneck: Biomédica, Mestre em Biologia Celular. Assessoria Científica e Produção de Conteúdo: Bruna Toledo: Biomédica, Mestre em Biologia Celular; Vinícius Marangon: Licenciado em Física; Beatriz Apgaua: Estudante de Biomedicina.”	“Paulo Miranda Nascimento, conhecido como Pirula ou Pirulla, é um paleontólogo, zoólogo, <i>youtuber</i> , palestrante e divulgador científico brasileiro.” ²¹	“ Apresentação e pesquisa: Filipe Figueiredo, Átila Iamarino, Ana Arantes, Caio Gomes, Sérgio Sacani, André Souza, Pirula, Altay de Souza, Mila Laranjeira Edição e arte: Estúdio 42. Direção: Alexandre Ottoni e Deive Pazos.”

²¹ Informação extraída de: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pirula>.

4.3 ANÁLISE DOS VÍDEOS

Para análise dos vídeos em questão, buscamos nos aproximar das metodologias dos trabalhos de análise de vídeos no YouTube como os de Melo (2021), que analisou “vídeos que se dizem aulas (VDA)”, Dornelles (2015), que analisou vídeos de *vloggers* brasileiros, Silva (2016), que analisou vídeos oficiais da Samarco após o desastre em Mariana, e outros. Tal qual utilizado como procedimento de análise de Silva (2016), a primeira parte da análise de cada vídeo consistiu no processo de caracterização e sumarização do vídeo (conforme exposto no Quadro 1). Já a segunda parte, consistiu na interpretação do verbal e imagético dos três vídeos (melhor explicado a seguir), e suas articulações e perpasses com aspectos teóricos nas discussões acerca da branquitude.

Todos os vídeos foram analisados qualitativamente²² com o auxílio do *software* Atlas.ti. A ferramenta permite o depósito e a manipulação do vídeo, sendo possível assistir, fazer recortes de imagens, trechos do vídeo e da transcrição das falas em uma mesma tela, permitindo marcar trechos, observar e comentar, facilitando e auxiliando, no que lhe concerne, a análise manipulações qualitativas dos vídeos.

A partir dos objetos de estudo, considerando as transcrições dos vídeos, gestos, imagens, relações do não-dito e o dito e outros, o máximo de informações foram extraídas, tornando-se recursos de análise. Além disso, para interpretação do verbal e imagético, construímos e utilizamos, para organizar pessoalmente as ideias, uma ficha de análise (ver Apêndice A) com perguntas abertas, e que no que lhe concerne, ela foi preenchida e utilizada para analisar detalhes e apontamentos de cada vídeo, também permitindo comparando-os posteriormente. Para maior abrangência dos detalhes, os vídeos foram assistidos quantas vezes foram necessárias.

É importante destacar que, conforme Orlandi (2000, p. 64): "Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. (...) todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos". Dessa forma, a presente pesquisa não tem a pretensão de esgotamento, mas pretende abordar sentidos discursivos possíveis relacionados à branquitude.

²² Na atual pesquisa não houve necessidade de aprovação por comitê de ética para pesquisa com seres humanos por se tratar de análise documental, utilizando os vídeos de domínio público.

Os aspectos analisados nos vídeos consideraram possíveis processos e mecanismos de constituição dos sentidos e sujeitos presentes nos discursos, para que fossem registrados e discutidos com base nos Estudos Críticos da Branquitude. Para tanto, categorias de análise foram elaboradas e discutidas (nas subseções 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3), seguindo a linha de organização de Bento (2002), que propôs categorias de análise e discussão em sua pesquisa de doutorado sobre branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Consideramos também, nas categorias e discussão, as similaridades, particularidades, predominâncias e excepcionalidades, conforme previsto por Menegon (2013) ao analisar características narrativas de vídeos no YouTube.

Por fim, e não menos importante, um ponto extremamente relevante a ser considerado na presente pesquisa é que as abordagens, pesquisas e discussões que trazemos aqui, os apontamentos sobre falas, gestos, imagens escolhidas, fontes utilizadas, não possuem o objetivo desmoralizar ou atacar as pessoas envolvidas na produção dos audiovisuais, nem mesmo de servir como forma de salvação moral contra nossa credencial branca e racista. Objetivamos a tentativa de expor e discutir formas com que a branquitude se faz presente e se manifesta, revelar possibilidades e perceber a presença dessa ideologia também nos espaços de divulgação científica.

5 CURSOS POSSÍVEIS, DISCUSSÕES E PERPASSES

Seguindo o curso da pesquisa, a atual subseção apresenta resultados das análises e respectivas discussões acerca da branquitude, tal qual foi apresentada de forma panorâmica em seções anteriores. Nesse sentido, seguimos aqui discutindo os perpasses e manifestações, em específico, identificadas em três vídeos de DC, conforme exposto com mais detalhes na seção 4. Nas subseções 5.1, 5.2 e 5.3 que seguem, apresentamos discussões acerca dos temas específicos de cada um dos vídeos abordados. Já na subseção 5.4 reunimos, a partir de categorias de análise, discussões acerca de convergências, similaridades, particularidades, predominâncias e excepcionalidades dos três vídeos analisados, discutindo questões mais amplas, que convergem com os estudos sobre branquitude.

5.1 VÍDEO 1: “SUICÍDIO | NERDOLOGIA”

No vídeo de DC em questão²³, o narrador e protagonista do vídeo, Atila Iamarino²⁴, trata como tema central o “suicídio”, ele trata do tema com seriedade, sempre utilizando um tom de voz brando. Ao longo do vídeo Atila vai construindo a narrativa, citando pessoas (como Kevin Hines²⁵), obras e estudos para argumentar a favor do cuidado ao tratar sobre o tema, principalmente em jornais, revistas, séries e outros. Argumenta-se sobre o cuidado necessário ao definir as formas como suicídios são veiculados, pois, conforme apontado, o vigor da veiculação de informações sobre suicídios pode influenciar as pessoas receptoras a cometerem tal ato.

O narrador defende e retorna algumas vezes à fala de que o suicídio não é a solução. Mais ao fim, o narrador faz críticas na abordagem da série “13 Reasons Why” (“Os 13 porquês”), uma série estadunidense adaptada por Brian Yorkey, para a Netflix²⁶, e baseada no livro “Thirteen Reasons Why” de Jay Asher de 2007. Segundo a descrição na plataforma que

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gJBIY3opAVU&t=295s>.

²⁴ Discussões acerca dos divulgadores científicos dos três vídeos são apresentados na subseção 5.4.

²⁵ Mencionado por Atila no vídeo, Kevin Hines é um palestrante e ativista da prevenção de suicídios estadunidense, segundo o site www.kevinhinesstory.com: “Kevin Hines é um contador de histórias. Ele é um autor *best-seller*, orador público global e premiado documentarista. No ano 2000, Kevin tentou tirar sua vida pulando da ponte Golden Gate. Muitos fatores contribuíram para sua sobrevivência milagrosa, incluindo um leão-marinho que o manteve flutuando até a chegada da Guarda Costeira. Kevin agora viaja pelo mundo compartilhando sua história de esperança, cura e recuperação enquanto ensina a pessoas de todas as idades a arte do bem-estar e a capacidade de sobreviver à dor com verdadeira resiliência.”

²⁶ Dados disponíveis em: <https://www.netflix.com/br/title/80117470?source=35>.

abriga a série, a história retrata a vida de Clay Jensen, um estudante que se vê envolvido em uma série de mistérios provocados pelo trágico suicídio de sua amiga, Hannah Baker. Ambos personagens aparecem na imagem de miniatura publicada do vídeo, aparecendo como capa, e a série é utilizada para aproximar o tema do espectador, muito comum em outros vídeos do canal em questão, que busca por meio dessa estratégia aproximar questões de ciência da cultura pop e/ou nerd para atrair o público.

Atila (a partir de 01 min 02 s) narra a origem e estudos que reforçam o chamado “Efeito de Werther”. A partir disso argumenta sobre o cuidado necessário ao definir a forma como suicídios são tratados, pois conforme estudos e recomendações de órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o autor afirma que a forma de veiculação da notícia sobre suicídios pode influenciar as pessoas telespectadoras a cometerem tal ato, existindo inclusive recomendações e orientações sobre como proceder. Segundo o vídeo:

[...] em 1774 o alemão Goethe, que publicou “Os sofrimentos do jovem Werther”, onde o herói Werther se apaixona por Charlotte, tem o seu amor correspondido, mas ela se casa com Albert, para quem tinha sido prometida. Sem ter como resolver o seu triângulo amoroso, Werther se suicida. A obra de Goethe foi tão cultuada que gerou cosplay. Homens passaram a se vestir como o herói, mas a imitação foi mais além. Muitos se suicidaram em condições parecidas com a da obra ou tinha uma cópia do livro. Como Nicholas Christakis e James Fowler contam em “O poder das conexões”, a preocupação na época foi tanta que o livro foi banido na Alemanha, Dinamarca e Itália. Essa relação entre o exemplo notório de suicídio e morte parecidas continuou suposta, até o sociólogo David Phillips testar se os suicídios entre 1947 e 68 tinham relações com a publicação de notícias na capa do jornal New York Times descrevendo como alguém tinha tirado a própria vida. No seu trabalho clássico de 74, ele não só confirmou essa relação, como criou o termo “efeito de Werther” para o fenômeno [...] (IAMARINO, 2017, transcrição nossa, 01:00 min).

Apesar dos argumentos no vídeo em defesa no cuidado em relação à veiculação da temática, ao tratar do suicídio e as discussões consideradas importantes, o vídeo não discute ou comenta sobre o silêncio e o tabu existente ao tratar do tema. Profissionais que lidam com a área sinalizam que o suicídio é visto socialmente como algo obscuro e que não pode ser dito, sendo o ato condenável e punível, a partir da perspectiva que tem como pano de fundo dogmas cristãos enraizados socialmente. Essa esfera mística que rodeia o tema dificulta que o assunto seja estudado, discutido e compreendido, devido ao pânico moral que pode levantar. Esses e outros pontos, apresentam indícios de uma sociedade pouco preparada para discutir e enfrentar esse problema de saúde pública. Embora existam campanhas de prevenção (como o Setembro Amarelo), existe pouca divulgação sobre os canais de ajuda, como o Canal de

Valorização à Vida (CVV) ou até mesmo as sobre possibilidades de acolhimento na rede pública de saúde, que apresenta também muitos problemas estruturais (GOULART, 2021).

Goulart e Nardi (2022), ao visitar Durkheim (1897), trazem a definição do suicídio enquanto fato social total, repleto de elementos e significados que perpassam fatores biológicos, emocionais, históricos e sociais de forma simultânea. No contexto brasileiro, ao trazer a dimensão social, as vulnerabilidades construídas com o pano de fundo tanto da escassez de políticas públicas efetivas quanto por políticas de morte, cumpre com um papel significativo nos números. As desigualdades sociais, bem como violências estruturais e institucionais, fundamentam, juntamente aos fatores individuais e específicos de cada sujeito, o ato de tirar a própria vida, nos levando a refletir acerca da responsabilidade do Estado por essas mortes (LIMA; PAZ, 2021).

É possível perceber omissões na narrativa no sentido de não considerar ou sequer citar os recortes raciais brasileiros, sendo o racismo determinante nas condições de saúde mental e suicídio da população negra. O vídeo segue um mesmo padrão, uma vez que sequer trabalhos temáticos em profundidade são encontrados na literatura. Hegemonicamente, as pesquisas acerca do suicídio no Brasil exprimem sujeitos sem raça/cor, tornando-se essencial desembranquecer as categorias de análise do suicídio. Exceção na literatura em questão, uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com a Universidade de Brasília que gerou a cartilha “Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016”²⁷ publicada em 2018 (LIMA; PAZ, 2021).

Segundo a cartilha mencionada, as pessoas mais vulneráveis ao suicídio são: “homens, pessoas com pouca escolaridade, idosos, adultos, população indígenas e adolescentes e jovens negros” (p. 13). O documento (com dados de 2016) ainda afirma que um dos grupos mais afetados pela questão, os mais vulneráveis, são jovens, e sobretudo jovens negros, resultado enquanto marca do racismo. Essa questão é levantada a partir dos dados do estudo em questão que apontam o crescimento da proporção de suicídios entre negros sendo de 53,3% em 2012 para 55,4% em 2016 para pessoas. Se compararmos os dados entre brancos e negros, podemos perceber uma diferença no risco de suicídio, sendo 45% maior em adolescentes e jovens negros se comparados aos brancos (BRASIL, 2018).

²⁷ Disponível em:

https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf.

O racismo é o fator principal do adoecimento da saúde mental da população negra brasileira. A construção do sentimento de inferioridade, de não lugar social, de negligência, de ausência de sentimento de pertença, o ser rejeitado em diversas posições na sociedade, a violência, o abuso, sentimento de incapacidade, isolamento social, solidão, são algumas das consequências da estrutura racista, construídas e mantidas de forma silenciosa, pela branquitude. Esses fatores, atrelados e resultados do racismo, contribuem para a ocorrência do fenômeno do suicídio. Sendo assim, é importante entender que, como pano de fundo para os dados aqui apresentados, de predominância do suicídio entre a população negra adoecida, encontramos a sujeição à lógica universal da branquitude (LIMA; PAZ, 2021; SOUTO; TOSO, 2020; SOUZA; SILVA, 2021). Ainda segundo a cartilha, as principais causas associadas ao suicídio são:

a) o não lugar, b) ausência de sentimento de pertença, c) sentimento de inferioridade, d) rejeição, e) negligência, f) maus tratos, g) abuso, h) violência, i) inadequação, j) inadaptação, k) sentimento de incapacidade, l) solidão, m) isolamento social. Outros fatores relacionados: a) não aceitação da identidade racial, sexual e afetiva, de gênero e de classe social (BRASIL, 2018, p. 17).

Em contrapartida aos pontos apresentados, ao longo do vídeo, em vários momentos são apontadas como causa: (a) o menor amparo por parte dos adolescentes por estruturas sociais, como o casamento, filhos e o trabalho (02 min 32 s), (b) a depressão (04 min 36 s), (c) não passar em uma prova, perder o emprego ou término de um relacionamento (04 min 54 s). Apresenta-se como soluções para o suicídio o “[...] amparo social, família, relacionamentos, ajuda médica e profissional em casos como a depressão [...]” (IAMARINO, 2017, transcrição nossa, 5 min 59 s).

Esses pontos trazidos pelo narrador são amplos ambíguos em certo ponto, não levando em consideração as especificidades de ser negro em um mundo branco e tudo que essa estrutura racista desenvolve na subjetividade do sujeito negro. Como resultado de séculos de discriminação, privação e negação de oportunidades, o desemprego, a falta de acesso aos cuidados de saúde, a solidão também são determinantes na questão do suicídio entre jovens negros, sendo, dessa forma, pontos cruciais na prevenção do suicídio da população negra. “É essencial que a comunidade forneça um suporte social para os adolescentes e jovens negros, pois o envolvimento da comunidade desempenha um papel na prevenção do suicídio” (BRASIL, 2018, p. 57). A cartilha ainda fala sobre a sensação de pertencimento e aceitação da comunidade (na totalidade e também escolar), que possui papel fundamental na prevenção de

suicídio, pois conforme exposto, “a conexão com a comunidade escolar reduz o risco de tentativas de suicídio entre adolescentes negros, especialmente entre aqueles que vivem em bairros mais pobres, atuando como um forte fator de proteção” (BRASIL, 2018, p. 57). Ainda segundo o documento:

[...] o racismo causa impactos danosos que afetam significativamente os níveis psicológicos e psicossociais de qualquer pessoa. A prática do racismo e da discriminação racial é uma violação de direitos, condenável em todos os países. No Brasil, é um crime inafiançável, previsto em lei. Os impactos do racismo geram efeitos que incidem diretamente no comportamento das pessoas negras que normalmente estão associados à humilhação racial e à negação de si, que podem levar a diversas consequências inclusive às práticas de suicídio. Os determinantes sociais e principalmente aqueles relacionados ao acesso e permanência na educação influenciam adolescentes e jovens negros sobre suas perspectivas em relação à vida [...] (BRASIL, 2018, p. 54).

Kilomba (2020) discute sobre a relação entre suicídio, racismo e isolamento, apontando uma conexão direta entre o racismo e a morte, já que o racismo pode ser efetivamente retratado como o assassinato racista do eu (negro). Dentro do racismo é possível entender o suicídio enquanto a visualização, a performance da condição do sujeito negro em uma sociedade branca: na qual o sujeito negro é invisível. Invisibilidade performada do suicídio através da realização de uma sequência dolorosa, mas muito realista. Isso ocorre, pois o racismo força o sujeito negro a existir como “outro”, privando-o de seu próprio eu, fazendo do suicídio o emergir como um ato de tornar-se sujeito ao decidir não mais viver sob as condições de mundo brancas, uma performance final de reivindicação da sua subjetividade e autonomia, decidindo sobre sua própria vida, determinando sua existência.

Quando a temática envolve suicídio, é possível perceber que geralmente as questões raciais são subestimadas e/ou individualizadas, tratadas como pontuais. Em muitos casos são negligenciadas, chegando até mesmo em situações de culpabilização da vítima. Além disso, conforme já mencionado, o estigma sobre o suicídio alia-se a elementos estruturantes como o silenciamento acerca da questão. Há a tendência de culpabilização da vítima, individualizando um problema que é muito mais social e político. Ainda considerado tabu, a questão enfrenta perpasses de aspectos moralistas derivados da cultura cristã ocidental, do qual é comum ouvimos que a pessoa que comete suicídio irá para o “inferno” (zona destinada aos espíritos pouco evoluídos e com pendências terrenas) por cometer um ato que “não é de Deus” (GOULART, 2021).

Pautam-se questões de cunho mais individual e pouco estruturantes, não levando em consideração os perpassos raciais que, conforme os dados apresentados, influenciam na tomada de decisão em relação ao suicídio, tornando o recorte racial extremamente relevante e imbricado no tema. “A raça/cor atua como um determinante de como as pessoas vivenciam as tensões da vida e estas estabelecem condições de visibilidade que definem como as pessoas são vistas na comunidade, aumentando inclusive o risco de suicídio” (BRASIL, 2018, p. 56).

Bem como em trabalhos como de Karat (2022), Lima e Paz (2021), Monari e Filho (2019), Navasconi (2018), e outros, a questão do silenciamento racial também foi observada no vídeo pautado. As questões raciais não foram discutidas e sequer consideradas enquanto fator. Monari e Filho (2019), por exemplo, ao analisar três reportagens de três veículos de comunicação diferentes, identificaram o silêncio como um ponto a ser destacado quando o assunto é a cobertura jornalística de temas sobre suicídio na mídia, principalmente quando envolve a população negra, através da ausência de fontes e falta de representação. Concluíram, desta forma, que a mídia não promove integralmente o debate público sobre a questão. “Racializar o suicídio é imperativo ético para aprofundar o debate sobre o tema, bem como para realizar políticas e práticas efetivas de prevenção do suicídio no país” (LIMA; PAZ, 2021, p. 106).

5.2 VÍDEO 2: “AS 5 MAIORES PANDEMIAS DA HISTÓRIA”

No segundo vídeo de divulgação científica aqui analisado²⁸, o narrador em questão é Lucas Zanandrez, que apesar de não ter se identificado no vídeo, se identifica na descrição do canal como Biomédico e Mestre em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual. Ele trata do tema com seriedade, falando sobre as 5 maiores pandemias, sempre utilizando um tom de voz brando, trazendo questionamentos e curiosidades para atrair a atenção dos espectadores.

O tema central consiste na apresentação breve das 5 maiores pandemias dos últimos 2 mil anos (em número de mortes), apresentada em ordem cronológica, sendo elas: Praga de Justiniano, Peste Bubônica, Varíola, Gripe espanhola, e HIV/Aids. O narrador traz números, datas e informações, mas não há menção de fontes tanto no vídeo quanto na descrição do mesmo.

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MdSTOal9dxA>.

Ao longo da narrativa, são trazidos aspectos gerais de cada uma das cinco pandemias, todas elas com informações e foco no continente europeu, mencionando brevemente o Brasil em relação ao HIV/Aids (a partir de 07 min 58 s). Nesse sentido, há ainda o um breve posicionamento em defesa do saneamento básico e saúde pública, salientando a importância do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim como no vídeo anterior, não há nenhuma menção de discussões e/ou recortes raciais no vídeo, apontando grupos invisibilizados ou doenças negligenciadas pela ciência, por exemplo.

Em apenas um momento do vídeo é mencionada vulnerabilidade no sentido biológico. A partir de 05 min 13 s, o narrador traz a informação de que a partir de 1500, a pandemia de varíola foi tão grave que 90% da população que vivia nas Américas foi morta depois da chegada dos europeus, que trouxeram o vírus, destruindo impérios, como o Asteca. É importante evidenciar a passividade conferida aos europeus, que de forma sutil, justifica que os nativos americanos ‘apenas’ não tinham imunidade natural contra o vírus em questão e que, portanto, foram dizimados.

[...] Já tem relatos de surtos de varíola antes de 1520. Mas a partir dessa data, a pandemia foi tão séria que 90% da população que vivia nas Américas foi morta depois da chegada dos europeus, que trouxeram o vírus para cá, destruindo impérios inteiros, com o império Asteca. Como os americanos não tinham imunidade natural contra esse tipo de vírus, eles foram dizimados [...] (ZANANDREZ, 2021, transcrição nossa).

O que o narrador não comenta é que a varíola, com história bastante antiga, de séculos, trouxe e ainda traz várias questões humanitárias. Além disso, no século XVIII, por exemplo, colonizadores britânicos tentaram contaminar os nativos americanos, utilizando o vírus como arma biológica. O mesmo ocorreu séculos antes com outros colonizadores europeus, sendo responsáveis, em muitos casos de forma intencional, pela dizimação de povos e civilizações nativas do continente americano. Durante a Segunda Guerra Mundial, cientistas americanos, britânicos, japoneses e soviéticos consideraram a produção da varíola como uma arma biológica (SÖNMEZ, 2021; TOLEDO JR., 2005).

Além disso, trazendo para o contexto brasileiro, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, pós-abolição da escravidão, a elite branca disseminava ideias de que as epidemias e surtos, como a de varíola, febre-amarela, tuberculose, e outros, eram transmitidas pela população negra, criando-se a necessidade de políticas sanitárias bem como a linha de pensamento de “higienismo social”. Ações violentas e de violações de direito

afetaram negativamente a população pobre e majoritariamente negra dos centros urbanos, que sofreu com vacinações e fiscalizações de suas residências de forma compulsória, chegando a casos de desapropriação de cortiços em prol da “modernização”. Em junho de 1904, devido à epidemia de varíola, os governantes estabeleceram a obrigatoriedade da vacina no Rio de Janeiro. Nesse período, medidas para indivíduos não vacinados foram tomadas como: a invasão de residências, proibição de contratos de trabalho, matrículas em escolas, certidões de casamento, autorizações para viagens, entre outros. Em novembro do ano em questão ocorreu uma revolta popular, conhecida como “Revolta da Vacina”, que durou uma semana até ser contida pelo governo (LACERDA, 2021).

[...] A partir desse contexto de opressão popular, a eugenia foi compreendida por grande parte da elite intelectual e política do país como um meio de “higiene social”, que se fazia necessária para o projeto de Estado nação em curso. Nesse período, era comum a associação entre saneamento, higiene e eugenia nos discursos da elite branca, que recorreu a explicações médicas para justificar, inclusive, a atuação violenta do Estado [...] (LACERDA, 2021, p. 189).

Séculos depois, liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a varíola comum, causada pelo vírus "smallpox", foi considerada erradicada em maio de 1980. O acontecimento envolveu milhares de profissionais de saúde em todo o mundo para administrar meio bilhão de vacinas (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020; TOLEDO JR., 2005).

Atualmente, a doença ainda é ponto de atenção e discussão por muitas razões. Apesar de não ser exatamente igual, mas fazendo parte do mesmo gênero (*Orthopoxvirus*) do *smallpox*, o vírus *monkeypox*, causador da zoonose conhecida como varíola dos macacos, tornou-se ponto de atenção neste ano (INSTITUTO BUTANTAN, 2022; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). Apresentando-se em quadros menos graves, os sintomas são semelhantes e o vírus circula de forma endêmica em alguns países da África, como Nigéria e República Democrática do Congo. O primeiro caso humano de varíola dos macacos foi relatado na República Democrática do Congo em 1970, poucos casos foram relatados fora da África, não tendo sido detectado fora do continente antes de 2003. Apesar disso, a OMS detectou em maio de 2022 um surto crescente de casos em diversos países não africanos, ao menos 12, de continentes da América do Sul, América do Norte e Europa. As teorias sobre o aumento de casos em países fora da África variam desde a ligação de viagens com os países

endêmicos até a diminuição da imunidade da população, já que os programas de vacinação contra a varíola terminaram há décadas (ADEPOJU, 2022; SARTOR et al., 2022).

O que chama atenção nesse questão é que, conforme apontado por Ifedayo Adetifa, cientista e chefe do Centro de Controle de Doenças da Nigéria em Abuja, poucos ou nenhum recursos foram dedicados aos esforços de estudos de cientistas africanos, por ser no continente africano “apenas” onde a varíola tem sido uma preocupação de saúde pública por muitos anos. Segundo entrevista, o cientista apontou que ao estar em contato com virologistas africanos relatou que eles “expressaram irritação por lutarem para obter financiamento e publicar estudos sobre a varíola dos macacos por anos – mas que agora está espalhada para fora do continente, as autoridades de saúde pública em todo o mundo, de repente pareceram interessadas”²⁹ (KOZLOV, 2022a, tradução nossa). Além disso, Adetifa acrescenta que os países membros da OMS prometeram mais de 31 milhões de doses de vacina contra a varíola à agência para uso em emergências de varíola, mas que essas doses nunca foram usadas contra a varíola dos macacos na África (KOZLOV, 2022a; KOZLOV, 2022b; VARELLA, 2022). Conforme aponta o médico cancerologista brasileiro Drauzio Varella (2022):

[...] É impressionante como o racismo contra os negros resiste. Não respeita sequer a ciência. A doença que agora ganhou popularidade com o nome de “monkeypox” assola, há décadas, países como a Nigéria, a República Centro-Africana e a República Popular do Congo, sem que a ciência ocidental se dignasse a estudá-la. Afinal, a mortalidade associada a ela é baixa e ficava restrita aos negros.[...] Bastou surgirem alguns casos fora da África para a ciência dos países mais ricos acordarem para o problema [...]

Além de toda essa questão, a partir da demanda de cientistas e da Organização das Nações Unidas (ONU), a OMS está planejando e divulgou em agosto deste ano que estão trabalhando em um novo nome para o vírus (“monkeypox”) e para a doença que ficou vulgarmente conhecida como “varíola dos macacos”, visando tentar reduzir o estigma, o racismo e a desinformação generalizada (INSTITUTO BUTANTAN, 2022; TAYLOR, 2022).

[...] A decisão da OMS de optar por uma nova denominação para a doença ocorre depois que a Associação de Imprensa Estrangeira da África expressou preocupação em maio [de 2022] de que a mídia ocidental estivesse usando fotos de negros em

²⁹“Ifedayo Adetifa, the head of the Nigeria Centre for Disease Control in Abuja, says that African virologists he’s spoken to have expressed irritation that they’ve struggled to garner funding and publish studies about monkeypox for years — but that now it’s spread outside the continent, public-health authorities worldwide suddenly seem interested” (KOZLOV, 2022a).

histórias sobre varíola dos macacos, apesar do atual surto se sustentar em nações ocidentais predominantemente brancas [...] (TAYLOR, 2022, p. 1, tradução nossa)³⁰.

Em consonância, um grande grupo de 22 especialistas publicou, em junho, um artigo³¹ fazendo as mesmas considerações e propondo uma nova nomenclatura. Algo semelhante aconteceu quando houve, por exemplo, a nomeação do vírus causador da Covid-19, em fevereiro de 2020, para “SARS-CoV-2”, visando evitar estigmas e referências como vírus “chinês” ou “Wuhan” (TAYLOR, 2022).

A partir dos apontamentos feitos até aqui, é possível perceber que os surtos de varíola nos mais diversos países e tempos, tem gerado discussões e envolvem discussões extremamente relevantes e imbricadas às relações raciais, apesar de novamente não ter sido discutida ou sequer considerada em nenhum momento no vídeo de DC analisado. O mesmo foi observado para as outras pandemias abordadas no vídeo, como, por exemplo, ao discutir sobre a Aids, ao final do vídeo (a partir de 07 min 50 s). Apesar de igualmente não trazer recortes, é importante e necessário que ela seja entendida enquanto socialmente marcada, pois apesar de ser transversal, existem e existiram opressões e desigualdades historicamente construídas. É consenso que a Aids atinge de forma mais aguda grupos historicamente estigmatizados, excluídos, culturalmente discriminados (OLIVEIRA, 2018; LOPES, 2005).

[...] Não há como homogeneizar uma epidemia. Não podemos mais negligenciar os recortes de gênero, raça e classe, pois são as realidades sociais que vão ditar quais as populações que mais adoecem, as que menos têm acesso à informação, ao bem-estar e a serviços públicos de qualidade. [...] As mulheres negras são as que figuram no topo da mortalidade por aids (morrem três vezes mais que mulheres brancas) e não por acaso estão na base da pirâmide social, majoritariamente no subemprego e na pobreza. Além disso, a população negra em geral está mais suscetível a desenvolver a aids e figura no topo da taxa de mortalidade [...] (OLIVEIRA, 2016, on-line).

Além disso, com a amplificação de discursos conservadores e de relativização e minimização o recorte racial e de gênero na epidemia, pessoa negras, sobretudo jovens, mulheres e LGBTQIA+, que possuem chance três vezes maior de morrer por Aids, se comparadas às pessoas brancas, sofrem ainda mais com o estigma, discriminação e

³⁰ “WHO’s decision to opt for a new denomination for the illness comes after the Foreign Press Association of Africa expressed concern in May that western media were using photos of black people in stories on monkeypox, despite the current outbreak sustaining itself in predominantly white, western nations.” (TAYLOR, 2022).

³¹ Artigo disponível em: <https://virological.org/t/urgent-need-for-a-non-discriminatory-and-non-stigmatizing-nomenclature-for-monkeypox-virus/853/1>. Último acesso em: 29/09/2022.

silenciamento, que aliadas ao racismo institucional, dificultam o acesso ao tratamento do HIV e até mesmo a políticas mais eficazes de prevenção (OLIVEIRA, 2016; SOUZAS MARINHO; MELO, 2011).

Assim como discutido na questão da varíola, não se fazendo exclusivo da época, história ou doença especificamente, a OMS, ao reinserir a tuberculose (em 1990) em sua agenda de prioridades e de reemergência, por conta do grande aumento da mortalidade em função da coinfeção com HIV, expôs igualmente a secundarização em termos de atenção e de recursos e o silenciamento da situação da tuberculose (e consequentemente da Aids), como questão social, econômica e de saúde sobre populações periféricas do mundo (com altas taxas de incidência e de mortes). É importante mencionar que essas e outras doenças, que muitas vezes apenas se tornam “emergentes” ao afetarem países e populações centrais, na maioria das vezes nunca deixaram de ser problemas graves de saúde pública nos segmentos periféricos populacionais (OLIVEIRA et al, 2020).

É importante entender que o que estamos discutindo perpassa e envolve olhares raciais das temáticas em questão, sendo relevantes e fazendo parte do contexto, apesar de não terem sequer sido mencionadas nos vídeos analisados. E, além disso, julgamos importante que, ao tratar de temas como pandemias ou suicídio (como foi o caso do vídeo anterior), o cuidado e a criticidade ao trazer e discutir, para que estigmas, esterótipos e o próprio racismo não sejam retroalimentados.

Ainda sobre o vídeo 2, outro ponto importante identificado foi o termo utilizado “Peste Negra”. Ao iniciar a fala sobre a pandemia de peste bubônica (em 03 min 00 s) o autor menciona e na tela aparece o termo “Peste Negra”. Na sequência, o narrador expõe utilizar o termo enquanto sinônimo de “peste bubônica”. Apesar das duas terminologias, o narrador utiliza ao longo da explicação “peste negra” outras cinco vezes³², sendo então essa a forma o narrador decide nomear a pandemia tratada.

Mais do que uma mera herança do nosso passado, a problemática racial se coloca de maneira contundente no nosso cotidiano de diferentes maneiras, sendo utilizadas voluntária ou involuntariamente em todas as relações que estabelecemos: sociais, políticas, econômicas e culturais. Por meio de expressões relacionadas ao que se ouve ou que se utiliza, estabelecemos sentidos nas diferentes formas de comunicação. O termo identificado no vídeo segue o padrão racista de outros termos e expressões como: “A coisa está preta”, “ovelha

³² Tempos/minutos em que o termo é utilizado: 3:00, 03:04, 03:23, 03:41, 05:00.

negra”, “mercado negro”, “câmbio negro”, “negro de alma branca”, “não faça serviço de preto”, “lista negra”, “livro negro”, “ovelha negra”, “humor negro”, “passado negro” e muitos outros. Nos dicionários é possível observar que essas expressões e termos são correntes na língua e que tanto o adjetivo negro tem conotações negativas como o substantivo, de modo igual, refere-se a aspectos que depreciam o negro, evidenciando o racismo fortemente imbricado socialmente. Dentre os diversos significados que são atribuídos ao negro, encontramos coisas como: “sujo”, “funesto”, “maldito”, “perverso” e “sinistro”, dentre outros (CANCILIER; OLIVEIRA, 2016; MOTEIRO, 2016; NASCIMENTO, 2019).

É importante ressaltar ainda que a linguagem tem sido utilizada pelo mundo ocidental como forma de consolidação no processo de formação da modernidade, lançando definições e conceitos a partir do mundo brancocêntrico greco-latino a partir da Europa. Nesse sentido, o termo “negro” passou a ser usado, nos últimos três séculos em que a escravidão negreira ocorreu, de maneira intensificada no processo de expansão marítima (MBEMBE, 2014; NASCIMENTO, 2019). Para Gabriel Nascimento, no livro “Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo” (2019):

[...] É preciso entender, portanto, o signo “negro” como um conceito novo, criado pela branquitude e não como um conceito natural. Ou seja, os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam como “negros” ou reivindicavam para si a identidade “negra” como “naturalmente” deles. (...) Ou seja, o “negro” não foi só criado enquanto categoria discursiva e histórica, mas ele próprio foi obrigado a utilizar a língua do seu interlocutor (sobretudo no caso das línguas nacionais do colonizador) para produzir significados de defesa e sobrevivência após o tráfico negreiro intenso e a própria escravização, sendo capaz, inclusive, de gerar transformações nessa língua. Portanto, se esse interlocutor é a branquitude, como aquela que inviabiliza a minha fala, então o negro teve ainda que adaptar a sua fala durante todo esse processo, apagando aparentemente muitas vezes suas próprias marcas de origem ou traduzindo algumas delas e, assim, modificando a própria língua do colonizador [...] (NASCIMENTO, 2019, p. 11-12).

Retornando ao vídeo, o narrador, ao justificar o uso do termo, ele argumenta que “[...] foi essa característica bem específica de escurecer os linfonodos que fez com que essa doença fosse chamada de peste negra [...]” (ZANANDREZ, 2021, transcrição nossa, 03 min 35 s). Nesse sentido, entendemos ser importante expor que apesar da justificativa a “enunciação não se restringe apenas à descrição de um estado de coisas, mas a uma forma de realização de determinada intencionalidade, incorporada a um processo de dominação, hierarquização e violência exercida sobre os negros, desde o Brasil-colônia” (NASCIMENTO, 2021, p. 17).

Apesar de ter instituído pelos colonizadores, impondo-se como signo de opressão, no Brasil, o termo “negro” vem sofrendo, pouco a pouco, um processo de ressignificação e tomando um espaço mais amplo, graças aos movimentos sociais negros. Tornando assim o termo dependente de uma variada gama de contextos discursivos. Apesar disso, cuidados são necessários para que não se perpetue estruturas racistas. “O racismo linguístico, como os demais, num país dominado por um princípio de democracia racial que jamais existiu, passa ao largo se não nomearmos devidamente suas facetas” (NASCIMENTO, 2021, p. 52).

5.3 VÍDEO 3: “DE ONDE VIERAM OS INDÍGENAS? (#PIRULA 172)”

No terceiro e último vídeo³³ analisado, o narrador, Paulo Miranda Nascimento, também conhecido como Pirulla (que leva o nome do canal), aborda sobre a temática da chegada dos seres humanos nas Américas, falando sobre as possibilidades sobre as datas e locais em que teriam ocorrido as migrações humanas. Além disso, o narrador expõe a discussão e controvérsias de narrativas de cientistas de países diferentes, sobre como de fato teria ocorrido essa ocupação do continente americano.

Inicialmente (a partir de 00 min 47 s) o narrador define “índios” enquanto um grupo de asiáticos, afirmando ser um consenso científico resultado de mapeamentos genéticos. Ao longo do vídeo, um artigo da revista *Nature*³⁴ é abordado e discutido. Segundo o estudo em questão, estimativas foram traçadas para afirmar que não haveria como os integrantes da cultura Clovis³⁵ terem atravessado o Estreito de Bering há 15 mil anos. Segundo o estudo, pelas datações e testes moleculares, não haveria vegetação e animais de grande porte, e, portanto, caça para manutenção da vida humana naquele período e localidade. Assim, reforçar-se-ia a teoria que a vinda dos seres humanos para as Américas seria por via marítima.

Apesar de trazer esse ponto durante o vídeo, o narrador não apresenta maiores detalhes sobre como poderia ter ocorrido. Principalmente no que diz respeito à possibilidade de pessoas vindo de África poderem ter sido as primeiras a chegarem nas Américas. Além disso, o próprio narrador comenta, na sequência, sobre a resistência da comunidade científica norte-americana em aceitar que possivelmente não foi da cultura Clovis o pioneirismo.

³³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-MB2i3_9WWQ.

³⁴ PEDERSEN et al., 2016

³⁵ A cultura Clovis foi descoberta a partir de escavações do sítio em Clovis (no estado do Novo México nos Estados Unidos) iniciadas 1933. Foram encontrados artefatos bifaciais (raspadores, lascas e partes de pontas) associados a ossos de bisões e mamutes, com datações estimadas em cerca de 15 mil anos (DIAS, 2019).

No vídeo, Pirulla comenta (aos 12 min 00 s) sobre os estudos do bioarqueólogo da Universidade de São Paulo (USP), Walter Neves, responsável pelas escavações arqueológicas na região mineira de Lagoa Santa, local onde o mais antigo fragmento de esqueleto humano encontrado na América, o crânio da jovem Luzia, que viveu há 12 ou 13 mil anos. Segundo as medidas antropométricas do crânio apresentaram, Luzia tinha mais a ver com os africanos do que com os índios atuais, apresentando, dessa forma, traços similares aos dos aborígenes australianos e negros africanos. Além dessa descoberta, outros sítios arqueológicos, como na Venezuela, Argentina, Colômbia e Peru reforçaram essa constatação.

Os estudos em questão sustentam a teoria do território americano ter sido ocupado, antes da cultura “Clovis” que teria se deslocado pelo Estreito de Bering, por populações originalmente africanas e/ou não-mongolóides, diferentemente do proposto pela essa linha mais tradicional (clovista) de pesquisa na área. Uma série de críticas em relação à natureza das espécimes, às suas cronologias, suas contextualizações arqueológicas e as metodologias empregadas nas análises de Walter e outros estudiosos, como a arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon, tornaram-se cada vez mais frequentes nos círculos mais conservadores de pesquisadores dedicados a estudar a área em questão (DA-GLORIA; NEVES; HUBBE, 2016; PIVETTA, 2001; PIVETTA, 2006; SILVA; 2017; SILVEIRA 2009). A própria resistência de cientistas em aceitar a proposição de Neves e outros estudiosos é comentada, de forma breve, no vídeo por Pirulla (a partir de 12 min 50 s).

[...] O Walter [Neves] já comentava de que os cientistas gringos tinham muito a cabeça dura em aceitar que a cultura Clóvis talvez não fosse a primeira né, o primeiro assentamento americano. Agora eles tão tendo que engolir porque essas datações do Chile mostraram que realmente não tem como a cultura Clóvis ter sido a primeira né, a mais antiga das Américas. Já começa a ficar um pouco mais plausível as hipóteses do Walter Neves que talvez tivessem realmente outros assentamentos aqui no Brasil né, na América do Sul, que não vieram dessa irradiação asiática né, que veio lá de cima. [...] O Walter Neves me comentou que eles acharam algumas evidências de DNA em algumas tribos aqui do Brasil que tinham genética negra tá? Mas não em índios atuais né, que poderia obter genética negra por causa de algum antepassado escravo, que veio para cá e tal por causa dos europeus. Mas ele tá falando de fósseis mesmo, de índios tá, de sei lá também oito mil anos atrás, muito antes dos portugueses a trazerem escravos africanos pra cá, que teriam já uma genética negra. [...] Essa é uma discussão que particularmente eu acho muito gostosa de ter. Você vê que a teimosia, por exemplo, do pessoal dos Estados Unidos lá, que não quer admitir que existe a possibilidade dos primeiros assentamentos humanos aqui nas Américas né, pelo menos vindos da Ásia, não terem sido nos Estados Unidos né. Eles querem que a cultura Clóvis lá tenha sido mais antiga né. [...] (NASCIMENTO, 2016, transcrição nossa, 13 min 10 s).

Estudiosos expõem também essa resistência científica em considerar a possibilidade do pioneirismo africano. Nesse sentido, é importante entendermos que

A americanização do mundo é o último dos movimentos migratórios volumosos que o planeta assistiu, desde a passagem dos primeiros *Homo sapiens*, tanto pela teoria hegemônica via estreito de Bering no norte da Ásia para a norte da América ou, mesmo da teoria minoritária, mas não descartada da passagem da África diretamente para a América, como postula a arqueóloga Niède Guidon; até o mais recente que é o deslocamento populacional compulsório realizado pelos africanos a partir do século XVI e da população do sul e do oeste Europa a partir do século XVIII. Mas, não é só isso, o Brasil é o último território da globalização empreendida pelos *Homo sapiens* desde a sua saída da África. Aqui nos fundimos biologicamente enquanto filhos da África. É o que denuncia o fóssil de Luzia em Lagoa Santa (MG), isto é num antes e num depois de 1.500 (D.C.), somos frutos da própria globalização realizada pelos africanos e mais pós-modernos do que as teorias atuais tem dificuldades em nos reconhecer. (FONSECA, 2018, p. 22).

Além disso, no vídeo Pirulla apresenta a seguinte fala: “[...] É mais plausível até que, esses índios, eles tivessem qualidades náuticas, né, que a gente na nossa arrogância não que admitir, tá? e claro, porque é difícil de se preservar arqueologicamente uma coisa dessa, tá? Então sem evidência a gente não tem como afirmar. [...]” (NASCIMENTO, 2016, transcrição nossa, 10 min 21 s).

Apesar de tal afirmação, existem alguns outros indícios, além dos fósseis humanos, da presença africana na América muito antes de Cristóvão Colombo. Além das evidências comentadas, estudiosos da área citam a existência de três correntes oceânicas, saindo da costa africana e se encontrando no continente americano. Provavelmente elas funcionaram como trilhas em movimento, deslocando embarcações pelo caminho, podendo chegar a esta parte do mundo. É fato que os africanos tinham embarcações e conhecimentos necessários para tal, conheciam as estações, as correntes oceânicas, o sistema de ventos e tinham conhecimentos marítimos. Outra evidência é a Civilização Olmeca, de origem africana (a partir de evidências como esqueletos, esculturas, arquitetura e paralelos culturais) que floresceu no Antigo México. Algumas dessas populações adoravam deuses africanos da antiguidade, muito antes da chegada dos primeiros africanos escravizados ao continente americano. Estima-se que houve fusão de povos, constituindo, dessa forma, a população nativa americana, a mesma que os europeus encontraram no século XV e XVI. Nesse sentido, os povos asiáticos que cruzaram o Estreito de Bering em um número tão grande, que quando chegaram, acabaram

absorvendo as civilizações africanas que aqui estavam (RAAWIYA, 2021; VAN SERTIMA, 1976).

Além de toda questão do pioneirismo que envolve a temática abordada, outro ponto importante identificado, assim como no vídeo anterior (que utilizou o termo “Peste Negra”), durante todo o vídeo o narrador utiliza o termo “índio” para se referir aos indígenas, aparecendo, na totalidade, quatorze vezes ao longo do vídeo e sendo a forma como o narrador decide nomear os indivíduos em questão, utilizando o termo “indígena” apenas 4 vezes ao longo do vídeo e outra vez no título do vídeo.

É consenso que o termo “índio” foi construído pelo branco diante da tríade do eurocentrismo-colonialismo-racismo. A partir do parâmetro da branquitude, “índio” define o outro enquanto não sujeito/ser humano e constrói político-normativamente um contraponto ao branco colonizador, empreendedor, cristão e heterossexual. O termo em questão foi definido na história, cultura e imaginário brasileiro a partir da (não)visão que o branco tem dele, ou seja, “índio” enquanto construção desse mesmo branco, como um espelho desse mesmo branco. Nesse sentido, enquanto objetivo fundamental do Movimento Indígena brasileiro e da literatura indígena, busca-se a descolonização e apontam-se críticas ao “índio” enquanto sujeito do passado, pré-moderno, arcaico, condenado a uma vida quase bestial e confinado ao mais profundo e inóspito recanto do mato. Assim, o Movimento Indígena Brasileiro e a literatura produzida por intelectuais indígenas fazem a enunciação pública: “não somos índios/as” (DANNER; DORRICO; DANNER, 2020, 2022).

Conforme expõe e afirma, o escritor e professor, Daniel Munduruku (2017, p. 18) na subseção “Indígenas, sim. Índios, não!”:

De hoje em diante, que fique combinado que não haverá mais “índio” no Brasil. Fica acertado que os chamaremos “indígenas”, que significa “nativo”, “originário de um lugar”. Certo? Bem, mas calma lá! Alguém me soprou uma questão”: “Mas índio e indígena não são a mesma coisa?” Pois é... “Não, não são”. Digam o que disserem, mas ser um indígena é pertencer a um povo. Ser “índio” é pertencer a quê? É trazer consigo todos os adjetivos não apreciados por qualquer ser humano. É uma palavra preconceituosa, racista, colonialista, etnocêntrica, eurocêntrica... Enfim, acho melhor não a usar mais, não é? (MUNDURUKU, 2017, p. 18)

Nesse sentido, em consonância, o líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro, Ailton Krenak, aponta o termo “índio” enquanto equívoco dos colonizadores portugueses. Não chega a ser um erro, pois ao sair para a Índia, e ao se perder, chegando no Brasil, os portugueses encontraram pessoas que aqui estavam e acabaram

denominando-os como “índios”, deixando esse equívoco que marcado até hoje. Para além do equívoco, o termo em questão limita e humanidade indígena, conforme exposto por Munduruku, e também as singularidades de grupos e indivíduos justamente para reforçar a caricatura, mistificação e a falsificação da história colonial narrada pelo colonizador, fazendo com que haja, dessa forma, menção a nenhum grupo/sujeito real (DORRICO, DANNER; DANNER, 2022; MUNDURUKU, 2017).

O importante aqui é exatamente o problema político do “índio” genérico e o seu não-lugar e a sua ausência de papel dentro do horizonte mais amplo de nossa sociedade, um não-lugar e uma inexistência de papel sociopolítico que se devem a essa falsificação, mistificação e desubstantificação produzidas e legitimadas desde nossa perspectiva colonial, racista e autoritária. Foi, portanto, uma motivação política que deu origem e que dinamizou tanto o Movimento Indígena brasileiro quanto o enraizamento público e a produção intelectual dos/as escritores/as indígenas brasileiros. Falar por si mesmos/as e desde si mesmos/as, assumir, desde sua condição e por meio de suas experiências como singularidades e como minorias, uma perspectiva de protagonismo estético-político-cultural-epistemológico foi e é, para estes/as intelectuais indígenas, o passo – um passo político, uma segunda descoberta do Brasil, nas palavras de Ailton Krenak – considerado fundamental para a descolonização cultural e a descatequização da mente no que se refere a esse lugar, a essa imagem e a esse protagonismo do/a indígena dentro de nossa modernização conservadora (DORRICO, DANNER; DANNER, 2022, p. 247).

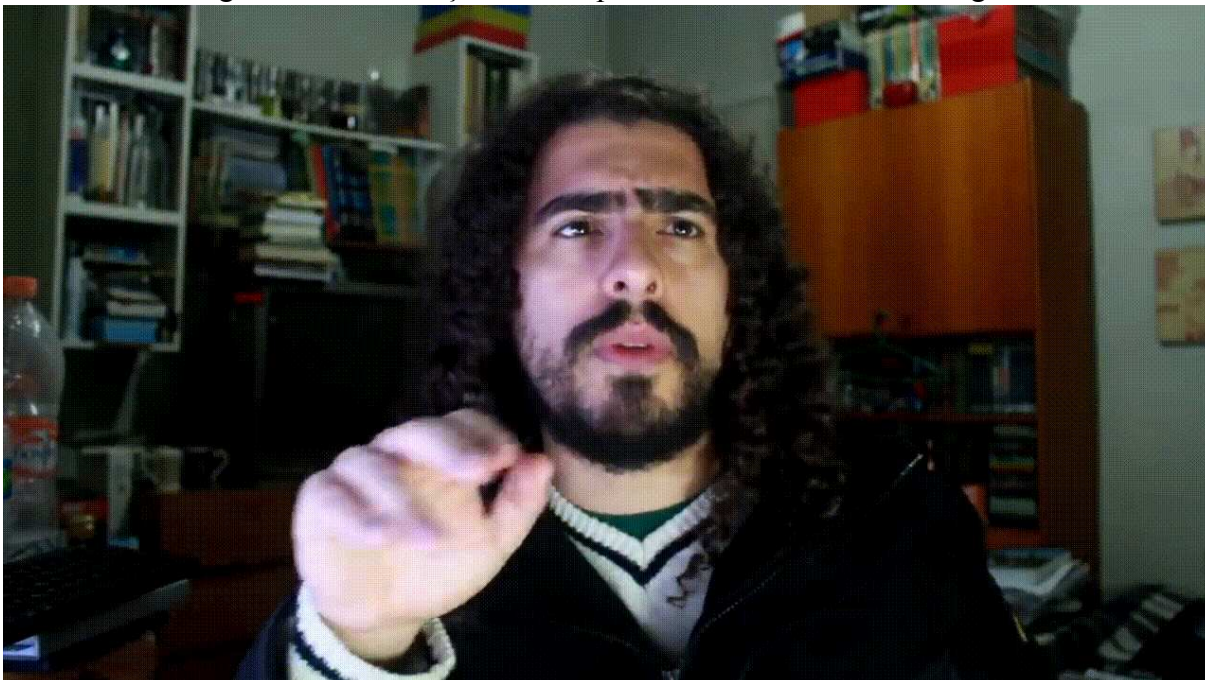
Nesse sentido, fica evidente a necessidade da desconstrução do termo “índio” que é genérico e caricato para a valorização das singularidades e pluralidades, da imagem e papel das relações dos povos indígenas originários com a sociedade de forma mais ampla, desta e para com. O termo não é absolutamente nada pois, como discutido, tal denominação e toda a carga semântica, epistêmica, normativa, política e cultural conferida ao termo, foi definida pelo próprio colonizador e seus herdeiros, mas nunca pelos próprios indígenas enquanto sujeitos do processo histórico brasileiro, como sujeitos no pleno gozo de seus direitos e como seres reconhecidos em suas alteridades pelo colonizador. Assim, conforme mencionado, surge e utiliza-se o novo nome, configurando uma nova condição política, epistemológica e de relacionalidade histórico-normativa: o/a indígena, os/as indígenas. Sendo assim, “indígena”, diferente de “índio”, vai na direção de humanos pertencentes a um povo, a uma comunidade, com uma identidade cultural específica, como Krenak, ou Munduruku, Potiguara, Guajajara, Kaingang e muitos outros (DORRICO, DANNER; DANNER, 2020, 2022; MUNDURUKU, 2017).

Além do termo "Índio", o termo "Selvagem" também é utilizado pelo narrador (no tempo de 11 min 14 s) ao comparar os polinésios chegando na Ilha de Páscoa há 1600 anos (fim do Império Romano na Europa).

[...] os polinésios chegaram na Ilha de Páscoa, há... sei lá... acho que há 1600 anos, uma coisa assim. Foi praticamente o último lugar em que o ser humano selvagem (entre aspas) conseguiu atingir, ah, imagina, 1600 anos atrás, você já tava, sei lá, tava no fim do Império Romano na Europa, tá, não sei o que, e os aborígenes tavam chegando na (na, na, na) Ilha de Páscoa. Porém, né, você tem outras rotas lá pelo Oceano Pacífico que poderiam ter feito alguns nativos da Polinésia chegarem ali na costa oeste da América do Sul, ou mesmo da América do Norte [...] (NASCIMENTO, 2016, transcrição nossa, 11 min 14 s).

Ao mencionar os polinésios e sua chegada tardia a outros lugares do planeta, o autor faz a comparação cronológica associando e comparando ao mesmo período que o Império de Roma já estava chegando ao fim. Apesar do narrador utilizar tanto verbalmente quanto gestualmente "entre aspas" aos 11 min e 21 s (Imagem 1), é possível perceber, de certa forma, que a noção de selvagem e civilizado perpassa a concepção e fala do narrador.

Imagem 1 - Gesticulação entre aspas ao utilizar o termo "selvagem"



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=-MB2i3_9WWQ. GIF recortado do tempo 11:21.8 ao tempo 11:22.8.

Essa dualidade entre civilizado e selvagem, sendo o primeiro representado pela Europa central o "berço da civilização ocidental" e a única cultura civilizada reconhecida,

enquanto os demais são taxados de selvagens, atrasados, subdesenvolvidos, e outros adjetivos, é uma construção da branquitude. (CARDOSO, 2010b). Ela faz parte da história “oficial” que, a partir de relatos e de teses ditas científicas, cria-se a base para o atestado de superioridade racial do branco em relação aos outros povos. Os estigmatizados são marcados pela ausência, sendo o continente africano um dos exemplos em que pessoas negras são descritas desprovidas de beleza, de riqueza, de cultura e de civilização (BARBOSA, 2014). Em relação ao denominado “outro”, Kilomba (2020, p. 52) expõe que

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como “Outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. Toda vez que sou colocada como “outra” – seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica –, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “Outra/o” da branquitude, não o eu – e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (KILOMBA, 2020, p. 52).

Além disso, a autora ainda expõe que esses sujeitos são percebidos pela lente dualista selvagem/civilizado a partir da: (a) primitivização: O sujeito negro torna-se a personificação do incivilizado – a/o selvagem, a/o atrasada/o, a/o básica/o ou a/o natural –, aquele que está mais próximo da natureza e (b) incivilização: O sujeito negro torna-se a personificação do outro violento e ameaçador – a/o criminosa/o, a/o suspeita/o, a/o perigosa/o –, aquele que está fora da lei. É importante ainda mencionar que o racismo é discursivo, não biológico, funcionando através de uma cadeia de palavras e imagens (que por associação se tornam equivalentes), sendo, dentre muitas, equivalências do tipo: africano – África – selva – selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco (KILOMBA, 2020, p. 84).

Apesar desse discurso ter sido construído historicamente há algum tempo, esses estereótipos estão presentes até os dias atuais. Barbosa (2014, p. 66) relata, por exemplo, um comercial de 2006, de uma marca de xampu, no qual aparecia uma moça que supostamente estaria visitando um safári sendo conduzida por um motorista negro (supostamente um nativo) em um jipe. Ao descer para fotografar um leão, o cabelo da visitante ganha volume, a imagem muda, ela se transforma numa “selvagem” e o leão a reconhece como uma “igual”. No comercial em questão, a ideia central perpassa as concepções dos europeus em relação ao continente africano, a partir da relação entre animalidade e humanização e do selvagem e

civilizado, reforçando estereótipos e naturalizando estigmas. Esses e outros exemplos reforçam as equivalências racistas construídas historicamente pela branquitude.

Retornando ao vídeo analisado, durante a vinheta utilizada (nesse e em outros vídeos) para a abertura do canal do Pirulla (aparecendo especificamente no presente vídeo no tempo 00:11), o narrador aparece reproduzindo o estereótipo do “homem-bomba”. Na cena em questão, apesar de muito rápida, levando segundos, o narrador veste o que pode ser entendido como uma cafia, traje comum no Oriente Médio que consiste em um pano quadrado preso por uma tira chamada egal, e faz a ação de acionamento de um botão, que causa uma “explosão” (representada por um efeito especial) do que pode ser entendido como uma bomba. Podemos observar tal cena a seguir:

Imagem 2 - Trecho da vinheta de abertura do canal do Pirulla



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=-MB2i3_9WWQ. GIF recortado do tempo 00:11.2 ao tempo 00:11.8.

Seguindo na linha de discussão acerca do reforço de estereótipos e naturalização de estigmas, conforme podemos observar no GIF (Imagem 2 - recortada do vídeo original), a visão colonialista perpassa e reforça a lente colonial ocidentalizante. Lente essa construída a partir da arte, textos científicos e midiáticos, de percepção do Oriente que perpetua os mais diversos estereótipos (que permanecem intactos ainda hoje), dos quais encontramos: o bárbaro, o fanático, o sexista, o terrorista, o homem-bomba. Assim como visto anteriormente,

ao discutirmos sobre o termo “selvagem”, a reprodução da imagem do “homem-bomba” reforça a construção da dicotomia civilização e barbárie que fundamenta e elabora um imaginário acerca da região do Oriente Médio. A ideia de que a região é intrínseca ao terrorismo ignora a ideia de que outros povos também cometem atos bárbaros, do qual poderíamos enquadrar na percepção/construção do que se entende enquanto terrorismo, mas que apenas os perpetrados por orientais são assim denominados (AGUIAR, 2017; SILVA, 2019; SILVA, 2020).

É possível percebermos, dentre muitos espaços, os discursos construídos na mídia, a formação de estereótipos a partir de inúmeras reportagens, quase que diárias, relatando os conflitos armados, bombardeios, atentados suicidas, vendendo-se a ideia de violência, da tragédia, da dor, e não dando abertura para percepções de uma forma diferente, com outros cotidianos, outras ideias, outros saberes produzidos na região. “Não há abertura para um debate, há a sacralização de representações que nos faz ver o outro de um jeito e, poucas vezes nos faz refletir sobre outras possibilidades, outros olhares” (AGUIAR, 2017, p. 32).

O mesmo olhar estereotipado sobre o Oriente Médio também ganha ressonância no ambiente escolar ao ser ratificado por diversas coleções que compõem os materiais didáticos, reservando poucas páginas destinadas à região para tratar dos conflitos que assolam as populações em questão, tornando um desafio o enfrentamento e a desconstrução desse discurso generalizante que se reproduz e difunde (AGUIAR, 2017).

[...] muitos desses discursos elaborados acerca de qualquer temática, acabam por construir estereótipos sobre o outro, que por si só diminuem a pluralidade de um determinado grupo populacional ou uma cultura, limitando não só a nossa compreensão sobre o outro, mas também, em algumas situações, estabelecendo uma não aceitação sobre o outro, levando inclusive a ocorrência de formas de violência entre os diversos grupos culturais. Classificar cada grupo cultural, por características únicas e limitadas, é não reconhecer que o contato entre culturas diferentes permite a construção de uma enorme gama de outras culturas, diferentes entre si e dentro de cada uma [...] (AGUIAR, 2017, p.32).

Apesar da questão do estereótipo aqui discutido, é importante mencionar ainda que, o racismo sofrido por aqueles que são enquadrados na categoria oriental e terrorista não é da mesma ordem que o enfrentado por migrantes e refugiados negros no Brasil, por exemplo. Os estrangeiros lidos como negros estão em uma posição menos favorecida do que aqueles lidos como não-negros, ou como brancos, no Brasil. Os sírios, por exemplo, são incorporados ao grupo branco e então ocupam uma posição privilegiada entre os que se refugiam no país. Isso

acontece, pois não necessariamente de imediato essas pessoas são lidas enquanto não-brancas, por nem sempre apresentarem aspectos visíveis evidentes que os associem à figura do oriental (aparência física, roupas, sotaque, língua e outros) (SILVA, 2019; SILVA, 2020).

5.4 MAR DE SILÊNCIOS, MANUTENÇÕES E PACTOS

Nas subseções anteriores foram apresentadas e discutidas questões dos vídeos em uma dimensão mais específica e individual, considerando particularidades referentes aos temas, terminologias e assuntos não tão transversais a todos os vídeos. Na atual subseção apresentamos discussões trazendo elementos que perpassam aspectos comuns dos vídeos, organizados em categorias de análise.

5.4.1 Mergulho nas Interlocações

Os três vídeos analisados na presente pesquisa, envolvem três indivíduos que se apresentam enquanto pesquisadores e/ou divulgadores científicos. Dentre os três, Atila Iamarino (vídeo 1) é o único que se identifica logo no início do vídeo, após a vinheta de abertura, utilizando o bordão: “Atila, biólogo e pesquisador”. Lucas Zanandrez (vídeo 2), apesar de não ter se identificado ao longo do vídeo, se identifica na descrição do canal como: “Biomédico e Mestre em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual”. Já Paulo Miranda Nascimento (vídeo 3), com formação em Biologia, mestrado e doutorado em zoologia com ênfase em paleontologia, não se identifica tanto no vídeo quanto no seu canal. Apesar disso, o seu canal leva o seu apelido “Pirulla” e a foto de identificação do Canal é a ilustração na forma de ícone do seu semblante e suas características marcadas que, conforme descritas na descrição do seu Twitter³⁶ pessoal, o identifica como “aquele cara dos vídeo comprido e da sobancelha grudada”. Já no Instagram³⁷ pessoal, Pirulla se identifica na descrição enquanto “Biólogo e falador de bobagens no YouTube. Mas são bobagens embasadas, pelo menos.”.

Um ponto interessante que podemos perceber é que em todos os casos mencionados, apesar das diferentes formas de identificação, seja no vídeo, na descrição do canal ou em outras plataformas, todos os divulgadores trouxeram referências acadêmicas, identificando-se

³⁶ Disponível em: <https://twitter.com/pirulla25>. Último acesso em: 30/11/2022.

³⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/pirulla25/?hl=pt>. Último acesso em: 30/11/2022.

com graduações e pós-graduações e, de certa forma, dando a entender (para o espectador) uma certa expertise, autoridade, capacidade e “embasamento” para abordar a temática enquanto intelectualidade com entendimento e titularidade acadêmica.

A questão da academia pode ser entendida de várias formas, uma delas é o entendimento da perspectiva do branco, enquanto pertencente e majoritário, dominando tanto o acesso quanto a permanência do território em questão, entendido enquanto ambiente hegemonicamente dominado por pessoas brancas (COSTA; PICANÇO, 2020; FERREIRA, 2019). Lourenço Cardoso (2014) aponta a academia enquanto um lugar de privilégio da branquitude, responsável por difundir juntamente o pensamento científico branco, e por via de regra, não dando margem a questionamentos. O branco acadêmico, assim como em outros espaços, não questiona e problematiza seu privilégio, sua branquitude, pautada, dessa forma, na universalidade e neutralidade. Nesse sentido, Cardoso (2014) ainda expõe que

[...] as academias brasileiras, de modo geral, possuem ainda uma mentalidade hegemonicamente branca. Quanto a “onisciência branca”, isto é, o “saber” de “tudo”, o “falar de tudo” ocorre em virtude de procurar reservar o espaço de “poder” e “saber” científico para si. O não-branco que conseguir entrar neste espaço compete se adaptar a essa tradição cultural. As suas críticas contra hegemônicas necessitarão da legitimação do cânone acadêmico para serem consideradas relevantes [...] (CARDOSOS, 2014, p. 157-158).

Segundo Bento (2002b), não é por acaso que mesmo os pesquisadores mais progressistas, não se percebiam e nem seu grupo racialmente, também tornando as teorizações sobre as questões sociais sob vieses alienados não fidedignos da história brasileira. O branco não é abordado quando se fala em heranças da escravidão, e a branquitude é considerada guardiã silenciosa de privilégios. Assim se articula a branquitude como lugar de poder, forjado pelo silêncio e neutralidade. Nesses espaços, o branco pouco aparece como ponto de discussão, aparecendo como modelo universal de humanidade em relação aos grupos não brancos. Na medida que essas ideias não são contestadas, a questão passa a ser ignorada, silenciada, omitida, invisibilizada, tornando-se ausência. Reforça-se a ideia do branco sem raça e etnia, e do ilustre cientista “incolor” e “neutro”, compondo a academia hegemonicamente branca.

Além disso, verificamos um padrão ao percebermos o perfil dos divulgadores científicos, pois convergem com o que foi observado por Santos (2021, p. 225):

O divulgador científico brasileiro no YouTube é homem, cisgênero, branco, jovem, sem religião, de classe média, que vive na área metropolitana de algum estado (com grandes chances de ser do estado de São Paulo), com curso superior e, em muitos casos, com titulações de pós-graduação. [...] O motivo pelo qual existe tamanha falta de equilíbrio e de correspondência com o perfil demográfico brasileiro é uma questão que deveria estimular investigações singulares sobre cada uma destas disparidades.

Eles são sujeitos que envolvem uma mesma categoria: homem cisgênero branco heterossexual. É importante nos atentarmos quanto à imagem dos sujeitos, para além das questões acadêmicas mencionadas anteriormente, enquanto pessoas brancas, carregando em si papel, quase que automaticamente, significado no imaginário de quem assiste. Nesse sentido, segundo Sovik (2004, p. 366) explica que “ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; que ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras”.

Uma das formas de manifestação da branquitude é justamente o se colocar enquanto norma, homogeneidade legitimada e que se estabelece e que, simultaneamente, não é colocada enquanto racialidade branca. Ela é codificada enquanto norma de autoridade, racionalidade e controle, sendo constante a brancura e sua preservação. “A brancura como forma de afirmar a europeidade, que carrega em si as armadilhas da modernidade – ciência, urbanismo, industrialismo, racionalismo, virtude cívica e bem-estar social, ou seja, uma superioridade darwiniana” (SOUZA; DINIS, 2018, p. 289-290). Ser branco no Brasil, segundo Sovik, funciona como uma espécie de senha para entrar em lugares de acesso restrito que é visual e, ao mesmo tempo, silenciosa. E se hoje o branco é problematizado, deve-se à militância cultural, política e intelectual negra e às estatísticas oficiais que apontam nosso país com população majoritariamente negra, de um lado, e de brancos, do outro (SOVIK, 2005).

Segundo Munanga (2014, n.p.): “os argumentos aparentemente científicos escondem uma relação de poder e autoridade difícil de transformar”. Por intermédio da máscara científica existe a justificação e legitimação dos sistemas de dominação, difundindo a ideia de inferioridade negra brasileira e a manutenção da supremacia e poder branco (Munanga, 2010).

Nesse sentido, Kilomba (2020) expõe que o conhecimento é situado temporal e localmente a partir das realidades e histórias, portanto não existe discurso científico neutro. Quando acadêmicos brancos, ou até mesmo divulgadores, nos apresentam discursos neutros e objetivos, não se reconhecem nessa construção o lugar específico, que é também um lugar de

poder e naturalmente não neutro, não objetivo, não universal (apesar de dominante). As pessoas brancas não se veem como tal, apenas como pessoas. O resultado de toda esta equação assegura que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras e permanece não marcada. Sendo assim, é importante narrar posições e subjetividade como parte do discurso, que não é universal e muito menos neutro, é sempre localizado em algum lugar e sempre escrito por alguém que tem uma história. Além disso, é importante pontuar que

[...] A ideia de branco como sujeito oculto fantasiado de nacional ou universal ocorre para evitar o questionamento da branquitude. Numa hipótese, poderia dizer que existe uma pedagogia de ocultamento da história opressora do branco, uma Educação que nos leva quando enxergar o branco ao mesmo tempo não enxergá-lo. O que equivale dizer, quando observarmos a cultura ocidental, não criticarmos, quiçá, nem notarmos a hegemonia da branquitude dissimulada como universal. Logo, o branco não se veria como branco. Isto é, o branco Drácula, ou somente se veria como único sinônimo de ser humano, o branco Narciso [...] (CARDOSO, 2014, p. 153).

Nesse sentido, Cardoso (2014) explica que a identidade branca se coloca na História de forma dissimulada, estando onipresente, ao mesmo tempo se escondendo, se personificando tanto a figura de Narciso (admirando a si) quanto de Drácula (não se enxergando). Essa foi uma questão também identificada nos vídeos aqui trabalhados, pois, ao mesmo tempo que percebemos uma não menção racial, tanto em termos da branquitude dos divulgadores quanto do silenciamento acerca das questões raciais acerca dos temas, a branquitude se faz presente em todos esses espaços de divulgação, tanto nas imagens utilizadas e as pessoas e trabalhos mencionados e utilizados como fonte (conforme veremos a seguir).

5.4.2 Narciso e a imagem no Rio

Além de toda questão sobre os perpasses raciais dos divulgadores, outros pontos que chamam atenção nos vídeos, em um âmbito mais geral, são as imagens utilizadas e as pessoas e trabalhos mencionados e utilizados como fonte. No vídeo 1, por exemplo, todas as pessoas citadas e trazidas para a narrativa são brancas: Kevin Hines, Johann Wolfgang von Goethe, Nicholas Christakis, James Fowler, David Phillips, Marilyn Monroe, os protagonistas da série

“13 Reasons Why”, Katherine Langford (Hannah Baker) e Dylan Minnette (Clay Jensen), conforme podemos observar na Imagem 3.

Imagem 3 - Cenas do vídeo 1 com todas as pessoas brancas citadas



Fonte: Capturas de telas do Vídeo 1 (“SUICÍDIO | NERDOLOGIA”: <https://www.youtube.com/watch?v=gJBLY3opAVU&t=295s>)

Apenas em uma única cena uma pessoa negra aparece em uma fotografia, com Kevin Hines e outras três pessoas brancas (Imagem 4).

Imagem 4 - Cena do vídeo 1 com única aparição de pessoa negra



Fonte: Captura de tela do Vídeo 1 (“SUICÍDIO | NERDOLOGIA”: <https://www.youtube.com/watch?v=gJB1Y3opAVU&t=295s>)

Já no vídeo 2, percebemos que as fotografias, cenas, ilustrações e obras de arte utilizadas ao longo do vídeo são majoritariamente de pessoas brancas (Imagem 5).

Imagem 5 - Cenas do vídeo 2 com múltiplas aparições de pessoas brancas



Fonte: Capturas de telas do Vídeo 2 (“AS 5 MAIORES PANDEMIAS DA HISTÓRIA”:
<https://www.youtube.com/watch?v=MdSTOal9dxA>)

Das 33 imagens utilizadas ao longo do vídeo, apenas 5 envolvem pessoas negras, sendo uma delas de uma mão negra com erupções (no momento em que se fala sobre a varíola) e 3

envolvendo pessoas indígenas ao mencionar e utilizar pinturas acerca da invasão colonial no Brasil (Imagem 6).

Imagem 6 - Cenas do vídeo 2 com aparições pontuais de pessoas negras e indígenas



Fonte: Capturas de telas do Vídeo 2 (“AS 5 MAIORES PANDEMIAS DA HISTÓRIA”: <https://www.youtube.com/watch?v=MdSTOal9dxA>)

Podemos perceber que, assim como o uso de determinados termos, as imagens também dão margem ao reforço dos diferentes racismos, reforçando a narrativa única,

ocidentalizada e branca, ignorando e silenciando racialidades. Isso ocorre, pois a partir dos vídeos é possível perceber o padrão imagético hegemonicamente branco, desde os divulgadores, até as imagens utilizadas majoritariamente de pessoas brancas. A única exceção encontra-se no vídeo 3 por conta do formato do vídeo de divulgação, em que a maior parte do tempo vemos a imagem do divulgador científico dialogando com o público. Apenas em dois momentos imagens de pessoas aparecem, sendo a primeira de dois pesquisadores brancos retirando testemunhos do gelo e a segunda uma imagem com a simulação mostrando as feições de Luzia, conforme podemos observar na Imagem 7.

Imagem 7 - Duas cenas únicas do vídeo 3 com aparições de pessoas



Fonte: Capturas de telas do Vídeo 3 (“DE ONDE VIERAM OS INDÍGENAS? (#PIRULA 172)”):
https://www.youtube.com/watch?v=-MB2i3_9WWQ

O que encontramos nos vídeos analisados convergem com o que a literatura discute sobre a hegemonia do padrão estético midiático branco. Conforme já exposto, a imagem do branco e a manifestação da branquitude nesses espaços midiáticos expressam o branco

enquanto sujeito não associado a ideia do racializado, do exótico, do sem história, do feio, do pobre, do subalterno e do impuro. Sua imagem é hegemonicamente cristalizada no estereótipo da neutralidade racial, da beleza, da riqueza, da boa origem, da boa crença, do poder e da pureza. Essas percepções sociais e culturais não são apenas espelhadas, elas são reforçadas e hiper-ritualizadas (CARRERA, 2020).

Essa autoconstrução somente é efetiva e faz sentido com a completa sujeição mental do Outro, levando-o a corroborar o que lhe foi imposto. Assim, o branco é uma espécie de ser em espera por confirmação do negro, das suas características “superiores”. Ao construir socialmente o negro, o branco se denomina como: belo, inteligente, civilizado, superior, imagem que reforça simultaneamente a autodesqualificação do negro (CARDOSO, 2014).

A partir do desejo de branqueamento brasileiro, introjetado e consolidado no ideário coletivo desde o século XIX, cria-se um peso imagético, uma meta racial e convencional da qual se naturalizou na estética audiovisual de todas as mídias, incluindo-se TV, cinema, publicidade e outros. A internalização da ideologia do branqueamento provocou e provoca uma “naturalidade” na produção e recepção das imagens, além de uma aceitação passiva e a concordância de quem deve ou não fazer parte da representação do padrão ideal e majoritário de beleza e intelectualidade. Por força da nossa formação cultural, o padrão superior estético só é representado por aqueles ou aquelas que continuam com o privilégio de nascer de famílias brancas com características nórdicas acentuadas, temos como exemplos simbólicos pessoas como Xuxa, Vera Fischer, Fábio Assunção, Gisele Bündchen, e outros (ARAÚJO, 2006).

Segundo Cardoso (2014), a hegemonia branca encontra-se na maioria dos ambientes relacionados ao poder, dentre eles o midiático brasileiro, e eles variam desde o político, ao cultural, simbólico, jurídico, econômico, educacional, estético e outros. “Ser branco é colocar-se como personalidade central em todos os ambientes que lhe interessa” (CARDOSO, 2014, p. 253).

O autor inclusive utiliza um termo para esse aspecto de hegemonia branca (o branco como figura central): “o branco-centrismo”. Segundo o autor, o branco se impõe como figura central, causando a secundarização, invisibilização e subalternização do negro. “As obras de arte, as ilustrações, os livros, as publicações didáticas, os livros destacam o branco. A imagem apresentada pela mídia, quando se remete ao passado glorioso, é sobre o branco.” (CARDOSO, 2014, p. 153).

Ainda é importante mencionar que a identidade racial negra foi historicamente marcada a partir dessa hegemonia do padrão estético branco, tornando a identificação individual conflitante e truncada para o negro que, ao ser subjugado pelo branco, introjeta sua imagem e se vê do ponto de vista brancocêntrico. O mesmo que se encontra em imersão na cultura branca, sendo reduzido e interiorizando valores culturais brancos (D'Adesk (2001) apud Souza (2017)).

Além de toda questão imagética dos vídeos, outro ponto que chamou atenção foi a totalidade de trabalhos e notícias mencionados e/ou utilizados como fonte. Podemos ter como exemplo as fontes utilizadas no vídeo 1³⁸ e 3³⁹ (o vídeo 2 não apresentou fontes), de pesquisas relacionadas ao suicídio e assentamento antigos nas Américas, sendo que quase todas partiram de fontes de jornalistas e pesquisadores majoritariamente pertencentes a territórios europeus e/ou norte-americanos, com pouquíssimas exceções, como os estudos do brasileiro Walter Neves⁴⁰ (que é um sujeito branco) no vídeo 3. Dessa forma, é possível evidenciar que os

³⁸ Segundo a descrição do vídeo 1 as fontes utilizadas foram: (1) Phillips, David P. "The influence of suggestion on suicide: Substantive and theoretical implications of the Werther effect." *American Sociological Review* (1974): 340-354. (2) Mesoudi, Alex. "The cultural dynamics of copycat suicide." *PLoS One* 4, no. 9 (2009): e7252. (3) Ayers, John W., Benjamin M. Althouse, ScM Eric C. Leas, Mark Dredze, and Jon-Patrick Allem. "Internet searches for suicide following the release of 13 Reasons Why." *JAMA Intern Med*. Published online July 31, 2017. doi:10.1001/jamainternmed.2017.3333 <http://jamanetwork.com/journals/jamai...> e (4) Kreitman, Norman. "The coal gas story. United Kingdom suicide rates, 1960-71." *Journal of Epidemiology & Community Health* 30, no. 2 (1976): 86-93.

³⁹ Segundo a descrição do vídeo 3 as fontes utilizadas foram: (1) Pedersen, M., Ruter, A., Schweger, C. et al. Postglacial viability and colonization in North America's ice-free corridor. *Nature* 537, 45-49 (2016). <https://doi.org/10.1038/nature19085>; (2) Newitz A. More doubt cast on the idea that people took a land route to the Americas. *Ars Technica*: Cambridge, 2016. <https://arstechnica.com/science/2016/08/time-to-scrap-the-idea-that-humans-arrived-in-the-americas-by-land-bridge/>; (3) Ghose, T. Humans May Have Been Stuck on Bering Strait for 10,000 Years. *Live Science*: Nova York, 2014. <https://www.livescience.com/43726-bering-strait-populations-lived.html>. (4) Elias, S. A. First Americans lived on land bridge for thousands of years, genetics study suggests. *The Conversation*. [sl], 2014. <https://theconversation.com/first-americans-lived-on-land-bridge-for-thousands-of-years-genetics-study-suggests-23747>. (5) Small, M. F. Why Did Humans Migrate to the Americas? *Live Science*: Nova York, 2009. <https://www.livescience.com/7640-humans-migrate-americas.html>. (6) Gonzalez S., Huddart D., Alcátara I. I., Domínguez-Vázquez G., Bischoff J., Felstead N. Paleoindian sites from the Basin of Mexico: Evidence from stratigraphy, tephrochronology and dating. *Quaternary International*, Volume 363, 2015, Pages 4-19, ISSN 1040-6182, <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.03.015>. (7) Raghavan, M. et al. Genomic evidence for the Pleistocene and recent population history of Native Americans. *Science* 349, aab3884 (2015). <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aab3884?cookieSet=1>. (8) Dillehay T. D., et al. Correction: New Archaeological Evidence for an Early Human Presence at Monte Verde. *PLOS ONE*: Chile.10(12), 2015. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0145471>.

⁴⁰ (1) Hubbe M., Neves W. A., Harvati K. Testing Evolutionary and Dispersion Scenarios for the Settlement of the New World. *PLOS ONE* 5(6), 2010. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0011105>. (2) Hubbe M., Neves W.A., Harvati K. Testing Evolutionary and Dispersion Scenarios for the Settlement of the New World. *PLOS ONE*. 5(6), 2010. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0011105>. (3) Neves, W. A., Hubbe, M. Cranial morphology of early Americans from Lagoa Santa, Brazil: Implications for the settlement of the New World. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 102(51), 2005. <https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.0507185102>.

vídeos de divulgação científica em questão seguem o mesmo padrão da academia, utilizam como fonte e repercutem conhecimentos brancos ocidentais.

Nesse sentido, Cardoso (2014) nos aponta que, assim como a academia, enquanto se absorve a diversidade epistemológica do mundo, a branquitude é resistente ao conhecimento não ocidental, categorizados, dessa forma, como outras formas de saberes, vulgares, marginais, inferiores, falsos, infantis, brutos, fictícios, metafísico. Há um excesso de ocidentalidade na ciência e na divulgação científica, de propriedade monolítica e, conforme já mencionado em outros momentos aqui nas discussões, de hegemonia de uma branquitude científica disfarçada de neutra e universal. Dessa forma, “o pacto narcísico opera, o branco chama o branco para espaços de difusão jornalística, cultural, científica, etc., e mantém a vantagem racial do grupo. O branco persiste no lugar daquele que vai falar a respeito de tudo, inclusive sobre o negro” (CARDOSO, 2022, p. 13). O branco brasileiro, além de narcísico, tem complexo de “vira-lata”, por parte da maioria dos pesquisadores brasileiros, que se voltam para a Europa ou Estados Unidos (CARDOSO, 2022).

Em síntese, “americanizar-se”, “estadunizar-se” é ocidentalizar-se, tornar-se civilizado, moderno, desenvolvido, branco, branco-branco (branco-mesmo). O branco brasileiro, por ser um não-branco estadunidense, ao objetivar embranquecer, subir no patamar da hierarquia da branquitude, opta por esquecer/invisibiliza sua ancestralidade portuguesa, indígena e africana. Pois, seu plano consiste em se reconstruir como moderno, ocidental (Cardoso, 2014, p. 48).

Grosfoguel (2016) aponta que o racismo epistêmico mantém mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo, gerando a injustiça cognitiva inferiorizando os demais conhecimentos produzidos. Os homens ocidentais, diante de seus privilégios epistêmicos, são responsáveis por definir o que é verdade, realidade e o melhor para os demais, monopolizando o conhecimento e estruturante instituições da mesma forma, “desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

O mesmo é exposto por Kilomba (2020) pois é a academia branca controla as estruturas de validação do conhecimento, definindo o que é verdadeiro e válido, a partir de perspectivas como exigências universais. Há também a negativa às pessoas negras aos cargos e posições de poder e autoridade acadêmica, prevalecendo intacta a constituição de ciência e saber enquanto propriedade exclusiva e inquestionável da branquitude.

Conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2020, p. 35).

5.4.3 Imerso no silêncio

Até aqui discutimos um pouco sobre alguns dos aspectos da branquitude identificados nos vídeos analisados. Utilizando como referência os estudos de Bento (2002a, 2002b, 2014), podemos perceber que todas essas manifestações, como o silenciamento acerca das questões raciais, o uso de termos, imagens, gestos e o uso da autoridade racial/acadêmica estão relacionadas com o pacto da branquitude, sua manutenção no poder.

A questão do silêncio foi discutida de forma específica em cada um dos três vídeos (conforme subseções anteriores 5.1, 5.2, 5.3 e de certa forma 5.4). Nesta última subseção queremos retornar, trazendo de uma forma mais ampla, à questão do silenciamento. Conforme exposto, em nenhum dos três vídeos analisados foram discutidos com profundidade e/ou sequer mencionados perpasses raciais, embora todas as temáticas envolvessem de forma significativa tais questões, gerando um padrão que converge com o que encontramos na literatura.

No trabalho de Karat (2022), por exemplo, ao investigar os discursos sobre ciência e tecnologia em três vídeos educativos em canais do YouTube, dois deles pertencentes aos mesmos canais (Nerdologia e Canal do Pirulla), aponta-se para algumas questões que identificamos nos vídeos da presente investigação. Os resultados de Karat mostraram que os vídeos apresentaram abordagens neutras, ignorando as desigualdades sociais, e, além disso, o conhecimento científico foi colocado de forma neutra e universal, sustentando a visão colonial e a colonialidade do poder e do saber. Assim como nos vídeos aqui analisados, as questões étnico-raciais foram silenciadas, indicando uma tendência de apresentar a ciência de forma não problemática e consensual.

É possível perceber, dessa forma, um padrão nas narrativas de propagação de informações e conhecimentos que padroniza, normatiza, silencia, aniquila e violenta outras existências, vivências e perpasses. A hegemonia, dessa forma, não ocorre apenas por meio da força física, material ou de coerção, mas também pela difusão das ideias, imagens e discursos,

a partir de estratégias de persuasão e argumentação. Há expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade de modo a legitimar-se e universalizar-se. São esses mecanismos de controle ideológico em funcionamento, em vista da influência na opinião pública e imaginário social, que tornam tudo aparentemente natural e irreversível. Além disso, não é por acaso que é constantemente silenciada a dimensão racial, uma vez que ela possui e possui um importante papel ideológico nas lutas históricas (ZANETTI; REIS; ANTOLINI, 2021).

Hegemonicamente, o que é comunicado, quase que de forma simbolicamente intocável, em um estado de quase invisibilidade e de forma silenciosa, a branquitude se coloca no espectro cultura/social, permeando o imaginário coletivo com a ideologia de um padrão ideal superior a se seguido. “(...) a educação (doméstica, formal, escolar) envolve a circulação de ensinamentos verbalizados e não verbalizados que contribuem para a continuidade, mas também que tentam silenciar o preconceito racial, o que é muito diferente de combatê-lo.” (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

A branquitude é considerada enquanto guardiã silenciosa de privilégios, e se articula enquanto detentora de poder, marcada pelo silêncio e neutralidade. O branco não é abordado sequer quando se fala em heranças da escravidão. Segundo Bento (2002b, p. 167), “é o silêncio da opressão”, o mesmo que não é apenas o não-dito, mas o que é também apagado, colocado de lado e/ou excluído.

[...] o silêncio não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento no que obrigatoriamente se silencia. Assim, quando destacamos que branquitude é território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo, do privilégio, enfatizamos que trata-se de uma dimensão ideológica, no sentido mais pleno da ideologia: com sangue, calor, entusiasmo, veneração, porta-voz, emblemas, iconografia, com seus santos e seus heróis. E igualmente nas falsas representações, nas armadilhas em que todos caem e se debatem, na ânsia de sair justamente do calor e do sangue com os quais temos de viver cotidianamente [...] (BENTO, 2002b, p. 167).

Nesse sentido, Cardoso (2014) aponta o branco enquanto detentor da universalidade de forma exclusiva, servindo de parâmetro para todos os outros não-brancos. Na medida que essa ideia não é contestada, a branquitude passa a ser ignorada, silenciada, omitida, invisibilizada, tornando-se ausência. Reforça-se a ideia do branco sem raça e etnia, e do ilustre cientista “incolor” e “neutro”, compondo a academia hegemonicamente branca. A partir dessas colocações é possível perceber o padrão e o motivo pelo qual os narradores dos

vídeos não se colocam ou colocam a racialidade e relações raciais em discussão nos vídeos, o motivo pelas escolhas e uso de imagens, termos e gestos (já discutidos). No universo branco, nossa sociedade se apropria de significados compartilhados de superioridade e pureza racial, desenvolvendo um sistema hierárquico silencioso e camuflado, atribuindo essas características ao *status* social, desvalorizando quem se afasta do modelo ideal da brancura (CARDOSO, 2014; SCHUCMAN, 2012).

Todas essas formas são manifestações da branquitude, e ironicamente, até mesmo na ausência, no silêncio, tornam-se presença. Nesse sentido, Cardoso (2014) nos aponta sobre a identidade branca se colocando de forma dissimulada, estando onipresente, ao mesmo tempo em que se esconde, se personificando tanto a figura de Narciso (admirando a si) quanto de Drácula (não se enxergando). Tudo isso é parte da manutenção do que Bento (2002b) nomeia como “pacto narcísico”, entendido enquanto alianças intergrupais e inconscientes, característico e baseado na ambiguidade, negação racial, silenciamento, interdição de negros em várias esferas sociais como no âmbito moral, afetivo, econômico, político e outros espaços de poder. Dessa forma, é importante, tanto simbólica como concretamente, para os brancos, silenciarem em torno do papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil (BENTO, 2002b; SCHUCMAN, 2014).

Bento (2002b) também aponta Orlandi (1995) como uma das pesquisadoras da atualidade que trabalha com o estudo do silêncio. Ela evidencia que é importante perceber um todo no texto, a presença de outro texto necessariamente excluído, não mencionado, mas que o constitui. Ao tentarmos compreender um discurso, devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala”. Dessa forma, o silêncio é visto como fator essencial, como a própria condição do significar, em que há a existência de um modo de estar em silêncio e de um modo de estar no sentido (BENTO, 2002b; MONARI E FILHO, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado, a presente pesquisa buscou investigar e problematizar a presença da branquitude em vídeos de divulgação científica no YouTube. A branquitude, entendida como uma construção histórica e social, e caracterizada a partir da racialidade branca forjando a crença de uma suposta superioridade racial, resulta em estruturas sociais baseadas em poder e privilégios materiais e simbólicos conferidos aos brancos em detrimento dos não brancos. Esses privilégios são de muitas formas desresponsabilizados, protegidos e mantidos silenciosamente pelos "pactos narcísicos" da branquitude, conforme nos aponta Maria Aparecida Bento. Considerando que o Brasil é um dos países com maior utilização da plataforma YouTube e que a rede de canais de DC "Science Vlogs Brasil" (SVBR) é uma considerada referência nesse meio, três vídeos foram selecionados como material de análise documental. Através da análise dos vídeos e embasados em estudos de intelectuais como Maria Aparecida da Silva Bento, Lourenço Cardoso, Grada Kilomba, Lia Vainer Schucman, entre outros, foi possível identificar manifestações da branquitude nos conteúdos analisados.

Dentre os pontos identificados, encontramos o silenciamento acerca das questões raciais ao tratar das temáticas nos audiovisuais. Esse foi um aspecto identificado em todos os três vídeos, evidenciando a tendência de evitar o debate sobre raça, racismo, branquitude e suas consequências estruturais, convergindo com o que foi observado em trabalhos na literatura do tema. O silenciamento é uma das estratégias básicas da branquitude na manutenção das estruturas sociais racistas. Nesse sentido, há negação, apagamento e/ou invisibilização das questões raciais, excluindo vozes e perspectivas não brancas, perpetuando, dessa forma, o racismo estrutural, ao estabelecer e manter os brancos como detentores do poder, da autoridade e da verdade, retroalimentando o sistema de opressão presente em todas as esferas da sociedade, que molda as relações sociais e institucionais de forma a reproduzir as desigualdades raciais.

Desnaturalizar o silenciamento é fundamental para combater o racismo estrutural. É preciso reconhecer o racismo como uma realidade presente e persistente, promovendo a escuta ativa e fomentando experiências e perspectivas não brancas. Identificar e questionar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial é essencial para construir uma narrativa antirracista e desafiar os pilares da branquitude e do silenciamento.

Além disso, o uso de termos, imagens e gestos carregados de simbolismo racial, bem como o próprio uso da autoridade racial e/ou acadêmica, também estiveram presentes nos vídeos analisados. Esses elementos contribuem para a manutenção das estruturas de poder e influência da branquitude, perpetuando as estruturas de significado e representação que excluem e silenciam outras perspectivas, abordagens e pessoas. Esses aspectos se entrelaçam e estão relacionados entre si, formando um conjunto de práticas que refletem os já mencionados pactos narcísicos da branquitude.

A partir das discussões realizadas ao longo desta pesquisa, foi possível compreender que o silenciamento acerca das questões raciais, a perpetuação de estruturas por meio de mecanismos imagéticos e linguísticos e o uso da autoridade estão intrinsecamente relacionados. O silenciamento, além de ser um pilar do racismo, promove o extermínio simbólico da alteridade, conferindo apenas ao grupo branco no poder a voz da autoridade e verdade. Essa dinâmica baseia-se nos paradigmas da neutralidade e objetividade, excluindo outras visões, abordagens, recortes e vozes.

As manifestações da branquitude identificadas nos audiovisuais analisados demonstram a importância de repensarmos como a divulgação científica é conduzida nesses e em outros espaços. Dessa forma, é essencial reconhecer e questionar o impacto do privilégio branco na produção e disseminação do conhecimento científico, bem como na construção de narrativas que perpetuam desigualdades raciais. É preciso desenvolver uma abordagem menos hegemônica e mais comprometida com outras formas de saber, promovendo a ampliação das vozes e perspectivas não brancas na divulgação científica. Nesse sentido, é fundamental fomentar a reflexão crítica sobre os mecanismos que sustentam a branquitude na divulgação científica no YouTube e em outros espaços midiáticos. Os produtores de conteúdo, os pesquisadores e as instituições envolvidas nesse processo têm a responsabilidade de reconhecer e confrontar essas manifestações, buscando dismantelar as estruturas que perpetuam a manutenção e o silenciamento.

Para avançarmos, existem possibilidades como a diversificação dos produtores de conteúdo científico, valorizando, incentivando e fomentando financeiramente a participação de pessoas não brancas. Além disso, é fundamental a criação de espaços de diálogo e reflexão, nos quais sejam abordadas as relações entre ciência, racismo e branquitude, bem como suas implicações na sociedade contemporânea.

Por fim, um ponto extremamente relevante, já brevemente mencionado, a ser considerado na presente pesquisa, consiste no fato de que as discussões que trazemos aqui, apontamentos sobre falas, gestos, imagens escolhidas, fontes utilizadas, não possuem o objetivo desmoralizar ou atacar as pessoas envolvidas na produção dos audiovisuais, nem mesmo de servir como forma de salvação moral contra nossa credencial branca e racista. Objetivamos a tentativa de expor e discutir formas com que a branquitude se faz presente e se manifesta, revelar possibilidades e perceber a presença dessa ideologia também nos espaços de divulgação científica. O quanto pode ser apontado e discutido a partir disso. Quebrar com o pacto do silêncio e da não discussão é um pequeno passo para tratar adequadamente da questão racial que é responsabilidade de toda sociedade. Sendo assim, aproveito para invocar todas as pessoas leitoras do presente trabalho para refletirmos todos sobre os ambientes e círculos dos quais fazemos parte, seja no âmbito pessoal ou profissionalmente, para perceber a branquitude nos outros (e em nós mesmos) e então pensarmos o que fazer a partir disso. Pessoal e profissionalmente esse trabalho mais me abriu questões do que fechou, espero que o mesmo ocorra com você leitor, que ele sirva também como um incômodo que movimenta ações.

REFERÊNCIAS

ADEPOJU, Paul. **Research gaps and uncertainties on Monkeypox outbreak outlook.** Nature, NEWS FEATURE. 16 de junho de 2022. doi:
<https://doi.org/10.1038/d44148-022-00084-x>

AGUIAR, Maicon Roberto Poli. **O Oriente Médio através de outras lentes: uma narrativa audiovisual para refletir as representações sobre a região em sala de aula.** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

ALBAGLI, Sarita. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. In: LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (Orgs.) **Informação e globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

AMARAL, Marcel Jardim; COSTA, Laís Braga; PEREIRA, Vilmar Alves. **Perspectiva afrocentrada: narrativas necessárias na educação formal.** IV COPENE SUL. **Anais...**Jaguarão: 2019. Disponível em:
https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1569935578_ARQ_UIVO_432297fb25f39b4896ba2616784ba1a9.pdf

ARAÚJO, Joel Zito. A força de um desejo - a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual . **Revista USP**, n. 69, p. 72-79, 2006.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i69p72-79>.

ARTES, Amélia. Dimensionando as Desigualdades por Sexo e Cor/Raça na Pós-graduação Brasileira. **Educação em Revista [online]**. 2018, v. 34. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/0102-4698192454>

BARBOSA, Luciene Cecilia. Identidade, estigmas e branquitude: reflexões sobre a mídia brasileira. **REVISTA INTERAÇÃO**. n. 1, p. 59-73, 2014.

BAUMGARTEN, Maíra. **Divulgação e Comunicação pública de Ciência e Tecnologia.** In: IV Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade. **Anais...** Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE), 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL. *In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* BENTO, Maria Aparecida; CARONE, Iray (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a, p. (25-58).

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil.** Racismo Institucional: Fórum de Debates – Educação e Saúde. Belo Horizonte: 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em psicologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002b.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. Tradução: Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Editoria Ática, 1990.

BRASIL. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf.

BUCCHI, Massimiano. Of deficits, deviations and dialogues: Theories of Public Communication of Science. In: BUCCHI, Massimiano e TRENCH, Brian (eds). **Handbook of Public Communication of Science and Technology**. London: Routledge, p. 185–197, 2008.

BUENO, Leonardo Mendes; FONSECA, André Azevedo. **Panorama da divulgação científica brasileira no YouTube e nos podcasts**. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2020.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. **Informação & Informação**, v. 15, n. esp., p. 31–42, 16 dez. 2010.

CALDAS, Graça. Mídia e políticas públicas para a comunicação da ciência. In: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. (org.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas [online]**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CALDAS, Graça; ZANVETTOR, Kátia. **O Estado da Arte da Pesquisa em Divulgação Científica no Brasil: Apontamentos Iniciais**. Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, v. 1, n. 7, p. 1–11, 2014.

CAMARGO, Aline Cristina. **Comunicação Pública da ciência e tecnologia: um convite à participação, mobilização, comunicação e informação**. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais...** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1889-1.pdf>.

CANCILIER, João Ademir; OLIVEIRA, Juliano Alexandre. O racismo: entre a compreensão e a sensibilização. **Unoesc & Ciência - ACHS**, v. 7, n. 1, p. 93–100, 2016.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**, v. 47, n. 1, e. 72, p. 1–24, 2022. <https://doi.org/10.5902/1984644462742>.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010a.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. Dissertação Mestrado - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do Branco Racista e Anti-racista. **Reflexão & Ação**. v. 18, n. 1, 2010b.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: Reflexões sobre o conceito. **Informação e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 89–104, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado). FEUSP, 2005.

CARREIRA, Denise. O Lugar dos Sujeitos Brancos na Luta Antirracista. **Sur** 28, v. 15, n. 28, p. 127–137, 2018.

CARRERA, Fernanda. Raça e privilégios anunciados: ensaio sobre as sete manifestações da branquitude na publicidade brasileira. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, n. 1, v. 22, p. 6-28, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/11235/10364>. Acesso em 29/12/2022.

CARVALHO, Anabela; CABECINHAS, Rosa. Comunicação da ciência: perspectivas e desafios. **Comunicação e Sociedade**, v. 6, p. 2–11, 2004.

CASTELFRANCHI, Yuriy. Por que comunicar temas de ciência e Tecnologia ao público? (Muitas respostas óbvias... mais uma necessária). In: MASSARANI, L. (Orgs.). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Divulgação Científica / Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

COSTA, Andréa Lopes; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos estudos CEBRAP [online]**. v. 39, n. 2, p. 281-306, 2020. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020003>.

COSTA, Antonio Roberto Faustino; SOUSA, Cidoval Moraes; MAZOCCO, Fabricio José. Modelos de comunicação pública da ciência: agenda para um debate teórico-prático. **Conexão – Comunicação e Cultura (UCS)**, v. 9, n. 18, p. 149–158, 2010.

CUNHA, Márcia Borin. **Concepções de ciência no jornalismo: uma análise da divulgação da ciência em jornais**. In: II Simpósio Internacional de Análise crítica do discurso e Encontro Nacional de Interação e linguagem verbal e não verbal. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/images/files/Administrator/PlanetaPlutao.pdf>.

CUNHA, Marcia Borin; GIORDAN, Marcelo. **Divulgação científica como um gênero de discurso: implicações na sala de aula**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. **Anais...** Florianópolis, 2009.

DA-GLORIA, Pedro; NEVES, Walter Alves; HUBBE, Mark. **Archaeological and Paleontological Research in Lagoa Santa: The Quest for the First Americans**. Springer, 2017.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Autoria, autonomia, ativismo: educar e politizar pela e para a escrita – notas sobre a literatura indígena brasileira contemporânea. **Visitas al Patio**, v. 14, n. 2, p. 61-85, 2020. <https://doi.org/10.32997/RVP-vol.14-num.2-2020-2780>.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Pacificando o branco: uma história da modernidade contada pelos indígenas. **Trans/Form/Ação [online]**.v. 45, n. spe, p. 379-414, 2022. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.19.p379>.

DIAS, Adriana Schmidt. Um réquiem para Clovis. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas [online]**. v. 14, n. 2, p. 459-476, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000200010>.

DORNELLES, Juliano Paz. **O fenômeno Vlog no Youtube :análise de conteúdo de Vloggers brasileiros de sucesso**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Comunicação Social, Pós-Graduação em Comunicação Social. PUCRS: Porto Alegre, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

FERNANDES, Joana Lobo. Perspectivas sobre os discursos da divulgação da ciência. **Exedra: Revista Científica**, número Extra 1 (Comunicação nas Organizações), p. 93–106, 2011.

FERREIRA, Nara Torrecilha. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]**. v. 27, n. 104, p. 476-498, 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701553>.

FLORES, Natália Martins.; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Os sentidos de divulgação científica nas teses e dissertações brasileiras: mapeamento inicial. **Intexto**, n. 42, p. 232, 25 abr. 2018.

FLORES, Natália Martins; MEDEIROS, Priscila Muniz. Science on YouTube: Legitimation Strategies of Brazilian Science YouTubers. **Revue française des sciences de l'information et de la communication**. v. 15. 2018.

FONSECA, Dagoberto José. Uma ideia, um ideal, uma missão: as utopias que herdamos de nossos antepassados e dos que virão – filhos e filhas. In: FONSECA, Dagoberto José; MALOMALO, Bas´Ilele; FONSECA, Simone de Loiola Ferreira. **Intelectualidade coletiva negra: memórias, educação e emancipação**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 15-54.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GERMANO, Marcelo Gomes; KULESZA, Wojciech Andrzej. Popularização da Ciência: uma revisão conceitual. **Cad. Bras. Ens. Fís.**, v. 24, n. 1: p. 7-25, abr., 2007.

GOULART, Vincent Pereira, NARDI, Henrique Caetano. Vidas inimigas, necropolítica e interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, v. 11, n. 1., 2022.

GOULART, Vincent Pereira. **O suicídio-homicídio de pessoas trans e travestis e a cisheteronormatividade: marginalização e extermínio**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI). Rio Grande do Sul: UFRGS - Universidade Federal Rio Grande do Sul, 2021.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado**: Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. p. 63-78, 2007.

GROSGOUEL, Ramón. El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? **Tabula Rasa**: Bogotá, n. 16, p. 79-102, 2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito**. In: 25º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (16 A 20 DE OUTUBRO DE 2001 - CAXAMBU -

MG). **Anais...** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 2001. Disponível em:

<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>

IAMARINO, Atila. Nerdologia. **Suicídio | Nerdologia**. YouTube, 10 de agosto de 2017.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gJBIY3opAVU&t=1s>.

INSTITUTO BUTANTAN. **Veja as diferenças entre a varíola monkeypox e a varíola humana e como elas afetam os humanos**. Portal do Butantan. São Paulo. 01 de junho de 2022. Disponível em:

<https://butantan.gov.br/noticias/veja-as-diferencas-entre-a-variola-monkeypox-e-a-variola-humana-e-como-elas-afetam-os-humanos>. Acesso em 29/12/2022.

KANASHIRO, Marta Mourão; EVANGELISTA, Rafael. Ciência, Comunicação e Sociedade no Brasil, a narrativa do déficit. **Journal of Science Communication**, v. 3, n. 4, p. 1–5, 2004

KAPLÚN, Gabriel. La comunicación alternativa entre lo digital y lo decolonial. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, v. 1, n. 141, p. 67–86, 2019.

KARAT, Marinilde. **Estratégias para leitura de vídeos educativos de ciências do YouTube: contribuições de um coletivo docente**. Tese de doutorado, Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT). Santa Catarina: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**. 2016. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em:

<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KOZLOV, Max. Monkeypox outbreaks: 4 key questions researchers have. **Nature**. v. 606, p. 238-239, 2022a.

KOZLOV, Max. Monkeypox vaccination begins — can the global outbreaks be contained?. **Nature**. v. 606, p. 444-445, 2022b.

KUNTH, Daniel. **La place du chercheur dans la vulgarisation scientifique**. Rapport demandé par la Délégation à l'information Scientifique et Technique (DIST). Paris: Ministère de la Recherche et de l'Espace, 1992.

KYNCL, Robert; PEYVAN, Maany. **Streamponks: YouTube and the rebels remaking media**. HarperCollins Publishers. 1. ed. 2017.

LACERDA, Nayara Ferreira. Pensamento racista no Brasil pós abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural. **Mosaico**. v. 13, n. 21, 2021.

LEWENSTEIN, Bruce. **Models of public communication of science and technology**. Relatório não publicado. 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/43775/mod_resource/content/1/Texto/Lewenstein%202003.pdf.

LIMA, Luana; PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **A morte como horizonte? Notas sobre suicídio, racismo e necropolítica**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF. v. 16, n. 1. 2021. ISSN 2318-101x (*on-line*).

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: Tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Brasília: Funasa. p. 9-45. 2005. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/pop_negra/pdf/saudepopneg.pdf. Acesso em 29/12/2022.

LOUREIRO, José Mauro. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 88-95, 2003.

MACIEL, Betania; SABBATINI, Marcelo. **Novas Perspectivas de Modelos Participativos de Comunicação Pública da Ciência e Desenvolvimento**. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Manaus: Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0292-1.pdf>.

MASSARANI, Luiza. Comunicação da ciência e apropriação social da ciência: algumas reflexões sobre o caso do Brasil. **Uni-pluriversidad**, v. 12, n. 3, p. 92–100, 2012.

MASSARANI, Luiza.; ROCHA, Mariana. Ciência e mídia como campo de estudo: uma análise da produção científica brasileira. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 41, n. 3, p. 1–17, 2018

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 1. ed. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MELO, Maria Eduarda. **Vídeos que se dizem aulas de Ciências da Natureza no YouTube: construção de instrumento para análise didático-pedagógica**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Catarina. 2021.

MENEGON, Érika Nogueira. **Imagens E Narrativas Midiáticas: Análise Dos Vídeos Do Youtube**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília 2013.

MONARI, Ana Carolina Pontalti; FILHO, Claudio Bertolli. Entre o debate público e o silêncio: análise da cobertura jornalística online sobre a questão do suicídio de adolescentes e jovens negros no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 4, 2019.

MONTEIRO, Bruno; DUTRA, Débora; CASSIANI, Suzani; SANCHEZ, Celso; OLIVEIRA, Roberto. **Decolonialidades na Educação em Ciências**. Coleção Culturas, Direitos Humanos e Diversidades na Educação em Ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

MONTEIRO, José Lemos. **Os significados do lexema negro segundo abonações dos escritores brasileiros**. [s. l.], v. 4, n. 2, p. 1–10, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9100>. Acesso em: 29/12/2022.

MOREIRA, Ildeu; MASSARANI, Luiza. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: Massarani, Luiza; Moreira, Ildeu; Brito, Fatima. **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Casa da Ciência/UFRJ, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Carta aberta do professor kabengele munanga**. Jornal GGN. 5 de março de 2014. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/educacao/o-professor-kabengele-munanga-e-os-negros-no-mundo-academico/>. Acesso em 29/12/2022.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf. Acesso em 29/12/2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: PENESB, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos - roda de conversa com educadores**. Lorena: UK'A Editorial, 2017.

NASCIMENTO, Carolina Cavalcanti. **Educação das Relações Étnico-Raciais: Branquitude e Educação das Ciências**. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Quando dizer é agir: racismo no poder das palavras. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas. **Discurso, cultura e negritude**. v. 4. São Paulo: Blucher, 2021. p. 13-31.

NASCIMENTO, Paulo Miranda. Canal do Pirulla. **De onde vieram os indígenas? (#Pirula 172)**. YouTube, 13 de agosto de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-MB2i3_9WWQ&t=683s.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. **Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTIs**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2018.

NOGUERA, Renato. A ética da serenidade: O caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amen-em-ope. **Ensaio Filosóficos**, v. 8, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Henrique. **HIV e racismo: o estigma do vírus e as opressões históricas da população negra**. Portal Agência de Notícias da Aids. 27 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/artigo/hiv-e-racismo-o-estigma-do-virus-e-as-opressoes-historicas-da-populacao-negra/>. Acesso em 29/12/2022.

OLIVEIRA, Lúcio Otavio Alves. **A. Expressões de Vivência da Dimensão Racial de Pessoas Brancas: Representações de branquitude entre indivíduos brancos**. Dissertação (Mestrado em psicologia). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

OLIVEIRA, Roberta Gondim; CUNHA, Ana Paula; GADELHA, Ana Giselle dos Santos; CARPIO, Christiane Goulart; OLIVEIRA, Rachel Barros; CORRÊA, Roseane Maria. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cad. Saúde Pública (Online)**. v. 36, n. 9, 2020.

OLIVEIRA, Thaianie Moreira. As Métricas Alternativas e Ciência Aberta na América Latina: desafios para a democratização do conhecimento. **Transinformação**, v.31, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Erradicação da varíola: um legado de esperança para COVID-19 e outras doenças**. OPAS. Brasília. 8 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-5-2020-erradicacao-da-variola-um-legado-esperanca-para-covid-19-e-outras-doencas>. Acesso em 29/12/2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PEDERSEN, Mikkel; RUTER, Anthony; SCHWEGER, Charles. et al. Postglacial viability and colonization in North America 's ice-free corridor. **Nature** n. 537, p. 45–49 , 2016. <https://doi.org/10.1038/nature19085>

PIVETTA, Marcos. Africanos vieram antes. **Revista FAPESP**. 66 ed. jul. 2001. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/africanos-vieram-antes/>. Acesso em 29/12/2022.

PIVETTA, Marcos. Primos de Luzia. **Revista FAPESP**. 119 ed. jul. 2006. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/primos-de-luzia/>. Acesso em 29/12/2022.

PIZA, Edith. Porta de vidro: Entrada para a Branquitude. In: CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PONTES, Katiúscia Ribeiro. **Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03**. Dissertação (Mestrado). CEFET/RJ, 2017.

PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; ROSA, Flávia. **Produção e difusão de ciência na cibercultura: narrativas em múltiplos olhares**. Ilhéus: Editus, 2018.

RAAWIYA, Akilah. **Saia da escuridão: um guia Inicial para aprender de forma simples a verdadeira história africana**. Edição independente, 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOSE, Mogobe. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. Tradução de Dirce Eleonora Nigro; Solis Rafael Medina Lopes; Roberta Ribeiro Cassiano. Ensaios Filosóficos, v. 4, 2011.

RAZUCK, Fernando Barcellos; RAZUCK, Renata Cardoso de Sá Ribeiro. A Importância de Bakhtin no processo de Comunicação Científica. **Revista Práxis**, v. 9, n. 18, p. 9–22, 2017.

REALE, Manuella Vieira. **O sabor do saber: divulgação científica em interação no YouTube**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

REALE, Manuella Vieira. **Quem divulga ciência no YouTube do Brasil?**. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Belém, 2019.

REALE, Manuella Vieira; MARTYNIUK, Valdenise Leziér. **Divulgação Científica no Youtube: a construção de sentido de pesquisadores nerds comunicando ciência**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Meghie de Sousa. **Modelos em divulgação científica e internet no Brasil: que caminhos?** (Dissertação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

ROYAL SOCIETY. **The Public Understanding of Science**. Londres: The Royal Society of London, 1985.

SABBATINI, Marcelo. **Novos modelos da percepção pública da ciência e da tecnologia: do modelo contextual de comunicação científica aos processos de participação social**. In: IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. **Anais...Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/26680612528308740944207123703120456697.pdf>.

SANTOS, David Ayrolla. **"Fala, galera": quem são e o que pensam divulgadores científicos brasileiros no YouTube**. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

SARTOR, Elisiane de Bona; MIGUEL, Isadora Dallarmi; ANJOS, Cíntia A.; MIGUEL, Obdulio Gomes; DIAS, Josiane Gaspari; MIGUEL, Marilis Dallarmi. Emergência e ressurgimento de doenças infecciosas: os desafios das fronteiras sanitárias. **Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 23, n. 3, 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. In: SILVA, Maria Lucia et al. (Orgs.). **Violência e Sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018. p. 137–150.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). São Paulo: USP – Universidade de São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude Paulistana. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83–94, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MANDELBAUM, Belinda; FACHIM, Felipe Luis. Minha mãe pintou meu pai de branco: afetos e negação da raça em famílias interraciais. **Revista de Ciências Humanas**, p. 439–455, 2017.

SILVA, Francilene Brito. **Imagens de Mulheres e Crianças Afrodiaspóricas: Narrativas Piauienses para além do Museu Brasileiro**. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2017.

SILVA, Juliana Carneiro. A constituição de sujeitos frente a interpelação de “terrorista”: reflexões a partir da presença síria no Brasil. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, v. 12, n. 1, p. 19-42, 2020.

SILVA, Juliana Carneiro. Da Síria para São Bernardo do Campo: O cenário do refúgio. **TRAVESSIA - Revista Do Migrante**, n. 85, p. 7–24, 2019.
<https://doi.org/10.48213/travessia.i85.298>.

SILVA, Júlia Matos. **Comunicação, interesse público e organizações: uma análise de vídeos da Samarco no canal Youtube sobre a tragédia de Mariana**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2016.

SILVEIRA, Evanildo. **Antes de Colombo**. Disponível em:
https://www.sescsp.org.br/online/artigo/5320_ANTES+DE+COLOMBO. Acesso em 29/12/2022.

SÖNMEZ, Hakan. Pandemias e tempos pós-pandêmicos. **Revista Angelus Novus**, v. 12, n. 17, 2021.

SOUZA, Daniel Maurício Viana. **Da popularização à dialogização: planteando uma ação cultural da ciência**. In: Anais do XXI Fórum de Estudos - Leituras de Paulo Freire - Volume 3. **Anais...** Caxias do Sul, RS: Educs, 2019.

SOUZA, Danúbia Aires. **Representações sobre corpo e raça: lendo corpos, sujeitos e cores**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Edmacy Quirina; DINIS, Nilson Fernandes. IMAGEM, BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências**, v. 7, n. 1, p. 278-301, 2018.
<https://doi.org/10.22481/rbba.v7i1.4072>.

SOUZAS, Raquel; MARINHO, Olívia Ferraz Pereira; MELO, Karla Loyse Oliveira. Acesso à saúde, promoção e prevenção ao HIV/aids e o recorte étnico-racial: Revisão bibliográfica (1995-2009). In: BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda. **Saúde da população negra**, 2. ed. Brasília, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. p. 288-310. Disponível em:
https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf. Acesso em 29/12/2022.

SOVIK, Liv. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 3, p. 159–180, 2005.

SOVIK. Liv. Aqui ninguém é branco: Hegemonia branca e media no Brasil. In: Ware Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TAYLOR, Luke. **Monkeypox: WHO to rename disease to prevent stigma**. *BMJ*, 2022. doi: 10.1136/bmj.o1489

TOLEDO JR, Antonio Carlos De Castro. História da Varíola. **Rev Med Minas Gerais**. v. 15, n. 1, p. 58-65, 2005.

TRENCH, Brian. Towards an Analytical Framework of Science Communication Models. In: CHENG, D. and CLAESSENS, M. and GASCOIGNE, T. and METCALFE, J. and SCHIELE, B. and SHI, S. (eds.). **Communicating science in social contexts: new models, new practices**. Springer Netherlands, p. 119-138, 2008a.

TRENCH, Brian. Internet: Turning science communication inside-out? In: BUCCHI, Massimiano e TRENCH, Brian (eds). **Handbook of Public Communication of Science and Technology**. London: Routledge, p. 185–197, 2008b.

TRENCH, Brian. Towards an Analytical Framework of Science Communication Models. In: VAN SERTIMA, Ivan. **They came before Columbus: The African presence in ancient America**. African classicals, 1976.

VARA, Ana María. ¿Quién es, qué busca, qué cree, qué sabe el público?. In: MASSARANI, L. (Orgs.). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Divulgação Científica / Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

VARELLA, Drauzio. **Monkeypox E Racismo**. Portal Drauzio Varella. 29 de junho de 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/monkeypox-e-racismo/>. Acesso em 29/12/2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Questions and answers/Monkeypox**. WHO. 31 de agosto de 2022. Disponível em: https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/monkeypox?gclid=Cj0KCCQjw7KqZBhCBARIsAI-fTKJmgXW-CKvIj2Wop56X6otE4BpBnKVya400cVKL4Wh_ERqeyV3mtn8aAgUREALw_wcB. Acesso em 29/12/2022.

ZANANDREZ, Lucas. Olá, Ciência!. **AS 5 MAIORES PANDEMIAS DA HISTÓRIA**. YouTube, 9 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MdSTOal9dxA>.

ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth; ANTOLINI, Marialina. **Minorias midiaticizadas: gêneros, etnias e territórios**. Pelotas: Ed. UFPel, 2021. 346 p.

APÊNDICE A - FICHA DE ANÁLISE DOS VÍDEOS

Itens de Análise	Questões Orientadoras	Considerações
Formato	<p>Quem fala(?): Quem é protagonista e qual a sua autoridade ao dizer? Ele pertence a qual grupo étnico-racial? Quem fala no vídeo sem aparecer (e quem é citado) e qual sua autoridade ao dizer? Qual grupo étnico-racial pertence(m)? Em que circunstâncias as pessoas em questão têm espaço de fala (para justificar algo; para comparar algo; para dar autoridade)?</p> <p>Para quem se comunica(?): Quais os recursos (materiais; bibliográficos; imagéticos; linguísticos; didáticos) empregados no desenvolvimento da argumentação? Que efeitos estes recursos poderiam causar em espectadores (qual parece a intenção do vídeo)? Os assuntos ou exemplos utilizados fazem sentido em todas as realidades raciais? As imagens, ilustrações e/ou expressões trazem perpasses raciais? Quais?</p>	<i>(Considerações de cada vídeo)</i>
Conteúdo/Tema	<p>Sobre o que se fala (qual o tema central)? Como o tema é tratado (como é a argumentação sobre o tema)? O que o vídeo pressupõe que o espectador não sabe? Há tomada de partido ou posição sobre o tema? Qual(is) e como ela é(são) desenvolvida(s)? Existem silêncios (discussões não mencionadas, como as de natureza racial, mas que seriam importantes para o desenvolvimento do tema)? Quais seriam estas omissões? Esses silêncios são intencionais? Há recortes raciais possíveis? Como a branquitude pode estar se manifestando nesse sentido?</p>	<i>(Considerações de cada vídeo)</i>
Análise ampla	<p>Considerando os elementos analisados anteriormente, quais recortes/discussões raciais possíveis? Qual a noção de Ciência e de Divulgação Científica que perpassa o vídeo? Quem são as pessoas responsáveis por esta Ciência? Quais suas raças? Quais formas possíveis da branquitude se colocar nesses espaços? Quais pontos em comum com os outros vídeos analisados? Quais as individualidades? Quais convergências com a literatura sobre relações raciais e branquitude?</p>	<i>(Considerações de cada vídeo)</i>